



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS – RIO CLARO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
(LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL)

**PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOVIMENTOS SOCIAIS:
UM ESTUDO SOBRE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS**

LARISSA NOBRE MAGACHO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, *Campus* de Rio Claro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Rio Claro
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS-RIO CLARO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Linha de pesquisa: Educação Ambiental

**Pesquisa em Educação Ambiental e Movimentos Sociais: um estudo
sobre teses e dissertações brasileiras**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, *Campus* de Rio Claro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Rio Claro

2017

372.357 Magacho, Larissa Nobre
M188p Pesquisa em Educação ambiental e movimentos sociais:
um estudo sobre teses e dissertações brasileiras / Larissa
Nobre Magacho. - Rio Claro, 2017
142 f. : il., gráfs., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Rosa Maria Feiteiro Cavalari

1. Educação ambiental. 2. Movimentos sociais. 3. Estado
da arte. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOVIMENTOS SOCIAIS:
UM ESTUDO SOBRE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

AUTORA: LARISSA NOBRE MAGACHO

ORIENTADORA: ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em EDUCAÇÃO, pela
Comissão Examinadora:

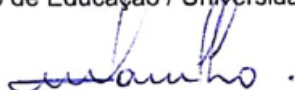


Profa. Dra. ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI

Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. OFÉLIA AGOGLIA

Departamento de Educação / Universidade Nacional de Cuyo- (UNCUYO) Mendoza- Argentina



Prof. Dr. LUIZ MARCELO DE CARVALHO

Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Rio Claro, 18 de agosto de 2017

*Dedico este trabalho aos que resistem e escrevem a nossa
história da luta de classes.*

AGRADECIMENTOS

Chegamos até aqui. Não diria que esse seja o final, mas sim, o início de um novo caminho. E os caminhos que percorri “o que eu sou, eu sou em par. Não cheguei sozinho”. Trajetória que se iniciou há tantos anos, sempre regada de muitas pessoas, lugares, músicas e sensações.

Desde sempre, agradeço primeiramente à vocês, meus pais Heleandra e Marcial, por me colocar nessa estrada, sempre com todo apoio e todo amor que é possível caber no coração de alguém. Somente com vocês, lado a lado, é que conseguimos, ainda que com os contratempos e dificuldades. Agradeço mais uma vez a vocês por me presentarem com a melhor pessoa que eu poderia conhecer. Leandro, meu caro irmão, companheiro de vida, de luta. Sem dúvida, gostaria de agradecer pela inspiração, pelo amor e pelas reflexões que muito contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço a toda a minha família, Nobre, Magacho e Puilen, por todo amor, companheirismo e pelos domingos de alegria – e churrascos. Mais que prima, irmã, Lelê, que nunca exitou em me acolher em todos os momentos, eu agradeço pela força, pelo amor e amizade.

Rio Claro, além de aprendizagens, o pôr-do-sol. Agradeço pelas cores, laços e jardins. Rosa Maria, que sorte a minha! Agradeço todos os dias por ter encontrado mais que uma orientadora, uma amiga, uma companheira de luta e de muitas risadas. De tantas flores, Dayane e Gabi, agradeço por acompanharem meus passos – e tropeços, desde o início. Levanta mulher! Levantei e foi pela sorte de ter encontrado vocês, minhas irmãs de alma. Olívia, sou tão grata pelo cruzamento das nossas estradas. Exemplo, experiências, amor. Obrigada por me apoiar sempre e por me apresentar novas lentes. O mundo é maior e é nosso, mulheres de luta! Aos meus amigos Victor e Romualdo, agradeço por se fazem tão presentes sempre que eu precisei, pela parceria e companheirismo.

Família também se constrói, as vezes à primeira vista. República Degusta, obrigada por construir minhas melhores histórias ao longo desses anos. Em meio à tantos trabalhos e dificuldades, degustamos. Vai degusta, vai forró! O que é nosso está guardado e eternizado no coração e na pele.

Agradeço à todos os amigos e amigas do grupo de pesquisa “A Temática Ambiental e o Processo Educativo” pelas contribuições para a vida e para a

realização deste trabalho. Nossas sexta-feiras de cafezinho, reflexões e palpites, sem dúvida, foram essenciais para a minha formação. Aos pesquisadores do “Projeto EArte”, agradeço a cada um de vocês pelos esforços realizados para o desenvolvimento deste projeto, pelos momentos de aprendizagem e claro, pelos lanchinhos.

Agradeço especialmente aos membros da banca, professora Ofélia Agoglia, professor Luiz Marcelo e aos suplentes, professora MariaBernardete e professor Celso Sánchez, por aceitarem caminhar comigo. É uma honra poder contar com vocês para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à todas as pessoas que contribuíram para que chegássemos até aqui. Mesmo de longe, *conectados*. Agradeço às minhas montanhas e amigos do vale, minha energia, minha recarga.

Minas gerais. Lavras, PIBID Biologia, ENEBio, nossa história continua desenrolando. Agradeço pelos passos que construímos juntos e pelos ensinamentos que foram a base desta pesquisa. *“Discordamos de qualquer sistema sócio-econômico que seja baseado na exploração insustentável sobre a vida, na exploração do ser humano pelo ser humano, na privatização e mercantilização dos recursos naturais, pessoas e valores, como é no sistema capitalista, e lutamos pela superação desse modelo”* (Carta de princípios – ENEBio).

Meus sinceros agradecimentos aos autores e autoras das pesquisas que constiuíram onosso *corpus* documental. Toda a dedicação resultou em belíssimos trabalhos e espero que tenhamos construído juntos, contribuições para o campo de pesquisa da Educação Ambiental e para os movimentos sociais.

Aos militantes dos movimentos sociais que nos ensinam na luta, a resistência, agradecida. *“Por fim, companheiro, confesso: Olho no seu olho e sinto a confiança de que nunca estaremos sós enquanto estivermos em movimento”* (Erick Feitosa).

Agradeço à CAPES pelo semestre de financiamento desta pesquisa.

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade decepado
Entre os dentes segura a primavera*

*Primavera nos dentes
(Secos e Molhados, 1973)*

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar as relações entre movimentos sociais e Educação Ambiental (EA) que têm sido estabelecidas nas teses e dissertações brasileiras em EA. Foi realizada uma pesquisa documental qualitativa do tipo “estado da arte” que se insere no âmbito do “Projeto EArte”. Dos trinta e dois trabalhos que constituíram o *corpus* documental desta pesquisa, a maioria são dissertações de mestrado, desenvolvidas principalmente a partir dos primeiros anos do segundo milênio. A maioria das pesquisas foram desenvolvidas em IES públicas, em todas as regiões do país, embora predomine as regiões sudeste e nordeste, com a mesma quantidade de pesquisas e apenas uma pesquisa na região norte. Além disso, observou-se que as teses e dissertações vêm sendo produzidas, em sua maioria, nos PPGs vinculados às áreas básicas de Educação e Ciências Ambientais vinculados a estas áreas, a maioria dos trabalhos foram desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação e Educação Ambiental. Com a mesma quantidade de trabalhos desenvolvidos no PPG em EA, destacou-se o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Em muitos casos, não foi possível identificar os referenciais teóricos e daqueles que explicitaram, houve predominância dos referenciais histórico-críticos e com menor expressividade, os pós-modernos. Todas as pesquisas foram desenvolvidas a partir da abordagem qualitativa, com predominância de pesquisas documentais e de abordagens metodológicas participativas, ainda que com alguns equívocos conceituais sobre tais tipos de pesquisa. Foram identificadas teses e dissertações que tiveram como objeto de estudo o movimento ambientalista, os movimentos sociais camponeses e o movimento feminista. Representados nessa pesquisa pelo MST e pelo MAB, para algumas pesquisas que tem como objeto de estudo os movimentos sociais camponeses, a EA é “intrínseca” aos movimentos e para outros, ela vem sendo construída, seja devido aos fatores externos seja aos fatores internos dos movimentos em questão. Na maioria dos trabalhos foi adotado o referencial da EA crítica ou transformadora, condizendo com os referenciais teóricos adotados nas pesquisas e com as características dos movimentos sociais analisados. Além disso, foram recorrentes as contribuições da EA para os movimentos sociais analisados e também dos movimentos sociais para a construção da EA em sua perspectiva crítica. Sendo assim, consideramos que a relação entre EA e movimentos sociais ocorre de forma dialética em que ambos se transformam e são favorecidos. Cabe ressaltar, no entanto, que existem desafios a serem superados para a construção dos diálogos, como algumas pesquisas que discutem práticas de cunho exclusivamente intervencionista da EA em assentamentos acompanhados por movimentos sociais, configurando certo pragmatismo para a EA. Esperamos que com estes conhecimentos construídos, seja possível o estreitamento das relações entre o campo de pesquisa da educação ambiental e dos movimentos sociais e embora com suas especificidades e desafios a serem superados, caminham em resistência às injustiças socioambientais e buscam a transformação da realidade imposta.

Palavras-chave: Educação ambiental. Movimentos sociais. Estado da arte.

ABSTRACT

This research aims at investigating the relations between the social movements and the Environmental Education that have been being established in Brazilian theses and dissertations in Environmental Education. A qualitative research was made, documental kind of "state of art" that is into the project "EArte". From the thirty-two paperworks that constitute the documental corpus, the majority are master's degree dissertations, developed mainly from the year of 2001. Most of these researches were developed in public IES, in all Brazilian regions, although there is a predominance of the southeast and northeast regions with the same number of researches and only one from the North region. Besides, it was observed that the thesis and dissertation have been being produced, most of them, at PPGs linked to the basic areas of Education and Environmental Sciences, being the most part developed in Post Graduation Programs (PPG) in Education and Environmental Education. With the same quantity of paperworks developed at PPG and EA, the Post Graduation Program in Developing and Environment (PRODEMA) was highlighted. In many cases, it was not possible to identify the theoretical references adopted and among the ones that affirmed, there was predominance of historical-critics references and with less expressiveness, the post modern. All researches were developed from the qualitative approach, with predominance of documental researches and participative methodological approaches, even if there were some conceptual mistakes about these kinds of researches, constituting the "theoretical miscellaneous". Thesis and dissertation which aimed at environmental movement, countryside social movements and feminists movements were identified. The countryside social movements had more expressiveness in documents analysed and, for some researches, the EA is "intrinsic" to the movements and, for others, it has been being built, due to external factors or internal factors from the movements we have been talking about. In most of the analysed paperworks, the referential of the critical EA or changing was adopted, conform to the theoretical referentials adopted by the authors and to the social movements characteristics that were the research focus. Besides, the EA contributions to the movements that fight for other ways of relations between the society and nature and also from the social movements to the construction of the EA in its critical perspective were frequent. Therefore, if we considered the relation between the EA and social movements in the analysed documents, it happens in a dialectical way, in which both of them are transformed and are favored. It is important to say, however, that there are challenges to be overcome to the dialogue construction, as some researches that discuss interventionist practices from EA in settlements followed by social movements, setting some pragmatism to the EA. We hope that the constructed knowledge, through this dissertation, can contribute to the narrowing of the relations between the environmental educational research field and the social movements that, however there are their own specificities and challenges to be overcome, walk in resistance to the socio environmental injustices and look for the current socio economic reality changes.

Key Words: Environmental Education. Social Movements. State of art.

LISTA DE QUADROS

Páginas

| | |
|---|----|
| Quadro 1:TCCs, dissertações e teses de EA desenvolvidas no âmbito do “Projeto EArte” e seus respectivos autores, Insituições de Ensino Superior (IES) nas quais foram desenvolvidas as pesquisas e os anos de publicação..... | 29 |
| Quadro 2: Frequência na qual os referidos termos aparecem nos títulos, resumos e/ou palavras-chave das teses e dissertações de EA cadastradas no banco do EArte e o total de trabalhos encontrados a partir de tais buscas..... | 32 |
| Quadro 3: Total de teses e dissertações encontradas no banco do EArte e frequências na qual os termos aparecem nos respectivos resumos, títulos e palavras-chave..... | 33 |
| Quadro 4: Número de teses e dissertações em EA, cadastradas nos bancos do EArte e BDTD, encontradas a partir de buscas pelos termos MST, MAB, movimento social, movimentos sociais, feminismo, movimento ecológico e movimento ambientalista..... | 34 |
| Quadro 5: Número de teses e dissertações em EA cadastradas nos bancos do EArte e BDTD excluídas e em dúvida após a “leitura flutuante” dos respectivos resumos. | 36 |
| Quadro 6: Teses e dissertações incluídas, excluídas e não encontrada para a constituição do <i>corpus</i> documental dessa pesquisa após leitura dos trabalhos completos..... | 37 |
| Quadro 7: Os códigos de identificação, os autores e os títulos das teses e dissertações brasileiras de EA que compõem o <i>corpus</i> documental definitivo dessa pesquisa..... | 37 |
| Quadro 8: Áreas do conhecimento nas quais estão vinculados os PPG nos quais foram desenvolvidas as teses e dissertações analisadas..... | 78 |
| Quadro 9: Títulos e excertos dos trabalhos que compõem o <i>corpus</i> documental analisado queapresentam relações explícitas entre movimentos sociais e educação ambiental nos objetivos e/ou nas questões de pesquisa..... | 79 |
| Quadro 10: Os movimentos sociais analisados pelas teses e dissertaçõesde EA que compõem o <i>corpus</i> documental analisado e os respectivos códigos de identificação..... | 94 |

LISTA DE GRÁFICOS

Páginas

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Número de trabalhos desenvolvidos por regiões brasileiras | 76 |
| Gráfico 2: Instituições de Ensino Superior (IES) nas quais foram produzidas as pesquisas..... | 77 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ANPed | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| EA | Educação Ambiental |
| EAP | Educação Ambiental Popular |
| EDC | Educação do Campo |
| EPEA | Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental |
| FBOMS | Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais |
| GDP | Grupo de Pesquisa |
| GT | Grupo de Trabalho |
| MA | Movimento ambientalista |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| ME | Movimento ecológico |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MP | Mobilização Política |
| MR | Mobilização de Recursos |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| NMS | Novos Movimentos Sociais |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PNEA | Política Nacional do Meio Ambiente |
| PPG | Programa de Pós – Graduação |
| PRODEMA | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente |
| PRONEA | Programa Nacional de Educação Ambiental |
| RBJA | Rede Brasileira de Justiça Ambiental |
| TR | Trabalho |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA | 27 |
| 2.1 Constituição do corpus documental | 31 |
| 3. MOVIMENTOS SOCIAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS E INTERPRETATIVOS | 41 |
| 3.1 O movimento ambientalista | 56 |
| 3.2 Os movimentos sociais camponeses | 61 |
| 3.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) | 63 |
| 3.2.2 O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) | 66 |
| 3.3 O movimento feminista e o “ecofeminismo” | 69 |
| 4. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS TESES E DISSERTAÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 74 |
| 4.1 Mapeamento do corpus documental | 74 |
| 4.2 As relações entre EA e movimentos sociais nas pesquisas: aspectos teórico-metodológicos | 78 |
| 4.2.1. Os referenciais teórico-metodológicos nos trabalhos | 81 |
| 4.2.2 Os movimentos sociais identificados | 93 |
| 4.2.3. As compreensões sobre os movimentos sociais | 102 |
| 4.2.4 As relações entre EA e movimentos sociais nas teses e dissertações analisadas | 117 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 128 |
| REFERÊNCIAS | 134 |

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sua história na Terra, o ser humano se relacionou com a natureza. Esta relação é fundamental para a garantia da sua sobrevivência e existe mediante a realização do trabalho, no qual ambos os envolvidos – ser humano e natureza – são modificados em um processo dialético, de acordo com o referencial teórico marxista. Assim, a exploração da natureza pelos seres humanos é intrínseca à existência da espécie no planeta. No entanto, no decorrer da história, o ser humano passou a desrespeitar os limites da natureza e a sua capacidade de resiliência, configurando uma relação de exploração exacerbada e desenfreada dos chamados “recursos naturais” favorecida pela criação de novas necessidades e, assim, novos produtos a serem consumidos. Assim, a natureza deixou de ser concebida apenas como uma necessidade biológica e cultural dos seres humanos e passou a se constituir como um recurso essencial para o desenvolvimento econômico da sociedade.

Nesta perspectiva, atentando-se à história das relações entre ser humano e natureza e, conseqüentemente, entre outros seres humanos considerando que os mesmos constituem a natureza, Bornheim (1985) afirma que “a questão toda se concentra, portanto, no modo como a natureza se faz presente para o homem - ou melhor: no modo como o homem torna a natureza presente” (p. 18). A forma como o ser humano vem tornando a natureza presente está diretamente relacionada às concepções de natureza que foram formuladas ao longo da história em diferentes contextos econômicos, políticos e culturais.

O padrão moderno de conhecimento sobre a natureza, decorrente da dicotomia “homem” e “natureza”, tende a não reconhecer o primeiro como parte da segunda e, embora as formulações deste padrão sejam costumeiramente atribuídas a Descartes, no pensamento de Platão já havia indícios desta dicotomia (BORNHEIM, 1985, p. 18). No entanto, a separação entre o ser humano e a natureza foi levada às últimas conseqüências a partir da chamada Revolução Industrial e este quadro pode ser concebido como resultado de um projeto preestabelecido: o “projeto de modernidade”. De acordo com Giacoia (2004) a “fórmula baconiana” (p. 402) que idealizou este projeto, teve como princípio a crença de que a ciência, bem como a técnica gerada por ela, poderiam resolver os

problemas da humanidade a partir do domínio sobre as forças naturais e também de “realizar a justiça nas relações entre os homens” (p. 386).

A crença exacerbada na razão, especificamente na “razão instrumental”, trouxe uma série de complicações para a sociedade. Isto não significa que o projeto de modernidade fracassou, mas ao contrário, como afirma Giacoia (2004), ainda que Bacon não o tenha planejado para tanto, o sucesso deste projeto foi o que levou às mais drásticas consequências. De acordo com o autor, isto pode ser expresso na “exploração tecnológica da natureza” no seu grau mais avançado, refletindo na “catástrofe ecológica” e denotando a insuficiência e contradição do “projeto de modernidade”. Essa condição explicita uma concepção antropocêntrica e utilitarista da natureza, uma vez que essa passou a fazer sentido para o homem na medida em que o mesmo pode dominá-la e utilizá-la de acordo com os seus próprios interesses.

Além do termo “catástrofe ecológica” apresentado por Giacoia (2004), os termos “crise ambiental” ou “crise dos recursos naturais” vêm sendo apresentados pela mídia e documentos oficiais para se referir à situação ambiental na qual a sociedade se encontra. Nessa pesquisa optou-se pela utilização do termo “crise socioambiental” ou “crise do capital” (FOLADORI, 2001) tendo em vista sua complexidade e sua relação com as desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista. Segundo o mesmo autor, a necessidade de acúmulo do capital somada à sua crise estrutural, intrínsecas à este modelo, induzem a uma série de contradições destrutivas ao trabalho, à natureza e à sobrevivência da humanidade e se manifesta na destruição descontrolada dos “recursos naturais”, gerando problemas ambientais e sociais, como poluição de rios e mares, desmatamento, perda de biodiversidade, insegurança alimentar, entre outros.

Como consequências concretas para todas as classes sociais, entre as décadas de 1950 e 1960 a humanidade presenciou alguns “acidentes ambientais” que soaram como um alarme, estimulando os diversos setores da sociedade a discutir as raízes desta problemática. De acordo com Carvalho (1989), um caso expressivo pode ser exemplificado com as milhares de mortes em Londres, conhecido também como “O nevoeiro de 1952”. O “acidente” foi causado pela excessiva contaminação do ar por gases emitidos pela queima de combustíveis fósseis para a indústria e para o transporte, resultando na morte de cerca de quatro mil pessoas. Outro caso foi o acidente ocorrido na Baía de Minamata no Japão, no

ano de 1953. As populações humanas e também as de outros animais foram contaminados por resíduos de mercúrio descartados inadequadamente por uma empresa - como consequência, foram detectados casos de disfunção neurológica, cujos sintomas foram problemas no sistema nervoso e no cérebro, causando dormência nos membros, fraquezas musculares, deficiências visuais, dificuldades de fala, paralisia, deformidades levando até mesmo à morte. Em 1974, foram registrados 798 casos oficiais, 107 mortes e 2800 casos a serem verificados. Apenas dez anos depois a causa das contaminações foi atribuída à empresa, e as populações atingidas, apesar de terem recebido alguma indenização, ainda hoje sentem os efeitos deste desastre (CARVALHO, 1989).

No Brasil, os casos de desastres socioambientais também são expressivos e, dentre eles, com as mesmas proporções do acidente de Minamata, pode-se citar o ocorrido no litoral do estado de São Paulo, em Cubatão na década de 1980. Segundo Almeida (2004), nesse caso, houve a explosão dos dutos de gás da empresa Petrobrás, incendiando comunidades inteiras. A tragédia teve repercussão mundial visto a grande quantidade de mortos e as graves conseqüências, como doenças respiratórias, geradas à população sobrevivente. Um caso mais recente, também com repercussão internacional foi o rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana, Minas Gerais. Sob responsabilidade da empresa de mineração Samarco, de acordo com a imprensa local¹, a tragédia conquistou o título de maior desastre socioambiental do país, com a morte de rios, ecossistemas, dezenove pessoas e a destruição de comunidades. Cabe ressaltar que, não só nesse caso, ainda que maior parte dos danos seja irreversível, ainda não foram tomadas as providências em relação aos responsáveis pelo ato e muitos atingidos não foram indenizados.

Dentre muitos outros exemplos de “desastres ambientais”, mesmo que as consequências sejam globais, destaca-se a forma como as diferentes classes sociais são atingidas. As pessoas em condições de vulnerabilidade são as mais

¹Diário do Rio Doce (Governador Valadares, MG) – Acesso: <http://www.drd.com.br/news.asp?id=50089800048316810000>,
Aconteceu no Vale (Vale do Jequitinhonha, Rio Doce, Mucuri, MG) – Acesso: <http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=72223>,
Estado de Minas (MG) – Acesso: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna_gerais,705024/avalanche-de-lama-estroi-districto-de-mariana-apos-rompimento-de-barra.shtml.

atingidas pelas conseqüências das alterações ambientais. Embora essas populações representem a maioria, as relações desiguais de poder produzidas historicamente as colocam em condição de minoria, podendo ainda ser expropriadas de suas terras, pagando os altos preços do crescimento econômico das classes dominantes. De acordo com Herculano (2006), o mecanismo que acaba gerando o quadro descrito acima, pode ser denominado “injustiça ambiental”. Em contraponto, a autora defende a ideia de “justiça ambiental”, que pode ser entendida como

o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2006, p. 2).

De acordo com a autora, o conceito de “justiça ambiental” nasceu a partir de experiências diretamente relacionadas aos movimentos sociais dos Estados Unidos e que tinham como pauta, a luta contrária à maior exposição das populações em condições vulneráveis aos riscos ambientais, ou seja, em prol da superação das “injustiças ambientais”. Nesse contexto, evidenciadas as desigualdades distributivas dos riscos ambientais, abre-se espaço para a percepção e denúncia de que o ambiente de certos grupos sociais é privilegiado em detrimento de outros, emergindo, assim, o que se veio denominar “conflito ambiental” (ACSELRAD, 2010). Cabe ressaltar que, sendo um conflito, o processo não ocorre de forma silenciosa, apática e muitas vezes nem de forma pacífica, tanto em relação aos que atingem quanto aos atingidos.

O conflito ambiental pode produzir outras relações entre os seres humanos entre si e desses com a natureza, uma vez que, como afirmam os autores Loureiro e Layrargues (2013, p. 63), o conflito

qualifica e integra a ação organizada em defesa de justiça social e do direito à vida emancipada, saudável e sustentável, uma vez que trata das relações estabelecidas nos processos antagônicos de interesses entre agentes que disputam recursos naturais e buscam legitimar seus modos de vida (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 63).

Os conflitos causados por situações de ausência de “justiça ambiental” podem produzir o efeito contrário: a resistência. A partir da resistência aos riscos socioambientais e da organização de determinados grupos, podem emergir determinados movimentos sociais que lutam por “justiça ambiental”, em todas as regiões em que esse modelo acelerado de industrialização é imposto, sejam eles urbanos ou rurais.

De acordo com Acselrad (2010), alguns movimentos sociais inserem a temática ambiental articulada à noção “justiça ambiental”, nas suas lutas e proposições ao longo do tempo. Para o autor, dentre esses movimentos encontram-se o próprio movimento ambientalista e também aqueles que não se autodenominam ambientalistas. Incluídos na última categoria, encontram-se as organizações que compõem a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que constitui uma articulação entre entidades ambientalistas, centrais sindicais, movimentos sociais e ONGs com o intuito de denunciar as situações de “injustiça ambiental”. Além dessas organizações, enquadram-se nessa categoria alguns movimentos indígenas, o Movimento dos Seringueiros, liderado pelo sindicalista Chico Mendes, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)” (ACSELRAD, 2010). De forma menos expressiva, existem ainda correntes do “ecofeminismo” que articulam a temática ambiental às lutas do movimento feminista, incorporando, em algumas vertentes, a noção de “justiça ambiental” (RODRÍGUEZ; LÓPEZ, 2010).

Esta diversidade de organizações que constroem o ambientalismo no Brasil, incluindo aquelas organizações que não abordam a “justiça ambiental”, se justifica devido ao caráter “difuso” do movimento ambientalista (GONÇALVES, 1990, p. 21) e que Acselrad (2010) denomina como sendo a “nebulosa associativa”. Atentando-se a essa característica do movimento, de acordo com o autor, um recorte analítico dessas organizações deve ser fundamentado “não pela remissão retórica que fazem à missão de “proteger o meio ambiente” – fruto de autonegação fortemente influenciada por estímulos externos –, mas antes pela diferença substancial de suas práticas” (ACSELRAD, 2010, p. 104).

Tendo em vista as considerações sobre os riscos ambientais, os conflitos e a resistência refletida nas ações dos movimentos sociais, pode-se considerar que a “justiça ambiental” é, portanto, segundo Acselrad (2010, p. 111), “uma noção

emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos”. Para o autor, tendo como base as experiências mais recentes, essa compreensão de justiça surge no bojo da “criatividade estratégica” dos movimentos sociais. Esta noção vem alterar os atores e as forças sociais que atuam nas lutas ambientais e em alguns casos ainda produziram transformações no aparelho estatal e regulatório responsáveis pelas questões ambientais.

Em meio às consequências produzidas pela relação sociedade-natureza estabelecida pelo modo de produção capitalista, o processo educativo começou a ser evidenciado enquanto uma possibilidade de mitigação e até superação da chamada “crise socioambiental”. De acordo com Carvalho (1989), “o processo educativo tem fundamental importância, caso se tenha a intenção de alterar o quadro com o qual deparamos no momento, em termos ambientais” (p. 99). Neste contexto, passaram a ser propostos cada vez mais projetos educativos relacionados à temática ambiental.

No entanto, existe certo “otimismo pedagógico” nestes processos que “encorajam” as lutas de educadores e ambientalistas para a transformação social. Nesse sentido, é necessário atentar-se aos limites e possibilidades da educação, uma vez que “muitas vezes a contribuição do processo educativo para as mudanças almejadas é de tal forma supervalorizada que leva facilmente à idealização ou à mistificação” (CARVALHO, 2006, p. 3). Dessa forma, a educação deve ser compreendida como parte integrante e indissociável do conjunto de outras ações rumo à transformação social e não como único caminho para alcançar este objetivo.

A partir da década de 1960, com o intuito de construir caminhos para a integração entre a temática ambiental e o processo educativo, foram realizados eventos tais como congressos, conferências e seminários da agenda internacional, emergindo assim a noção de Educação Ambiental (EA). Cabe destacar que no Brasil a EA não surgiu no escopo do campo educativo, tendo sua origem mais relacionada aos movimentos ecológicos e ao debate ambientalista (CARVALHO, 2001). Neste sentido, de acordo com Koury (2005),

[...] a área de Educação Ambiental foi concebida, uma junção de esforços entre ambientalistas não acadêmicos e membros de uma comunidade acadêmica. Essa nova área educacional pode promover a união (ou, pelo menos, minimizar a lacuna) entre o natural e as ciências sociais [...] ambientalistas e educadores entenderam que eles precisavam uns dos outros, esforços isolados seriam

insuficientes para abranger os extensos objetivos da educação ambiental. Como apresentado antes, os ideais da Educação Ambiental também promoveram a junção das bandeiras “vermelhas” e “verdes”, trazendo uma dimensão ambiental para os movimentos anticapitalistas ao redor do mundo (KOURY, 2005, p.163).

Segundo Carvalho (2001), a trajetória de institucionalização da Educação Ambiental foi marcada por uma série de conferências nacionais e internacionais, sendo que as principais serão apresentadas brevemente. A primeira delas foi realizada em 1972, na cidade de Estocolmo e em 1975, na cidade de Belgrado, Iugoslávia, ocorreu o primeiro Seminário Internacional sobre Educação Ambiental. De acordo com a autora, esse evento representa um marco para a EA pois além de definir seus fundamentos e objetivos, evidenciou-se seu papel na luta contra a dominação, pobreza e analfabetismo em prol de uma melhor distribuição de riquezas. Em 1977, foi realizada a primeira Conferência Intergovernamental sobre EA, em Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, aprofundando as discussões e definindo as estratégias da EA. A partir desse momento, o processo educativo passou a ser reconhecido como um importante instrumento para o tratamento e enfrentamento das questões ambientais (CARVALHO, 2001).

No Brasil, em meio aos conflitos e processos de resistência na luta pela redemocratização do país durante a década de 1980, a EA começou a se institucionalizar no contexto das políticas públicas. Para Carvalho (2001), em 1981, foi promulgada a Lei Federal n. 6.938/81 que instaurou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNEA), reforçando a relevância da EA como uma das possibilidades para a superação dos problemas ambientais, passando a ser ofertada tanto na educação formal, abrangendo todos os níveis de ensino, quanto na educação não-formal.

Segundo a autora, a EA foi incorporada na Constituição de 1988 (Capítulo IV, art. 225), embora a construção das principais políticas públicas tenha se intensificado a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92 ou Eco 92. Esse evento foi realizado no Rio de Janeiro, Brasil e teve como principal objetivo a busca de caminhos para conciliar o desenvolvimento socioeconômico e a conservação dos ecossistemas, a partir do diálogo entre empresas, Organizações não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais. No mesmo ano, foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 1994, como reflexo das orientações formuladas nos eventos anteriores, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), elaboraram o “Programa Nacional de Educação Ambiental” (PRONEA) (CARVALHO, 2001). Segundo a autora, esse Programa representou um avanço no processo de institucionalização da educação ambiental no Brasil, uma vez que, nesse documento, buscou-se enfatizar o rompimento entre o dualismo “ser humano e natureza”, entendendo que o primeiro é parte integrante da segunda.

No âmbito internacional, em 1997 foi realizada a “Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade”, na cidade grega Thessalonik. No mesmo ano, no Brasil, foi realizada a “I Conferência Nacional de Educação Ambiental” e os “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCN) passaram a incluir o “meio ambiente” como um dos temas transversais da educação escolar. No ano de 2002, houve a regulamentação da Lei n. 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do seu Órgão Gestor, que finalmente passaram a elaborar as bases necessárias para a sua execução (CARVALHO, 2001). Com o objetivo de reafirmar a inserção da EA em todos os níveis de ensino, já proposto na PNEA, em 2012 foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Ambiental. A partir da definição dessas diretrizes, de acordo com os PCN, foram intensificados os processos de inserção da EA no contexto escolar.

A partir dos avanços e da inserção da EA nos contextos educativos e da necessidade de compreensão, sistematização do conhecimento até então produzido e de orientação das ações educativas no debate ambiental, a pesquisa em EA foi se consolidando. As pesquisas podem proporcionar a reflexão necessária para o exercício da criticidade e da criatividade na construção de significados sobre o mundo, sobre a temática ambiental e sobre o processo educativo. (CARVALHO; TOMAZELO; OLIVEIRA, 2009). Além disso, Gamboa (2007) afirma que a pesquisa nesse campo do conhecimento

é movida pelo desafio da produção de conhecimentos que ofereçam respostas novas para os problemas gritantes e prementes da atual condição do homem e de suas relações com a natureza, conhecimentos esses que gerem e motivem uma práxis transformadora das atuais condições de degradação biológica e cultural, das estruturas e práticas sociais que reproduzem e aprofundam as desigualdades sociais, a miséria humana, a

destruição do patrimônio e dos recursos dos povos sob a racionalidade econômica dominante (GAMBOA, 2007, p. 29).

Tendo como pano de fundo esses desafios e preocupações, o campo de pesquisa em EA passou a crescer de forma significativa ao longo das últimas décadas do século XX. De acordo com Megid Neto (2009), o campo foi ganhando espaço e se consolidando na medida em que a pesquisa em EA:

Traz uma problemática – a questão ambiental, sua dinâmica de transformação, sua degradação, a sustentabilidade ambiental, entre outros aspectos – de alta relevância e discutida em âmbito mundial há mais de cinco décadas, intensificando-se seu estudo e preocupações cada vez mais, em virtude de um contexto sociocultural, político, econômico e ideológico a exigir medidas globais e imediatas para o tratamento das questões ambientais (MEGID NETO, 2009, p. 96).

Fracalanza *et al.* (2008, p. 4) consideram que, embora a pesquisa na área seja recente, “a produção acadêmica e científica sobre essa temática no Brasil é grande e significativa”. Vale esclarecer que embora possa coexistir, a pesquisa em EA não é a mesma daquela realizada pela área ambiental. Elas possuem objetos de investigação, objetivos e procedimentos metodológicos distintos. De forma mais consolidada, as pesquisas que investigam essa temática no país têm crescido desde a década de 1980, no entanto, o número de trabalhos produzidos aumentou consideravelmente a partir do fim dos anos 1990 até a primeira década dos anos 2000 (FRACALANZA *et al.*, 2008; REIGOTA, 2007).

Neste contexto, a pesquisa em EA passou a ser discutida de forma mais estruturada e, em 2001, ocorreu em Rio Claro, o primeiro Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). No ano seguinte, constituiu-se o Grupo de Estudos de Educação Ambiental que a partir de 2005 passou a ser denominado como Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, o GT 22, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Ao longo dos anos posteriores, foram lançados também alguns periódicos específicos da área, como, por exemplo, a Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental (Universidade Federal do Rio Grande – FURG), Revista Eletrônica de Educação Ambiental em Ação

(Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT) e Revista Pesquisa em Educação Ambiental (Universidade Estadual Paulista – USP Campus Ribeirão Preto, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Campus Rio Claro e Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR) (SOUZA; NASCIMENTO JUNIOR, 2014).

Segundo Payne (2009), é notável a evolução do campo de pesquisa da EA desde a década de 1970. No início, este campo estava fundamentado cientificamente na “Ciência Aplicada” ou na abordagem “Positivista” e priorizava a produção de conhecimento “sobre” o meio ambiente e “no” meio ambiente. Segundo o autor, no geral, a partir da década de 1990, esse modelo parecia insuficiente para abarcar a complexidade da educação ambiental. Como alternativa, fundamentada na perspectiva crítico e social da educação, a autora considera que houve a politização do campo da EA, muitas vezes baseados nos trabalhos de Jurgen Habermas e Paulo Freire. Nesta perspectiva, privilegiou-se a utilização de pedagogias participativas e orientadas para a ação incorporando a noção de "justiça social" nas questões ambientais locais. A partir de meados dos anos 1990, houve o aumento na diversidade de abordagens para a EA, como as ecofeministas, naturalistas, holísticas, científicas, humanistas, biorregionalistas, crítica social, entre outras (PAYNE, 2009).

Ao longo do tempo, os educadores ambientais perceberam que, assim como existem diferentes concepções de natureza, meio ambiente, sociedade e educação, também existem diferentes concepções de EA, o que, por sua vez, resulta em diferentes práticas pedagógicas. Sobre esta constatação, para Loureiro e Layrargues (2013)

longe de defendermos uma educação ambiental única em seu entendimento de mundo e forma de agir, partimos do pressuposto de que sua natureza conflitiva, na diversidade e na disputa de concepções e espaços na sociedade, fortalece-a e a legitima nas institucionalidades acadêmicas, nas políticas públicas e nos movimentos sociais que buscam a garantia de direitos, a afirmação das diferenças, a superação das desigualdades de classe e a construção de outro patamar societário (LAYRARGUES; LOUREIRO, 2013, p. 65).

Com objetivo de mapear as macrotendências pedagógicas da EA, Layrargues e Lima (2014) realizaram um estudo e identificaram três grandes macrotendências: a “conservacionista”, a “pragmática” e a “crítica”.

Segundo os autores, a “macrotendência conservacionista” está atrelada aos princípios da ecologia, na supervalorização da dimensão afetiva do ser humano em relação à natureza e na mudança do comportamento individual para o alcance da transformação ambiental. Nessa perspectiva, percebe-se a ausência da preocupação política e social, das relações de exploração que os seres humanos estabelecem com a natureza e entre si dentro do sistema capitalista.

A segunda macrotendência apontada pelos autores, a “pragmática”, emergiu de um contexto de hegemonia neoliberal durante a década de 1990 e abrange as correntes de “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” e para o “Consumo Sustentável”. Foi nesse momento que se intensificaram as ações de EA do “terceiro setor” - tem como foco principal o cenário urbano e o tratamento do lixo, que passa a ser denominado “resíduo sólido”. Assim como a tendência “conservacionista”, a “pragmática” não incorpora a dimensão política em uma perspectiva crítica, com vistas à transformação radical do modo de produção social. Segundo os autores, essa característica impede uma compreensão contextual e articulada das causas e consequências dos problemas socioambientais.

Em contraponto às tendências já apresentadas, a “macrotendência crítica” da EA inclui no debate ambiental a compreensão dos mecanismos da reprodução social, bem como a compreensão de que as relações entre o ser humano e a natureza são mediadas por relações socioculturais e de classes historicamente construídas. Os problemas ambientais estão associados aos problemas sociais, visto que são reflexos das relações sociais, dos modelos de sociedade e de desenvolvimento. Busca o enfrentamento político das desigualdades socioambientais, perpassando as noções de conflito e “justiça ambiental” já apresentadas anteriormente (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Além disso, ainda nas formulações da macrotendência crítica da EA, Loureiro e Layrargues (2013) ressaltam ser insuficiente apenas lutar por novas relações entre o ser humano e a natureza, sendo também fundamental a luta pela construção de uma nova sociedade. Para os autores, a compreensão político-ideológica dos mecanismos de reprodução da sociedade e da relação entre ser humano e natureza

tem suas raízes nas relações socioculturais e de classes construídas historicamente e devem ser inseridas no debate ambiental.

De acordo com a perspectiva da EA crítica que integra as noções de risco, conflito e “justiça ambiental” (LOUREIRO, 2008 ; LAYRARGUES; LIMA, 2014), os movimentos sociais ocupam posição de destaque tendo em vista o seu “protagonismo” nas discussões sobre o processo educativo ambiental (LOUREIRO, 2008). Além disso, pensar os movimentos sociais no âmbito da EA representa “ganhos qualitativos” no que concerne ao atendimento dos objetivos e diretrizes da Educação Ambiental e ainda incluem na problemática ambiental:

os conflitos socioambientais, os problemas decorrentes dos usos e apropriações da natureza, os interesses e necessidades em disputa, as visões societárias antagônicas, a configuração política e institucional, as mobilizações sociais; enfim, os agentes sociais concretos em suas relações constitutivas na dinâmica contraditória da sociedade (ACSELRAD, 2004; ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA ,2004; QUINTAS, 2000 *apud* LOUREIRO, 2008, p. 191).

Anterior ao reconhecimento das contribuições dos movimentos sociais para o campo da EA, de acordo com Gohn (2011), a produção acadêmica sobre a relação entre movimentos sociais e educação é antiga e constitui um dos focos de pesquisa de alguns grupos como a “International Sociological Association (ISA), Latin American Studies Association (LASA), Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) etc” (p. 334). No Brasil, esse tema, enquanto objeto de pesquisa, pode ser considerado recente e, ainda, como afirma Gohn (2011)

A junção dos dois termos tem se constituído em “novidade” em algumas áreas, como na própria Educação – causando reações de júbilo pelo reconhecimento em alguns, ou espanto e estranhamento – nas visões ainda conservadoras de outros (GOHN, 2011, p. 334).

Segundo a autora, em relação às pesquisas, a articulação entre movimentos sociais e educação foi construída de forma lenta e avançou principalmente a partir do final da década de 1970, com a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência (SBPC), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e as Conferências Brasileiras de Educação (CBE).

De acordo com Gohn (2011), no campo da Educação, as pesquisas se intensificaram em 1981 com a criação do Grupo Temático (GT) 03 da ANPEd: “Educação para o meio rural”, atualmente denominado “Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos”. Nesse GT, inauguram-se discussões sobre as relações entre educação e movimentos sociais, os paradigmas na análise dos movimentos sociais, os novos movimentos sociais e os processos educativos formais e não formais. A partir de 2013, as discussões passaram a incorporar novos eixos temáticos como a questão do gênero, a Educação Ambiental e os jovens no mundo do trabalho.

No campo de pesquisa em EA, a pesquisa sobre os movimentos sociais ainda pode ser considerada recente e vem ganhando destaque, principalmente após a criação do Grupo de Pesquisa (GDP) do Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) denominado “Pesquisa em EA e Movimentos sociais”, hoje conhecido por “Pesquisa em EA, Movimentos Sociais e Justiça Ambiental”.

Mesmo encontrando algumas pesquisas que abordam explicitamente a relação entre EA e movimento social e considerando sua relevância, cabe ressaltar que as pesquisas sobre essa temática ainda são incipientes. Segundo Kawasaki *et al* (2009), ao analisarem os trabalhos apresentados nos EPEAs, no período de 2001 a 2007, observaram que

As relações entre movimentos sociais e a EA aparecem timidamente nesses trabalhos, sendo tal foco temático inexistente no conjunto de trabalhos empíricos. Percebe-se aí uma contradição histórica, já que a EA, no mundo e no Brasil, nasceu no interior dos movimentos sociais ligados ao meio ambiente, de modo que se esperaria uma quantidade mais significativa de trabalhos oriundos desse contexto (KAWASAKI *et al.* 2009, p. 157).

Ao sistematizar e discutir as questões levantadas no Grupo de Discussão e Pesquisa (GDP) denominado “Pesquisa em Educação Ambiental e Movimentos Sociais” no IV Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, do ano de 2007, Loureiro afirma que (2008),

apesar de sua relevância, a temática ainda é muito pouco trabalhada na educação ambiental (EA) enquanto objeto de pesquisa. Poucos foram os momentos em sua história no Brasil em que a presença de integrantes de movimentos sociais se fez com destaque em situações importantes como conferências dos principais eventos nacionais e internacionais ocorridos ou em espaços públicos de deliberação (LOUREIRO, 2008, p. 189).

Tendo em vista a relevância e a lacuna na produção científica dessa temática no campo da EA, Vasconcellos *et al* (2011) alertam para a necessidade de inserção de uma “chamada aos pesquisadores e pesquisadoras brasileiros” (p. 41) com o intuito de amadurecer a interface e realizar conexões adequadas entre Educação Ambiental e movimentos sociais.

Considerando as contribuições dos movimentos sociais para a EA e as lacunas do conhecimento sobre esta temática, justifica-se a realização desse trabalho. Nesse sentido, a pesquisa em questão tem como objetivos investigar que relações têm sido estabelecidas entre movimentos sociais e Educação Ambiental na produção teórica, teses e dissertações em Educação Ambiental no país e mapear a produção sobre os movimentos sociais no campo da EA. Com esses objetivos, a pesquisa foi realizada a partir das seguintes questões norteadoras:

- Que compreensões sobre movimento social têm sido elaboradas pelos autores das teses e dissertações em EA?
- Que movimentos sociais são tomados como objeto de estudo?
- Que referenciais teóricos-metodológicos são adotados pelos pesquisadores?
- Que relações entre EA e movimentos sociais são estabelecidas nestes trabalhos?

Atentando-se à estes objetivos e questões de pesquisa, buscou-se realizar um estudo de “estado da arte” ou “estado do conhecimento” sobre a temática “movimentos sociais” no campo de pesquisa da EA. Os resultados dessa investigação serão apresentados por meio de cinco capítulos, incluindo introdução e considerações finais.

No segundo capítulo intitulado “procedimentos de pesquisa”, apresentamos os fundamentos das pesquisas do tipo “estado da arte” e descrevemos os procedimentos adotados para a constituição do *corpus* documental analisado. Cabe ressaltar que este trabalho se insere no âmbito do Projeto “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações)”, também conhecido como “Projeto EArte” que é apresentado de forma detalhada nesse mesmo capítulo.

No terceiro capítulo são apresentadas uma contextualização histórica e as principais teorias interpretativas construídas sobre os movimentos sociais nos contextos norte-americano, europeu e latino-americano. Além disso, de acordo com os referenciais teóricos adotados nesta pesquisa, optamos por expor alguns aspectos referentes ao movimento ambientalista, ao movimento feminista e aos movimentos sociais camponeses, representados nesta pesquisa pelo MST e pelo MAB. Os principais autores referenciados neste capítulo são Maria da Glória Gohn, Joan Martinez Alier e Henri Acselrad.

As análises do *corpus* documental são apresentadas no capítulo quatro por meio do mapeamento dos contextos de produção das teses e dissertações que compõem o *corpus* documental desta pesquisa. Em seguida, são apresentadas as análises referentes aos referenciais teórico-metodológicos adotados pelos pesquisadores, aos movimentos sociais objeto de estudo desses trabalhos, bem como as compreensões sobre o conceito de movimento social presente nas pesquisas e as relações entre EA e movimentos sociais explicitadas nos trabalhos analisados.

2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa documental qualitativa de caráter bibliográfico do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Tais pesquisas permitem, inicialmente, a sistematização de dados referentes à produção, como a busca de panoramas gerais e podem orientar na construção de quadros em que se encontram determinadas área do conhecimento. De acordo com Ferreira (2002), as pesquisa do tipo “estado da arte”,

[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e que dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, em que forma e em que condições vem sendo produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

A partir de determinados estágios em que se encontram os campos de pesquisa, esses estudos permitem o reconhecimento dos limites e possibilidades das pesquisas na superação dos desafios identificados nos campos de conhecimento. Dessa forma, tendo em vista a trajetória e a consolidação da EA enquanto “campo de conhecimento” e a intensificação das pesquisas na área ao longo das últimas décadas, surge a necessidade de realização de estudos sistemáticos sobre os trabalhos produzidos, a princípio, com o intuito de conhecer suas características e tendências, além de possibilitar uma divulgação mais ampla e adequada dos mesmos (MEGID NETO, 2009). Segundo o autor, as pesquisas do tipo “estado da arte”, para além dos aspectos quantitativos, podem avaliar a qualidade da produção científica, a coerência entre os objetivos da pesquisa e seus delineamentos metodológicos.

Além disso, segundo Payne (2009), a organização e a análise sistemática das pesquisas em EA contribui para a construção da identidade, credibilidade social e papel político da EA. Nesse sentido, pensando na prática social do campo da EA, Megid Neto (2008) afirma ser necessário

conhecer e avaliar a capacidade dessa produção em estudar os problemas ambientais locais e visar a mudança de realidade, em intervir e contribuir na formulação de políticas públicas consequentes e responsáveis no âmbito das questões ambientais, em intervir e produzir uma Educação Ambiental de natureza crítica e emancipatória (MEGID NETO, 2008, p. 108).

Muitos trabalhos vêm sendo desenvolvidos nesta perspectiva tendo como *corpus* documental teses e dissertações, artigos de periódicos, anais de eventos, entre outros. Dentre eles, identificam-se as pesquisas na busca de panoramas mais gerais da pesquisa em teses e dissertações em EA como os de Carvalho, Tomazelo e Oliveira (2009), Fracalanza *et al.* (2008), Grandino e Tomazelo (2007) e Megid Neto (2009). Entre os trabalhos que analisam eventos, existem os que foram realizados a partir dos anais dos EPEAs (AVANZI; CARVALHO; FERRARO-JUNIOR, 2009; CAVALARI *et al.*, 2006; FERRARO- JUNIOR, 2012; KAWASAKI *et al.*, 2009b; RINK; MEGID NETO, 2009), dos Encontros Nacionais de Pesquisas em Educação em Ciências (ENPECs) (KAWASAKI *et al.*, 2009b; SCHNEIDER- FELICIO; MATOS, 2013), dos Encontros da Associação Nacional de Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) (AVANZI; CARVALHO; FERRARO-JUNIOR, 2009; CARVALHO; SCHMIDIT, 2008) e dos Encontros da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) (GT-22) (CARVALHO; SCHMIDIT, 2008).

O presente trabalho se insere no âmbito do Projeto “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações)”. Esse projeto foi idealizado inicialmente em 2001, pelo grupo FORMAR Ciências, da Faculdade de Educação da UNICAMP (CEDOC), apoiado pelo CNPq. Em 2008, o projeto foi retomado com a participação de Grupos de Pesquisa de três outras instituições de ensino superior do estado de São Paulo (UNESP, Câmpus de Rio Claro, USP, Câmpusde Ribeirão Preto, e UFSCar). Também conhecido como “Projeto EArte”, tem como objetivo a sistematização da produção acadêmica sobre educação ambiental já produzida no Brasil, vislumbrando, além de estudos mais descritivos e

panorâmicos em relação aos contextos de produção nos quais foram desenvolvidas as teses e dissertações, como também investigações de caráter mais analítico, direcionadas para a discussão de determinadas temáticas nessa produção (CARVALHO *et al.*, 2016).

Para a facilitar a concretização desse objetivo inicial, os pesquisadores vinculados ao projeto construíram um Banco de Dados *online*², constituído por teses e dissertações defendidas nas instituições de ensino superior brasileiras. Até o presente momento, foram consolidadas as teses e dissertações defendidas no período de 1989 a 2012, exceto àquelas referentes ao ano de 2010 e aos anos posteriores que ainda estão sendo selecionadas para posterior inclusão.

Por meio de buscas no Banco, é possível ter acesso às “fichas de classificação dos trabalhos” elaboradas pela equipe do projeto. Tais fichas são constituídas pelos seguintes elementos: dados institucionais, anos de publicação, resumo, palavras-chave, contexto no qual o trabalho se insere (escolar ou não escolar), área do conhecimento (definidas pela Capes), área curricular e tema de estudo (foco da investigação) (CARVALHO *et al.*, 2016).

No âmbito do projeto “EArte”, foram produzidos diversos trabalhos de conclusão de curso nos níveis de graduação (TCC) e de pós graduação, mestrado e doutorado, que analisaram teses e dissertações abordando variadas temáticas que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1: TCCs, dissertações e teses de EA desenvolvidas no âmbito do “Projeto EArte” e seus respectivos autores, Instituições de Ensino Superior (IES) nas quais foram desenvolvidas as pesquisas e os anos de publicação.

| Autoria | Título | IES | Ano de publicação |
|--------------------------------|---|-----------------|--------------------------|
| Glaucia de Medeiros Dias (TCC) | Educação ambiental e as dimensões local e global apresentadas em teses e dissertações | Unesp Rio Claro | 2010 |
| Elaine Dantas (TCC) | Educação ambiental e práticas pedagógicas em escolas no ensino básico: o que dizem as teses e dissertações produzidas no Estado de São Paulo? | Unesp Rio Claro | 2010 |
| Karina Ambrósio | O tema agroecologia em teses e | Unesp | 2016 |

² O referido Banco de Dados pode ser consultado no endereço eletrônico: <http://earte.net>

| | | | |
|---|--|--------------------|------|
| Claro (TCC) | dissertações brasileiras de educação ambiental. | Rio claro | |
| Alison Lulu Bittar (MESTRADO) | Pesquisa em educação ambiental: a atividade de campo em teses e dissertações. | Unesp Rio Claro | 2010 |
| Maria Luíza Bonazzi Palmieri (MESTRADO) | Os projetos de educação ambiental desenvolvidos nas escolas brasileiras: análise de dissertações e teses | Unesp Rio Claro | 2011 |
| Heluane Aparecida Lemos de Souza (MESTRADO) | A “ética ambiental” na produção teórica (dissertações e teses) em educação ambiental no Brasil. | Unesp Rio Claro | 2012 |
| Bárbara de Mendonça Heiras (MESTRADO) | Cultura e educação ambiental – um estudo a partir das dissertações e teses sobre educação ambiental no Brasil | Unesp Rio Claro | 2012 |
| Danielle Aparecida dos Reis (MESTRADO) | Compreensões elaboradas pelo campo da educação ambiental sobre o tema mudanças climáticas: análise de dissertações e teses brasileiras | Unesp Rio Claro | 2013 |
| Maria Fernanda ZanattaZupelari (MESTRADO) | O debate modernidade/pós-modernidade e a crise socioambiental: um estudo sobre teses e dissertações em Educação Ambiental. | Unesp Rio Claro | 2014 |
| Vanessa Lima Bomfim (MESTRADO) | As “Ecologias” em Pesquisas em Educação Ambiental. | USP Ribeirão Preto | 2015 |
| Maria Cristina Bolela e Silva (MESTRADO) | As pesquisas em Educação Ambiental Crítica. | USP Ribeirão Preto | 2015 |
| Gláucia de Medeiros Dias (MESTRADO) | A dimensão valorativa da educação ambiental na formação continuada de professores apresentada em teses e dissertações brasileiras. | Unesp Rio Claro | 2012 |
| Ana Clara Nery da Silva (MESTRADO) | Educação ambiental e políticas públicas nas dissertações e teses de educação ambiental no Brasil: análise dos processos de elaboração e implementação. | Unesp Rio Claro | 2015 |
| Rafael Diógenes de Camargo (MESTRADO) | Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica em educação ambiental no Brasil: um estudo a partir de teses e dissertações. | Unesp Rio Claro | 2016 |
| Juliana Rink | A ambientalização curricular no ensino | Unicamp | 2014 |

| | | | |
|---|--|---------------------|------|
| (DOUTORADO) | superior: tendências da pesquisa acadêmica brasileira em educação ambiental (1981-2010). | Campinas | |
| Francielle Amâncio Pereira (DOUTORADO) | A integração curricular na formação de professores para a educação ambiental: tecendo fios e revelando desafios da pesquisa brasileira | Unicamp Campinas | 2014 |
| Danilo Seithi Kato (DOUTORADO) | A pesquisa em Educação Ambiental e a construção de sentidos sobre o conceito de ecossistema: o discurso científico em foco. | Unesp Araraquara | 2014 |
| Carolina Mandarinini Dias (DOUTORADO) | Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental em Áreas Protegidas: um estudo a partir das dissertações e teses (1981-2009). | Unicamp Campinas | 2015 |

Fonte: dados da pesquisa.

Apresentados os referenciais metodológicos que fundamentam essa pesquisa do tipo “estado da arte” e a sua contextualização no âmbito do “Projeto EArte”, a seguir iniciaremos a exposição dos procedimentos adotados para a constituição do *corpus* documental analisado.

2.1 Constituição do *corpus* documental

Como já apontado, o *corpus* documental em análise nessa pesquisa é composto por teses e dissertações do campo da EA, que abordam o tema movimentos sociais constantes do Banco de Dados do “Projeto EArte” disponíveis no período de 1981 até 2012. Os trabalhos publicados nos anos de 2010, 2013, 2014 e 2015 ainda estão em processo de seleção pelos pesquisadores do “Projeto EArte”, portanto, não compõe o referido Banco de Dados. Por esta razão, os trabalhos referentes à esse período foram buscados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).³

A constituição do *corpus* documental para análise consistiu nas seguintes etapas: definição dos termos de busca; “leitura flutuante” dos resumos encontrados; definição de critérios para seleção; busca e leitura dos trabalhos completos e por

³ A Base de Dados pode ser acessada no endereço: <http://bdtd.ibict.br/>

fim, definição do *corpus* documental definitivo. Tais etapas serão descritas de forma detalhada a seguir.

Na primeira etapa foram definidos os termos de busca. Em uma busca preliminar, realizada no Banco de Dados do “Projeto EArte”, foram utilizados termos de busca abrangentes referentes à temática, a saber: “Movimentos sociais”, “Movimento social”, “Movimento Ecológico” e “Movimento Ambientalista”, resultando em um total de noventa e um trabalhos que continham tais termos em seus títulos, resumos e/ou palavras-chave (Quadro 2). Cabe ressaltar que em alguns casos os termos se repetem em um mesmo trabalho, o que justifica a diferença entre a frequência na qual os termos aparecem e a quantidade de trabalhos.

Quadro 2: Frequência na qual os referidos termos aparecem nos títulos, resumos e/ou palavras-chave das teses e dissertações de EA cadastradas no banco do EArte e o total de trabalhos encontrados a partir de tais buscas.

| Movimento social | Movimentos sociais | Movimento ambientalista | Movimento ecológico | Total de frequência | Total de trabalhos |
|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| 12 | 50 | 34 | 11 | 112 | 91 |

Fonte: dados da pesquisa.

Considerando que os termos anteriormente definidos poderiam não abarcar os trabalhos que tematizam os movimentos sociais e que discutem a temática ou não mencionam o termo “movimento social” no título, resumo e/ou palavras-chave, foram incluídos novos termos de busca. Optou-se por acrescentar como termo de busca “MST” e “MAB”, que estão incluídos na categoria dos movimentos sociais que não se denominam ambientalistas, mas que, segundo Acselrad (2010), vem ganhando destaque ao articular suas propostas com a “justiça ambiental”.

Além dos movimentos sociais citados acima, o movimento feminista, a partir das abordagens “ecofeministas”, tem se aproximado do campo da EA. Em um estudo cartográfico realizado por Sauv  (2005), dentre as quinze correntes identificadas para as proposi es pedagógicas da EA, identificou-se a corrente “ecofeminista”. Para esta corrente, são objetivos pedagógicos da EA, “integrar os valores feministas   relação com o meio ambiente”. Sendo assim, os termos “movimento feminista”, “feminismo” e “ecofeminismo” foram inseridos nos campos de

busca. Cabe ressaltar que todos os trabalhos resultantes desta busca foram encontrados pelo termo “feminismo”.

Além desses termos, foram inseridos também os termos “Educação do campo” (EDC) e “Educação ambiental popular (EAP)”, uma vez que, em muitos casos, as pesquisas aparecem diretamente relacionadas a essas áreas. Da mesma forma que na busca anterior, considerando que os termos se repetem, foram encontrados quarenta e cinco trabalhos no total (Quadro 3).

Quadro 3: Total de teses e dissertações encontradas no banco do EArtee frequências na qual os termos aparecem nos respectivos resumos, títulos e palavras-chave.

| EDC | EAP | MST | MAB | Feminismo | Total de frequência | Total de trabalhos |
|------------|------------|------------|------------|------------------|----------------------------|---------------------------|
| 19 | 6 | 15 | 4 | 5 | 49 | 45 |

Fonte: dados da pesquisa.

Neste primeiro momento, a partir das buscas pelos termos “movimentos sociais”, “movimento social”, “movimento ecológico”, “movimento ambientalista”, “feminismo”, “MST”, “MAB”, “educação ambiental popular” e “educação do campo” foram encontrados um total de cento e vinte e oito resumos, considerando que alguns trabalhos apresentam mais de um termo de busca em seus títulos, resumos e/ ou palavras chave,

Como já mencionado anteriormente, foi realizada a busca das teses e dissertações publicadas nos anos de 2010, 2013 a 2015 na “Plataforma BDTD”. A partir de uma leitura inicial dos resumos encontrados no Banco de Dados do Projeto EArte, constatou-se que os possíveis trabalhos a serem incluídos no *corpus* documental encontrados pelos termos “educação ambiental popular” e “educação do campo” também eram encontrados pelos outros termos e, por este motivo, foram excluídos dessa nova busca. Dessa forma, a busca foi realizada utilizando os filtros “qualquer termo” com o intuito de encontrar os trabalhos em que aparecessem qualquer um dos termos “movimentos sociais”, “movimento social”, “MST”, “MAB”, “movimento ecológico”, “movimento ambientalista”, “movimento feminista”, “feminismo”, “ecofeminismo” em português, pela pesquisa ter como foco o campo da EA no Brasil e também o filtro dos anos de interesse (2010, 2013, 2014 e 2015).

Nessa busca, foram encontradas trezentas e setenta e quatro teses e dissertações no ano de 2010 e 1219 publicadas no período de 2013 a 2015.

Tratando-se de um Banco de Dados amplo que abarca todas as áreas do conhecimento e considerando a impossibilidade de reduzir a busca a trabalhos que tratassem da EA e da temática ambiental, foi realizada a primeira etapa da “leitura flutuante” desses 1593 resumos, com o objetivo de selecionar aqueles do campo da EA e que atendessem aos critérios definidos anteriormente. Foram encontrados vinte documentos para possível inclusão no *corpus* documental para análise. Os termos foram inseridos nos campos de buscas de forma que não foi possível contabilizar a frequência de trabalhos encontrados pelos diferentes termos de busca separadamente. Conforme o Quadro 4, apresentado a seguir, obteve-se um total de cento e cinquenta e dois resumos.

Quadro 4: Número de teses e dissertações em EA, cadastradas nos bancos do EArte e BDTD, encontradas a partir de buscas pelos termos MST, MAB, movimento social, movimentos sociais, feminismo, movimento ecológico e movimento ambientalista.

| Banco de Dados EArte (1989 – 2011, 2012) | Plataforma BDTD (2010, 2013 a 2015) | Total |
|---|--|--------------|
| 128 | 20 | 148 |

Fonte: dados da pesquisa.

Os resumos das teses e dissertações encontradas foram exportados para um documento do *Word* passaram pelo processo de “leitura flutuante”. Após esse processo, foram definidos critérios para a inclusão ou exclusão dos documentos que iriam constituir *corpus* definitivo os quais são apresentados a seguir.

Inicialmente, percebeu-se que muitos resumos apenas faziam referência aos termos, mas não apresentavam indícios de discussão sobre a temática ao longo do trabalho. Foi recorrente a citação dos “movimentos sociais” ou do “movimento ambientalista” na contextualização histórica da EA, mas sem aprofundamento em questões que envolvem os movimentos sociais propriamente ditos. Esses casos foram os mais expressivos nesse primeiro momento de “leitura flutuante” e se justifica tendo em vista a presença dos movimentos sociais e principalmente o movimento ambientalista/ecológico no histórico da Educação Ambiental. Nesse contexto e atentando-se aos objetivos desta pesquisa, foi definido o primeiro critério

para seleção dos documentos, para inclusão do trabalho no *corpus* documental, ou seja, o mesmo deve ter como foco a discussão sobre movimentos sociais ou, ainda, indicar a intenção de fazê-lo. Sendo assim, trabalhos que apenas citam os termos foram excluídos nesse primeiro momento.

Houve recorrência de teses e dissertações que, nos títulos, resumos e/ou palavras-chave, referiam-se aos termos de busca, mas tinham como foco de pesquisa entidades e organizações que compõem o chamado “terceiro setor” e até mesmo as denominavam como “movimento social” ou “movimento ambientalista”.

Considerando que poucos foram os autores que conceituaram ou delimitaram o conceito de movimentos sociais a partir da sociologia, esta pesquisa adota como referência a conceituação de Gohn (2011), que afirma que os movimentos sociais são

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam das simples denúncias, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335)

Além disso, de acordo com Gohn (2000), as organizações que compõem o terceiro setor, não são compreendidas enquanto movimentos sociais, uma vez que, entre outros motivos que serão discutidos no próximo capítulo, ocupam espaços institucionais na sociedade, ainda que em muitos casos atuem em parceria com os movimentos sociais. Sendo assim, essas teses e dissertações foram excluídas da composição do *corpus* documental, embora este seja um dado que será discutido posteriormente nesta pesquisa. Trabalhos sobre as entidades do terceiro setor só foram incluídos em casos específicos nos quais os movimentos sociais também são discutidos no trabalho de forma expressiva.

Após a definição desses primeiros critérios, inicialmente foram excluídos cento e quatro trabalhos, trinta e três entraram na categoria “dúvida” e vinte foram selecionados para compor o *corpus* documental, como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 5: Número de teses e dissertações em EA cadastradas nos bancos do EArte e BDTD excluídas e em dúvida após a “leitura flutuante” dos respectivos resumos.

| Total | Exclusão | Dúvida |
|--------------|-----------------|---------------|
| 148 | 104 | 34 |

Fonte: dados da pesquisa.

Na etapa seguinte, buscou-se os textos completos das teses e dissertações incluídas na categoria “dúvida” e dos dezenove trabalhos que já haviam sido considerados como parte do *corpus* documental dessa pesquisa. As buscas foram realizadas nas bibliotecas digitais das Universidades nas quais foram desenvolvidas as pesquisas. Em alguns casos, quando os trabalhos não estavam disponíveis, recorreu-se ao autor(a) e orientador(a) por meio de *email* e pela rede social *facebook*. Com esses procedimentos, apenas um trabalho, que compunha a categoria dúvida, não foi encontrado.

Em seguida, foi realizada uma primeira leitura dos documentos encontrados com o intuito de identificar elementos relacionados aos objetivos e às questões desta pesquisa, tanto dos trabalhos que já haviam sido selecionados pelos resumos quanto daqueles que compunham a categoria dúvida. Neste momento, foram definidos novos critérios, a saber, algumas pesquisas indicavam a discussão mais aprofundada da temática movimentos sociais em seus resumos, mas não a realizaram em seus textos completos. Essas pesquisas não foram selecionadas para constituir o *corpus* documental definitivo. Além disso, houve trabalhos que apresentaram algum item sobre a temática, no entanto, em alguns casos, isto ocorreu apenas na caracterização do local de pesquisa sem qualquer aprofundamento no movimento ou na temática dos movimentos sociais, estes trabalhos também não foram incluídos para análise.

Após essa fase, atentando-se aos critérios definidos, dos trinta e quatro trabalhos que compunham a categoria dúvida, vinte foram excluídos e treze foram incluídos no *corpus* documental. Apenas um trabalho não foi encontrado e considerando os dezenove trabalhos que já haviam sido selecionados para compor o *corpus* documental em um momento anterior à leitura dos trabalhos completos, têm-se um total de trinta e dois documentos para análise. Os resultados deste processo são apresentados no Quadro 6:

Quadro 6: Teses e dissertações incluídas, excluídas e não encontrada para a constituição do *corpus* documental dessa pesquisa após leitura dos trabalhos completos.

| Exclusão | Inclusão | Não encontrado |
|-----------------|-----------------|-----------------------|
| 20 | 32 | 1 |

Fonte: dados da pesquisa.

Os trabalhos selecionados para constituição do *corpus* documental definitivo, códigos de identificação, termos de busca e os respectivos autores são apresentados no Quadro 7.

Quadro 7: Os códigos de identificação, os autores e os títulos das teses e dissertações brasileiras de EA que compõem o *corpus* documental definitivo dessa pesquisa.

| Código | Autor (a) | Título |
|---------------|-------------------------------------|---|
| Tr 1 | ZACARIAS, Rachel dos Santos | A lógica destrutiva do capital, crise ambiental, mudanças climáticas: os movimentos sociais e a educação ambiental |
| Tr 2 | CIANDRINI, Fernanda | A natureza do/no MST |
| Tr 3 | VARGAS, Luiz Americo Araújo | A questão agrária e o meio ambiente: trabalho e educação na luta pela terra e pela sustentabilidade |
| Tr 4 | FREITAS, Leda Maria Duval de | A utopia compartilhada e o compartilhar como utopia. A Educação Ambiental no contexto de uma experiência ecológica integral: a Eco-comunidade del Sur |
| Tr 5 | MELLO, Dario Fernando Milanez de | Agroecologia e Educação: ações pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST |
| Tr 6 | VIGNATTI, Marcilei Andrea Pezanatto | De coisa de pequeno burguês para um debate relevante: a trajetória ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) - 1984-2004 |
| Tr 7 | ANDRADE, Edivanio Santos | Do sentido ético à sobrevivência: a prática ambiental em assentamentos rurais do MST no estado de Sergipe |
| Tr 8 | FRANQUES, Bruno Marcondes | Ecologias: sobre processos educativos livres e libertários em movimentos sociais pós-modernos |

| | | |
|-------|----------------------------------|---|
| Tr 9 | OLIVEIRA, Sara Monise de | Educação Ambiental e organizações da sociedade civil da bacia hidrográfica do Córrego Água Quente (São Carlos/SP): compreendendo a incorporação da temática ambiental em suas ações socioeducativas |
| Tr 10 | LIMA, Felipe Baunilha Tomé de | Educação ambiental em João Pessoa: um estudo sobre as organizações que atuam na sociedade civil |
| Tr 11 | GALVÃO, Maria Neuma Clemente | Educação Ambiental nos assentamentos do MST |
| Tr 12 | GALDINO, José Wilson | Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense |
| Tr 13 | PAULA, Hiramisis Paiva de | Educação e sustentabilidade: assentamentos Maria da Paz, João Câmara/RN |
| Tr 14 | NASCIMENTO, Ana Lídia Cardoso | Escolas-família agrícolas e agroextrativistas do estado do Amapá: práticas e significados |
| Tr 15 | CURADO, Fernando Fleury | Esverdeando a reforma agrária: atores sociais e a sustentabilidade em assentamentos rurais no estado de Goiás |
| Tr 16 | FANK, Jonia Teresinha | Flores, cores e saberes do movimento ecológico de Mato Grosso em frutificação na Educação Ambiental |
| Tr 17 | BARROS, Liliane Costa de | Impactos socioambientais dos resíduos sólidos em assentamentos no meio rural: uma análise sob a mediação da educação ambiental sobre o município de São Gabriel/RS |
| Tr 18 | NUNES, Sidemar Presotto | Influências teóricas e políticas nas práticas educativas da rede Ecovida de Agroecologia |
| Tr 19 | CARVALHO, Andréa Freire de | Interpretações socioambientais da mística do movimento dos trabalhadores rurais sem terra |
| Tr 20 | FERREIRA, Ana Rita de Lima | Investigando a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens |

| | | |
|-------|------------------------------------|--|
| Tr 21 | OLIVEIRA, Joao Cesar Abreu de | Meio ambiente e educação ambiental no MST: representações sociais no Assentamento 10 de Abril, no município do Crato-CE |
| Tr 22 | ARAÚJO, Christianne Evaristo de | Movimento dos atingidos por barragens (MAB), a questão ambiental e a participação política |
| Tr 23 | SILIPRANDI, Emma | Mulheres e agroecologia : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar |
| Tr 24 | QUEIROZ, Rosane Morais Falcão | O meio ambiente do bairro Pirambu sob a ótica de seus movimentos sociais |
| Tr 25 | KRZYSCZAK, Fábio Roberto | O meio ambiente na percepção dos assentados pelo mst/incra: um estudo sobre os assentamentos da antiga fazenda Annoni – Pontão/RS |
| Tr 26 | BARBOSA, Flávia Maria | Os movimentos sociais como instrumento dos processos de criação e de implantação de unidades de conservação no Distrito Federal: um estudo comparativo dos Parques do Gama e Parque Ecológico de Águas |
| Tr 27 | PEREIRA, Celso Sánchez | Os nós, os laços e a rede: considerações sobre a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil |
| Tr 28 | SCHIAVON, Samira Maximiano | Projeto Revivavida: um diálogo entre a pedagogia libertadora e a ecopedagogia |
| Tr 29 | FERREIRA, Isabelle Azevedo | Resistência e projeto: o ambientalismo na construção da identidade do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. |
| Tr 30 | CARVALHO, Isabel Cristina de Moura | Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos |
| Tr 31 | GUIMARÃES, Rogerio de Souza | Desafios da Educação Ambiental na articulação entre escola e assentamentos da reforma agrária |
| Tr 32 | DI CIOMMO, Regina Célia | Ecofeminismo e complexidade |

Fonte: dados da pesquisa.

Em um primeiro momento, foi realizado um “mapeamento” *docorpus* documental selecionado com o intuito de buscar panoramas referentes aos contextos em que as pesquisas foram desenvolvidas, ou seja, foram apresentados e discutidos aspectos como o local, o ano de publicação, a área do conhecimento na qual os Programas de Pós Graduação (PPG) estão vinculados, as dependências administrativas, entre outros. Em seguida, atentando-se às questões da presente pesquisa e com o objetivo de discutir aspectos teóricos referentes aos movimentos sociais e suas possíveis relações com a EA foi realizado um “recorte” deste *corpus* documental. Tal recorte foi realizado de modo a contemplar os trabalhos que, de maneira explícita, buscam estabelecer relações entre os movimentos sociais e a Educação Ambiental. Os critérios de seleção desses documentos serão apresentados em um momento posterior.

No próximo capítulo, serão discutidos alguns aspectos teóricos referentes à temática dos movimentos sociais que pretendem responder à alguns questionamentos que surgiram ao longo da constituição deste *corpus* e fornecer subsídios para melhor compreensão das análises que serão apresentadas no capítulo.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS E INTERPRETATIVOS

Na vida cotidiana, a partir de relações entre as pessoas em seus contextos escolares, ambientes de trabalho, com a mídia e entre outros espaços sociais, são construídas determinadas representações sobre movimento social. Tanto para o senso comum quanto para o conhecimento científico, dificilmente essa noção é desconhecida. No entanto, de acordo com Gohn (2006), os exemplos de movimentos sociais usualmente relatados pelas pessoas podem remeter a fatos históricos muito distintos.

Ainda que os movimentos sociais existam desde o começo do século XIX, foi apenas a partir da segunda metade do século XX que ganharam destaque enquanto “fenômenos históricos concretos” da sociedade e, assim, passaram a ter relevância enquanto objeto científico de análise, proporcionando a elaboração de teorias para interpretação destes fenômenos. Entretanto, Gohn (2006) aponta que existem ainda algumas lacunas no campo de pesquisa sobre os movimentos sociais e que podem ser expressas nas seguintes questões:

Afinal, o que são esses movimentos? O que os qualificam como novos? O que os distinguem de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as ONGs? O que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa num movimento social se institucionaliza? Qual o papel dos movimentos sociais neste final de século? (GOHN, 2006, p. 11).

Tendo como foco o estudo dos movimentos sociais e suas relações com a EA, entende-se que discutir estas questões é fundamental para que o campo de pesquisa em EA avance e preencha algumas lacunas existentes neste debate. Desta forma, buscou-se explorar algumas dessas questões neste capítulo. Não se trata de esgotar todos os questionamentos, mas sim de sistematizar algumas ideias que vêm sendo formuladas pelos pesquisadores da área para melhor compreensão do problema.

Segundo Gohn (2011 b), poucos foram os autores que conceituaram e delimitaram o conceito de movimentos sociais e, além disso, as formulações já elaboradas vem sendo alteradas inclusive dentro de uma mesma corrente teórica.

Atentando-se às limitações que podem ser geradas ao conceituar e definir algum termo, cabe destacar a relevância da discussão dos conceitos tanto para o âmbito teórico quanto para o prático. Segundo a autora, no caso dos movimentos sociais, essa lacuna conceitual acaba por tratar tipos e espécies de movimentos sociais da mesma forma, sem sequer diferenciar os movimentos propriamente ditos de lutas, protestos, revoltas, revoluções, entre outras formas de ações coletivas. Ademais, os pesquisadores que buscam conceituar os movimentos sociais são orientados por diferentes paradigmas⁴, produzindo diferentes correntes interpretativas e, assim, diferentes conceituações sobre o que vem a ser movimentos sociais. Considerando a diversidade de conceitos, optou-se pela utilização das teorias interpretativas desenvolvidas por Gohn (2006). Sendo assim, entende-se por movimentos sociais as

ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil [...] As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista quanto conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 2006, p. 251).

Tendo esse ponto de partida e pretendendo avançar nas formulações teóricas sobre a conceituação de movimentos sociais, é importante elucidar algumas

⁴ A autora se fundamenta na noção de Paradigma elaborada por Kuhn (1962) e afirma que “um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social. Esta explicação deve diferir da de outros paradigmas” (GOHN, 2006, p. 13).

diferenças entre os movimentos sociais e outras formas de ações coletivas e/ou organizações sociais. Segundo Gohn (2000), a primeira diferença se dá entre “movimentos” e “grupos de interesses”. Os movimentos sociais diferem dos grupos de interesse, uma vez que os interesses comuns de um grupo trata-se de uma parte constituinte de um movimento, mas não pode ser o único elemento para caracterizá-lo como tal. É necessário a formação de um “coletivo social”, bem como uma “identidade em comum”, além de outros parâmetros para caracterizar uma ação de um grupo como movimento social.

Uma segunda diferença destacada pela autora refere-se à compreensão equivocada de que determinadas ações históricas de grupos sociais constituem movimentos sociais. Como exemplo, a autora cita o movimento da classe trabalhadora, que está mais ligada a “ação da classe em movimento” e não um movimento específico da classe. Assim, podem ser demarcados um sentido ampliado e geral para o termo “movimentos sociais” e outro restrito e específico.

Outra diferenciação deve ser realizada sobre os modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. Protestos, rebeliões, invasões, ocupações, lutas armadas, passeatas não configuram por si só um movimento social, mas sim podem integrar as estratégias de ação do mesmo. Por fim, a autora afirma que os movimentos sociais ocupam um espaço não institucionalizado e não fazem parte nem do setor público e nem do privado (primeiro e segundo setor) (GOHN, 2000).

Após apresentados alguns conceitos e caracterizações sobre movimentos sociais, segundo Gohn (2000), pode-se considerar que um movimento social

refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer -por meio de um conjunto de práticas sociais - e um pensar - por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto. (GOHN, 2000, p.12)

Os conflitos sociais e ambientais, bem como a resistência mais ou menos organizada em movimentos sociais, datam longo período de tempo nas sociedades. A contradição é inerente às relações entre os seres humanos e destes com a natureza. Tratando-se de construções sociais, portanto históricas, os movimentos sociais e as suas teorias interpretativas variam de acordo com os contextos sociais,

econômicos, políticos e culturais nas quais são produzidos e assim, não podem ser considerados como fenômenos fixos.

De acordo com Gohn (2000), desde o período colonial, a sociedade brasileira foi marcada por lutas e movimentos sociais contrários à dominação do seu povo pelos colonizadores, à exploração econômica e em tempos mais recentes, contra a exclusão social. Com o advento da República, houve uma alteração da questão social no Brasil, principalmente pela substituição do regime escravocrata pela mão-de-obra assalariada, composta em sua maioria por imigrantes. Nesse momento, as classes que dominavam os meios de produção eram as elites agrárias que estavam diretamente ligadas à burguesia inglesa. Com o início dos processos de industrialização, houve uma mudança no modo de produção, levando à formação de uma nova forma de mão-de-obra: o “proletário urbano”. Emergiram, também, nesse momento a resistência desses mesmos trabalhadores de forma organizada e refletida nas ligas, uniões, associações de auxílio mútuo, entre outras.

No contexto internacional dos movimentos sociais, até a década de 1960, as ações dos movimentos sociais se materializavam nas lutas do “movimento operário”. Conhecidos como “movimentos sociais clássicos” (GOHN, 2006), eram fundamentados, segundo Gonçalves (1990), na “crítica teórica e prática da ordem instituída e o capitalismo aparecia como a causa de todos os males que os homens se defrontavam” (p. 10).

Nesse momento, os movimentos sociais já eram considerados objetos científicos de análise por diversos autores. Assim, diferentes teorias interpretativas sobre movimento social, suas distinções em relação às outras organizações, bem como sua estrutura e estratégias de ação, entre outros aspectos, foram construídas de acordo com os “paradigmas” utilizados pelos pesquisadores.

Gohn (2006) buscou sistematizar as principais teorias explicativas sobre os movimentos sociais tendo como critério a utilização do “contexto geográfico-espacial”, no qual as teorias foram construídas. A autora ressalta que esta escolha foi realizada entendendo o critério geográfico-espacial enquanto um recurso pedagógico que pretende “localizar os paradigmas diferencialmente, enquanto a corrente teórico-metodológica composta por teorias que foram formuladas a partir de realidades específicas”.

Segundo a autora, até a década de 1960, os paradigmas “clássicos” orientavam as análises dos movimentos sociais na América do Norte, Europa e América Latina. As teorias interpretativas clássicas norte-americanas tiveram início com a chamada “Escola de Chicago” e predominaram até o início da década de 1960. Durante esse período, a abordagem clássica dos movimentos sociais não foi homogênea, as teorias se transformaram de acordo com os contextos das épocas, surgiram novas teorias que podem ser agrupadas em cinco grandes categorias que tem em comum que:

o núcleo articulador das análises é a teoria da ação social e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos é nela a meta principal. Os comportamentos, por sua vez, eram analisados segundo um enfoque sociopsicológico. Têm ênfase na ação institucional, contraposta à não-institucional (GOHN, 2006, p. 23)

Segundo Gohn (2006), para os autores clássicos do paradigma norte-americano, os movimentos sociais eram interpretados como “distúrbios” ou “deformações” da sociedade, considerada por eles um sistema coeso. As análises que enfatizavam a reação psicológica dos sujeitos que aderiam aos movimentos sociais frente às mudanças era resultante de um “comportamento irracional” dos mesmos.

Na Europa, os movimentos sociais eram analisados pelos cientistas sociais a partir da perspectiva marxista da luta de classes, predominando a ênfase na influência do modelo econômico, no caso o capitalista, na vida dos trabalhadores. De acordo com a abordagem marxista, os movimentos sociais somente se constituem como tal, na medida em que se colocam em movimento pelas suas ações na história (GOHN, 2000). De acordo com Scherer-Warren (1984) e Gohn (2000), o paradigma marxista teve grande contribuição na formulação das teorias interpretativas dos movimentos sociais, além de ter influência direta na orientação interna das ações dos movimentos. Para Gohn (2006), o paradigma clássico marxista

centra-se no estudos dos processos teóricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas são: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência,

conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado etc. As noções e conceitos desenvolvidos são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo etc (GOHN, 2006, p. 14).

Para a autora, o paradigma marxista pode ser subdividido em duas grandes correntes, sendo que uma está relacionada ao “jovem Marx” e tem como eixos centrais a consciência, a alienação e a ideologia etc. A partir destes eixos, criou-se uma “tradição histórica humanista” que continuou se desenvolvendo com os estudos de Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, György Lukács, e da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial, que irão fundamentar as teorias contemporâneas neomarxistas.

A outra corrente é fundamentada nos estudos sobre o desenvolvimento do capital realizados pelo Marx “maduro”. Essa corrente privilegia os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade, bem como o protagonismo da classe operária na transformação social a partir do movimento operário. Tem como conceitos básicos a formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação em última instância, mais-valia, entre outros. Muitas críticas foram endereçadas a esta última vertente, principalmente no que se refere às leituras mecanicistas e deterministas da realidade social (GOHN, 2006).

Na América Latina, a produção do conhecimento sobre os movimentos sociais se deu de forma peculiar. Como afirma Gohn (2006), o “paradigma latino-americano” não possui formulações teóricas próprias. Ainda que existam muitas mobilizações, poucas teorizações foram feitas sobre os movimentos sociais latino-americanos. Como resultado, as teorias que orientaram a produção do conhecimento sobre os movimentos sociais foram formuladas principalmente na Europa e em poucos casos, na América do norte, ou seja, em contextos de luta muito diferentes da América Latina. As teorizações sobre os movimentos sociais latino-americanos serão apresentadas adiante.

Seguindo a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, de acordo com Gohn (2000), percebeu-se um avanço das lutas sociais durante os anos de 1945 e 1964. Projetos de desenvolvimento nacional foram criados nessa conjuntura de redemocratização do país, com influência do cenário internacional de

desenvolvimento da sociedade de consumo e a política da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a URSS. Para a implantação dos projetos, o Estado criou condições favoráveis à instalação de indústrias multinacionais, principalmente do setor energético, surgindo então a categoria dos metalúrgicos como um novo setor da classe operária (GOHN, 2000). Para a autora, entre os anos de 1961 a 1964, durante o governo de João Goulart, o Brasil foi palco de muitas greves e do surgimento de movimentos sociais como as “Ligas Camponesas do Nordeste” e o “Movimento dos Agricultores Sem-Terra” (MASTER), que em um momento posterior deram origem ao MST, o “Movimento de Educação de Base” (MEB), os “Círculos Populares de Cultura” (CPC) da “União Nacional dos Estudantes” (UNE) que lutavam por um projeto de desenvolvimento nacional autônomo.

De acordo com Gohn (2000), o cenário de efervescência dos movimentos sociais verificado até o início da década de 1960 foi interrompido com o golpe militar de 1964 e até 1969 poucos foram os movimentos de resistência, principalmente devido à forte repressão do regime ditatorial com a implantação de aparelhos burocráticos de controle baseados no medo, na tortura e na cassação de direitos. Cabe ressaltar que este cenário verificou-se também em outros países latino-americanos.

A partir de 1974, com a crise internacional do petróleo, entra também em crise o chamado "milagre brasileiro" conquistado com os projetos desenvolvimentistas energéticos do período anterior (GOHN, 2000). Foi somente a partir desse momento que as resistências às situações de repressão, à desigualdade social evidenciada com o alto índice de desemprego, começaram a se organizar. Para a autora, nesse período, os movimentos sociais “emergem das cinzas” e como exemplo há o surgimento das “Comunidades Eclesiais de Base” (CEB), orientadas pela “Teologia da Libertação”, que deram origem a movimentos sociais diversos por transportes, saúde, pelo uso da terra, por vagas em escolas, entre outros.

Nesse contexto, verificou-se uma crescente produção teórica latino-americana sobre os movimentos fundamentados nas formulações já existentes na Europa. Como afirma Gohn (2006), predominaram até a década de 1980, as análises sob o prisma marxista, destacando as categorias de hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais.

Ao depararmos com o contexto das lutas sociais no âmbito internacional, segundo Gonçalves (1990), a década de 1960 iniciou-se com o surgimento de uma nova modalidade de movimento social no âmbito internacional. A crítica não se concentrava mais no “modo de produção”, como era o caso do “movimento operário”, mas, sobretudo, ao “modo de vida”, à mudança da realidade enfrentada por diferentes grupos sociais no cotidiano, como o movimento das mulheres, dos negros, o movimento ecológico/ambientalista e o “movimento dos homossexuais”. Ainda sobre os “novos movimentos sociais”, Alonso (2009), afirma que estes não eram mais protagonizados pelos chamados “proletários”, não tinham centralidade na categoria de classe, mas sim, na etnia. Além disso, o autor afirma que nesses movimentos, o objetivo não era a “revolução política”, nem tampouco a tomada do “poder de Estado” almejada pelos marxistas europeus e não se tratavam de reações irracionais ou distúrbios, como pensavam os funcionalistas norte-americanos.

Este novo contexto histórico, marcado pelo aumento da participação política da população através da ação dos movimentos sociais, como podemos observar no caso brasileiro, de acordo com Gohn (2006), parecia ultrapassar os limites das teorias interpretativas clássicas para os movimentos sociais. A necessidade de reformulação dessas teorias, segundo Alonso (2009), compartilha da ideia de que uma transformação “macroestrutural” alterou as bases do capitalismo, descentralizando as categorias de produção industrial e o trabalho, dando espaço para novos temas e atores sociais, como o destaque para as categorias da “cultura” e a da “identidade”.

Na América do Norte, refutou-se a ideia comportamentalista irracional defendida pelos autores clássicos, levando a emergência do paradigma contemporâneo norte-americano com a teoria da “Mobilização de Recursos” (MR). Para essa teoria, as ações coletivas ainda eram explicadas com base no comportamento, porém, em uma “abordagem organizacional”, descartando o âmbito individual. Segundo Gohn (2006), o conhecimento sobre os movimentos sociais produzidos nessa teoria tem como autores principais: Mancur Olson, Anthony Oberschall, John McCarty e Mayer Zald, Joseph Gusfield e Charles Tilly.

A MR teve predominância no paradigma norte-americano durante vinte anos. Assim como nas teorias clássicas, não foi homogênea neste período, mas tinha como núcleo central a abordagem dos movimentos enquanto “grupos de interesses”

(GOHN, 2006). Sendo assim, são analisados sob o prisma burocrata de uma organização institucional, defendendo a ideia de que quanto mais duradouros, mais burocratizados tornam-se os movimentos.

Essa teoria enfatizou também a importância de se conhecer a estrutura interna dos movimentos e principalmente, sua capacidade de obtenção de recursos. Para a MR, os movimentos sociais podem ser comparados às indústrias, como afirma Alonso (2009, p. 52), em que podem existir “cooperação, mas também competição, em torno de recursos materiais e de aderentes a serem garimpados num mercado de consumidores de bens políticos”.

Ainda que a Teoria da Mobilização de Recursos (MR) tenha tido sucesso entre os intelectuais das ciências sociais, a partir da década de 1970, as críticas sobre o caráter utilitarista e individualista do ponto de vista metodológico começaram a se consolidar (GOHN, 2006). Além disso, o fato de os movimentos serem comparados às empresas acaba gerando certa “antipatia” pelos estudiosos europeus (ALONSO, 2009, p. 5). Enquanto a MR tinha um enfoque exclusivamente econômico, os críticos a essa corrente passaram a destacar o desenvolvimento do processo político e do campo da cultura, constituindo a segunda principal teoria contemporânea do paradigma norte-americano: a teoria de “Mobilização Política” (MP).

Na MP, embora a mobilização de recursos componha o eixo estruturante da teoria, foram adicionados aspectos como o retorno da análise dos movimentos sociais pelo viés cultural sob influência da teoria contemporânea europeia dos “Novos Movimentos Sociais (NMS)” que estava no auge na década de 1980. Tanto os autores da MP quanto da NMS, são “críticos da ortodoxia marxista, mas mantêm o enquadramento macro histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos” (ALONSO, 2009, p. 59).

De acordo com Gohn (2006), até o início dos anos 2000, essa teoria ainda não havia conseguido superar o “reducionismo” e o “utilitarismo” presentes na MR e ainda está atrelada ao modelo da “racionalidade instrumental”. No entanto, a autora considera que a mesma deve ser entendida como um avanço em relação às outras teorias produzidas visto que vem agregar a política e localizar as ações nas estruturas macrossociais.

O paradigma clássico europeu também foi alvo de reformulações, levando ao surgimento de novas correntes interpretativas dos movimentos sociais, como a já

referida a teoria dos NMS⁵ e o neomarxismo (GOHN, 2006). Para a autora, a teoria dos NMS critica a análise estrutural do “marxismo ortodoxo” no âmbito dos movimentos sociais, que segundo seus autores, tinha como foco essencialmente o sistema econômico, a luta de classes e o estudo direcionado apenas ao movimento operário.

De acordo com Gohn (2006), os principais autores que constituem esta teoria são: Alan Touraine, representando a “teoria acionalista” francesa e trabalha com uma “análise macrossocietal” dos movimentos sociais; Alberto Melucci com a “teoria psicossocial dos movimentos sociais” fundada na Itália, analisando as estruturas micro, ou seja, as estruturas que compõem o cotidiano do indivíduo com enfoque na questão da “identidade coletiva” e, por fim, Claus Offe, autor da “teoria histórica-política” alemã, influenciado pelos neomarxistas a partir da crítica às abordagens “micro”. Mesmo que cada autor enfatize alguns aspectos em suas formulações, muitas vezes até antagônicos, ambos utilizam a terminologia “Novos Movimentos Sociais” e, no geral, de acordo com Gohn (2006),

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte das explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana,, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas desse paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc (GOHN, 2006, p. 15).

Como observado por Gohn (2006), em oposição à categoria da “consciência de classe” presente no paradigma marxista, a teoria dos NMS destaca a categoria da “ideologia”, que atua no campo da cultura. Tal categoria foi apropriada e transformada ao longo do tempo neste paradigma, principalmente sob influência das interpretações “pós-estruturalista” e “pós-modernista” de cultura, que detêm suas preocupações nos discursos como expressões de práticas culturais.

⁵Para a autora, a teoria dos “Novos Movimentos Sociais” não pode ser considerada como um novo paradigma, uma vez que, entre outros motivos, considera que esta teoria não se trata de algo realmente novo, mas sim de reconstruções teóricas já existentes como as formulações de Adorno e Habermas, Guattari, Deleuze e Foucault.

Já os autores que se enquadram no paradigma neomarxista negam as determinações exclusivamente do âmbito econômico presentes no marxismo clássico, porém, sem negar categorias básicas marxistas e ainda, acrescenta categorias de outros campos da vida social, como é o caso da cultura.

Sob influência da teoria dos NMS, essa corrente é composta pela teoria dos historiadores representada Eric Hobsbawm, Edward Thompson e George Rudé e a teoria histórico-estrutural, cujos principais autores são Manuel Castells, Jordi Borja, Jean Lojkine, nos anos 1970 e 1980. A problemática das classes ainda se faz presente, no entanto, tendo como influência a teoria da alienação desenvolvida por György Lukács e pela Escola de Frankfurt e a teoria gramsciana sobre a hegemonia. De acordo com Gohn (2006), para esta teoria,

a abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais, e tem papel tão relevante quanto a economia no desenvolvimento dos processos sociais históricos (GOHN, 2006, p. 173).

Retomando o contexto histórico brasileiro no qual os movimentos sociais estavam inseridos, como afirma Gohn (2000), em 1984, foi declarada a “morte do regime militar” impulsionada pelas ações do movimento conhecido como “Diretas Já”. Para a autora, os movimentos tinham como pauta principal a redemocratização do país e tais esforços resultaram na Constituição Federal de 1988 e na conquista das eleições diretas em 1989. A partir das lutas e reivindicações dos movimentos sociais emergentes na década de 1970, as leis promulgadas e os direitos conquistados acarretaram em conquistas sociais de trabalhadores, mulheres, índios, menores e cidadãos que até este momento estavam em segundo plano.

No entanto, as ações dos movimentos sociais foram novamente prejudicadas, desta vez pela crise internacional do capitalismo globalizado seguido pelo conseqüente avanço do Neoliberalismo no país. Nesse momento, houve o aumento da desigualdade social com o alto índice de desemprego. Segundo Gohn (2000), reformas e reestruturações foram realizadas no mercado de trabalho como flexibilizações e um maior número de trabalhadores passou a ocupar o espaço da economia informal. Como conseqüência, e segundo a autora, os sindicatos dos

trabalhadores foram enfraquecidos e passaram a lutar pelos seus empregos e não mais por melhores condições de trabalho e aumento dos salários. Os movimentos sociais populares, sejam eles urbanos ou agrários, foram desarticulados principalmente pela atuação da grande mídia ao difundir a ideia de que tais movimentos, como foi o caso do MST, estariam causando os conflitos e não resistindo aos conflitos impostos aos mesmos (GOHN, 2000).

Juntamente com o enfraquecimento dos movimentos sociais, emergiram as entidades do chamado terceiro setor (ONGs, organizações e associações comunitárias ou filantrópicas e outras entidades sem fins lucrativos). O terceiro setor chegou ao Brasil “ofuscando”, não só as práticas reivindicatórias e críticas dos movimentos sociais, como também as próprias funções do Estado na garantia dos direitos básicos aos cidadãos brasileiros (GOHN, 2000). Cabe ressaltar que as entidades que compõem o terceiro setor, são muito diferentes entre si, tanto nas suas ações discursivas quanto nas suas ações concretas. De acordo com a autora, em determinados contextos históricos, algumas ONGs acordavam parcerias com movimentos sociais populares e, portanto, seus objetivos, projetos e estratégias de ação eram mais combativos. Outras “se alimentam” das conquistas sociais dos movimentos que vigoraram na década de 1980, mas mantêm relações mais próximas ao setor privado, atendendo aos interesses dos governos e agências de financiamento.

O avanço da onda neoliberal na América Latina não passou despercebido. Embora em um primeiro momento os movimentos sociais tenham enfraquecido, como apontado por Gohn (2000), a resistência às propostas neoliberais constituiu um “terreno fértil” para a retomada dos movimentos sociais no cenário latino-americano, como afirma Seoane e Algranati (2014):

Sin embargo, promediando la década de los '90, comenzó lentamente a tomar forma en América Latina un nuevo ciclo de cuestionamiento social a las políticas neoliberales y sus consecuencias. El mismo se expresó en un sostenido incremento del conflicto y las protestas en diferentes países (Seoane, Taddei y Algranati, 2006), así como en la aparición de nuevas organizaciones y movimientos sociales protagonistas de estas luchas. Los condenados del neoliberalismo, los nuevos y viejos pobres, los amenazados de perder sus territorios, sus trabajos, sus ingresos y sus posibilidades de vida hacia na sí oír su voz (SEOANE; ALGRANATI, 2014, p. 5).

Como exemplo, Gohn (2000) destaca o movimento étnico, como o dos índios e dos povos andinos, que ganharam força na Bolívia e no Equador. De acordo com Seoane e Algranati (2014), no Equador, em 1997, ocorreu uma série de conflitos e mobilizações dos povos indígenas e camponeses. Essas mobilizações levaram à queda do governo de Abdalá, marcando o cenário de efervescência das organizações indígenas e o início de uma série de crises políticas no país. Os movimentos populares urbanos de bairro conhecidos em alguns contextos como “movimentos comunitários barrial” também retornaram a cena, principalmente no México e na Argentina (GOHN, 2011). Além disso, tendo como referência as lutas camponesas zapatistas, o movimento indígena também passou a protagonizar as lutas mexicanas (SEOANE; ALGRANATI, 2014). Segundo os autores, na Argentina, o movimento protagonizado pelos chamados “piqueteiros”, que atuavam no impedimento do acesso aos caminhos que levavam ao petróleo, também ganhou destaque nas lutas contra as políticas neoliberais no início dos anos 2000. Nesse contexto, destacou-se também a construção da “Nova Constituição Política do Estado Plurinacional de Bolívia” (NCPE), organizados a partir das ideias do “VivirBien”, buscando novos arranjos institucionais e inventando alternativas ao desenvolvimento proposto pelo padrão neoliberal. Além disso, alguns movimentos apareceram articulados em redes, como o MST e demais movimentos do campo integrados pela rede “Via Campesina”, além da “Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo” (CLOC) (GOHN, 2000).

Após uma década de desmobilização, os movimentos sociais retornaram ao cenário político brasileiro, incorporando em suas ações as experiências adquiridas nas novas vias de participação política criadas na década anterior, institucionalizadas ou não, como os fóruns e conselhos. A mídia também participou deste novo momento da história dos movimentos sociais no Brasil, divulgando em suas manchetes outros movimentos como o dos índios que lutavam pela demarcação de suas terras por meio de protestos, marchas e caminhadas. Os protestos foram reprimidos de forma violenta pela ação da polícia, gerando indignação e apoio de governos e organismos internacionais. Os movimentos sociais rurais retomaram a cena e se disseminaram pelo país. Os estudantes retomam as ruas, tendo como pautas a crítica às reformas educacionais, a corrupção, o desemprego. Ainda no âmbito educacional, os sindicatos dos professores foram

fortalecidos e intensificaram suas lutas por melhores condições de trabalho e salários, por meio de greves e manifestações nas ruas. Houve também a organização de outras categorias como a dos os caminhoneiros, que tinham como crítica as altas taxas dos pedágios e suas precárias condições de trabalho; a dos “perueiros” (transporte coletivo urbano alternativo) que lutavam pela igualdade nas condições de trabalho com os transportes convencionais (GOHN, 2000).

A partir desse novo contexto de resistência na América Latina, quais sejam, os períodos de crise e resistência aos projetos neoliberais, geraram características diferentes dos movimentos sociais existentes até então. De acordo com Seoane e Algranati (2014),

La configuración de los movimientos sociales que van a protagonizar buena parte de esta conflictividad sociopolítica va a resultar notablemente diferente de aquella que identificaba la constitución de los sujetos sociales y las dinámicas de confrontación en las décadas pasadas de predominio y crisis del “capitalismo keynesiano” y delllamado modelo de sustitución de importaciones. De esta manera, tanto por sus características organizativas como por sus formas de lucha, sus inscripciones identitarias, y sus programáticas y horizontes emancipatorios, los movimientos sociales contemporáneos serán considerados novedos os respecto de los que caracterizaron las décadas pasadas(SEOANE; ALGRANATI, 2014, p. 8).

Assim, segundo os autores, o paradigma dos NMS, elaborado no contexto europeu a partir da década de 1980, parecia dar conta dos estudos dos movimentos sociais na América Latina. Aparentemente, entendeu-se que houve a perda da centralidade sócio-política das organizações sindicais, da categoria “classe” e das demandas “materiais” das lutas desses movimentos. No entanto, os autores afirmam que essa teoria acabou prevalecendo na América Latina também como resultado da “condenação” das teorias críticas e marxistas pelo próprio projeto neoliberal. Uma vez que, nesses países, as lutas ainda são por condições materiais de existência, por território, ou seja, pautas que exigem transformações estruturais presentes no pensamento crítico.

Essa breve trajetória histórica e interpretativa dos movimentos sociais nos auxilia a perceber algumas características específicas latino-americanas que as diferenciam das europeias e norte-americanas e que podem fornecer subsídios para

a elaboração teórica própria da América Latina⁶. Além das características já apresentadas ao longo deste item, Gohn (2006) apresenta outras características específicas do contexto latino-americano, como: a diversidade de movimentos sociais neste contexto; hegemonia dos movimentos populares; os "novos" movimentos sociais - de mulheres, ecológicos, de negros etc; a relação de proteção entre os movimentos sociais populares e o setor progressista da Igreja Católica, da Teologia da Libertação; a questão indígena; a questão do preconceito racial contra os afroamericanos; a variação da relação entre os movimentos sociais e o Estado; a institucionalização dos conflitos sociais; a questão da ideologia enquanto elemento fundante dos movimentos sociais nesse contexto; a forte relação entre os partidos políticos e os movimentos sociais; a questão agrária e os conflitos socioambientais; a articulação em redes nacionais dos MS; a influência das ONGs internacionais e de outras entidades do terceiro setor; entre outras.

Após apresentada essa breve síntese da história e dos respectivos paradigmas analíticos dos movimentos sociais, considera-se que embora os movimentos sociais tenham se transformado, perdendo e ganhando visibilidade em diferentes contextos históricos e espaciais, é possível afirmar que esses constituem, de acordo com Gohn (2006),

fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sobre as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se transformam e acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos (GOHN, 2006, p. 19).

Assim, os movimentos sociais sempre estiveram presentes na sociedade, de forma mais ou menos organizada, com diferentes objetivos e estratégias e, conseqüentemente, como apresentado nesse item, o conhecimento produzido também se transforma.

⁶ Para saber mais sobre as especificidades e as possíveis formulações próprias do Paradigma latino-americano ver o livro: Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, de autoria de Maria da Glória Gohn (2006).

Dentre a variedade de movimentos sociais existentes na sociedade, sejam eles considerados “novos” ou “clássicos”, neste trabalho, temos como foco aqueles movimentos que tematizam, direta ou indiretamente a questão ambiental. No Brasil, além do movimento ambientalista e de acordo com o referencial adotado, destacam-se alguns movimentos sociais camponeses, como o MST e o MAB. Além destes movimentos, o movimento feminista, a partir do “ecofeminismo” vem articulando suas lutas com a temática ambiental e em algumas vertentes, com a noção de “justiça ambiental”. Sendo assim, os próximos itens desse capítulo tem o intuito de apresentar uma breve contextualização histórica destes movimentos.

3.1 O movimento ambientalista

Evidenciando e denunciando os “riscos ambientais” que cada vez mais se expandiam no mundo, encontra-se o movimento ambientalista. De acordo com Bornheim (1985), tal movimento emergiu em um contexto contemporâneo, no qual as manifestações em favor do meio ambiente passaram a assumir diferentes “modalidades”:

Elas invadem a pesquisa de campo e a análise laboratorial, fazem-se presentes em associações de bairro e propiciam até mesmo a formação de partidos políticos específicos. É que o chamado *movimento ecológico* se impõe, e cada vez mais, como um problema que se estende a ponto de atingir as próprias raízes do homem e de sua sobrevivência. E tudo é medido pela gravidade crescente das consequências daquilo que o homem faz com a natureza e com ele mesmo: amiúde, o resultado chega a tocar a calamidade (BORNHEIM, 1985, p.16, *grifo nosso*).

Observamos no desenvolvimento desta pesquisa que, no Brasil, existem autores que adotam o termo “movimento ambientalista” e outros que preferem utilizar o termo “movimento ecológico”. Para alguns autores, essa diferenciação é apenas de caráter nominal e, para outros, se refere a processos distintos. Uma das diferenciações foi realizada por Leff (2001) - para o autor, o “movimento ecologista” que nasce no bojo dos países europeus altamente desenvolvidos está pautado nas condições “pós-materiais” e não questionam o modo de produção capitalista. De

forma distinta, o “movimento ambientalista”, surge nos países pobres do sul, desencadeados por conflitos socioambientais e que visam à construção de novas formas de relação com a natureza a partir da transformação do modo de produção. Nessa pesquisa, entendemos que a terminologia utilizada e os significados atribuídos à ela variam de acordo com os contextos nos quais os próprios movimentos emergem e serão respeitados os termos utilizados pelos autores das pesquisas analisadas.

Inserido na categoria dos chamados “novos movimentos sociais” e, portanto, tecendo críticas ao chamado “modo de vida”, o movimento ecológico abarca as mais variadas pautas socioambientais, como afirma Gonçalves (1990),

[...] sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pelas construções de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração de poder, entre outras. (GONÇALVES, 1990. p. 12)

Nesse sentido, Acselrad (2010, p. 103) considera que o movimento ambientalista, como já apontado, configura uma “nebulosa associativa”, ou seja, é formado por uma diversidade de organizações, com diferentes graus de estruturação formal que compreende desde as entidades do terceiro setor até seções de outros movimentos que não se denominam ambientalistas, mas que tem em comum a circulação de discursos e práticas associadas à “proteção ambiental”. De acordo com o autor, essas organizações tem, como questão central e como desafio, que pensar a proteção do meio ambiente e, ao mesmo tempo, considerar a desigualdade social.

Ao longo da história, pode se identificar algumas diferenciações no interior do próprio movimento ambientalista relacionadas diretamente à resposta de cada organização a essa questão central, ou seja, à articulação ou não entre questões ambientais e econômicas. Considerando essas diferenças, Alier (2015) identifica três grandes tendências presentes nesse movimento, a saber: “o culto ao silvestre”, “o evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”. O autor destaca que, em cada grande tendência, podem coexistir diferentes discursos e ações, alguns

aspectos podem ser compartilhados. Nessa pesquisa, optamos seguir as orientações do autor que subdivide, para fins didáticos, as principais tendências de acordo com os períodos históricos. Cabe ressaltar que embora determinada tendência seja mais evidente em certos momentos, elas podem coexistir em um mesmo período e contexto.

Em um primeiro momento, as questões econômicas eram pouco ou não eram consideradas no discurso e ações do movimento ambientalista (ACSELRAD, 2010). Contribuindo para o distanciamento entre o ambiental e o econômico, o discurso ambientalista chegou ao Brasil em um momento conturbado. Segundo Fontes (2006), durante a década de 1970, os movimentos sociais tinham como pauta principal o enfrentamento à forte repressão característica do regime ditatorial da época, a luta pela redemocratização do país, contra a exploração do trabalho e contra a brutal desigualdade social vivenciada.

Nessa fase, houve o predomínio da tendência do “culto ao silvestre” no movimento ambientalista. Para essa corrente, a questão principal diz respeito à defesa da “natureza intocada”, evidenciando os aspectos estéticos das paisagens naturais; não apresenta nenhuma articulação entre os interesses materiais e a preservação da natureza (ALIER, 2015). De acordo com o autor, por não questionar o modelo de desenvolvimento econômico, alguns grupos defendem que a única via para a conservação do meio ambiente é a proteção dos espaços que ainda não foram tomados pela industrialização. Propaga uma visão utilitarista da natureza, na qual só é válida sua preservação na medida em que oferece subsídios para a sobrevivência e o consumismo do ser humano. Em alguns contextos específicos, essa corrente pode estar relacionada a sacralização da natureza e em outro, à noção da “incomensurabilidade dos valores”, ou seja, o direito a vida de todas as espécies por si só, justificando assim, a sua preservação. Nos últimos trinta anos essa tendência vem sendo representada pelo movimento da “ecologia profunda” que, diferente da visão antropocêntrica dominante, defende o biocentrismo. Segundo o autor, a biologia da conservação subsidiou cientificamente essa primeira tendência do movimento ambientalista.

A partir de meados da década de 1980, a aproximação entre as questões ambientais e econômicas teve início com a inserção da chamada “justiça social” no discurso dos movimentos sociais ambientalistas e de outros movimentos ligados às

pautas sociais. Essa articulação foi favorecida com a consolidação do “Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS)” durante a Rio 92. O FBOMS compreendia uma nova instância de articulação entre a temática ambiental e a crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista e a busca de alternativas a esse modelo. Nesse momento, segundo Acsehrad (2010),

Abriu-se, a partir de então, um diálogo, inconcluso, mas persistente, voltado à construção de pautas comuns entre entidades ambientalistas e o ativismo sindical, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, os atingidos por barragens, os movimentos comunitários das periferias das cidades, os seringueiros, os extrativistas e o movimento indígena (ACSELRAD, 2010, p. 105).

Como observado na breve explanação sobre o contexto histórico dos movimentos sociais no Brasil, a década de 1990 foi marcada pela forte presença das entidades do terceiro setor influenciando diretamente no movimento ambientalista. ONGs ambientalistas foram criadas ou chegaram ao Brasil nessa época, os movimentos sociais perderam espaço pelas vias institucionais de participação. Nesse contexto, segundo Acsehrad (2010), houve um debate sobre a necessidade de “redefinição identitária daqueles que se reivindicavam como parte do movimento ambientalista” (p. 105). O diálogo entre as organizações, iniciado em meados da década anterior, foi prejudicado nesse momento. Segundo o autor, a “nebulosa associativa” passou a ser cada vez mais sectarizada entre aqueles que defendem “um pragmatismo paraestatal ou para-empresarial” (p. 105) e os que tecem críticas ao modelo de desenvolvimento dominante. Com a institucionalização, grande parte das entidades assumiram características mais comuns da gestão ambiental, pouco preocupadas com a “justiça ambiental”, colocando-se a serviço dos setores ambientais de governos e empresas privadas. Muitas dessas organizações priorizam o “pragmatismo da ação eficaz do que aos dispositivos democráticos e de organização da sociedade” (ACSELRAD, 2010, p. 106).

Nesse contexto, emergiu a segunda grande tendência do movimento ambientalista. Segundo Alier (2015), ao contrário dos ideais defendidos pela corrente do “culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” busca articular o crescimento econômico e o meio ambiente. Tem como preocupação central os danos causados

pelos setores industriais, urbanos e agrícolas na natureza. Mesmo que se atente ao desenvolvimento econômico, tal articulação apareceu de forma despolitizada, isenta de crítica ao modelo de desenvolvimento. Assim, defende o crescimento econômico na perspectiva capitalista, acreditando no “desenvolvimento sustentável”, articulado à “modernização ecológica” e à “boautilização dos recursos” (ALIER, 2015, p. 26). Fundamentada no pragmatismo e nas ações imediatistas em prol da conservação da natureza, tem afinidade com as áreas da Ecologia Industrial, na Engenharia Química e na Biotecnologia. Segundo o autor, essa grande corrente preocupa-se com os impactos da produção de bens e tem como estratégias o desenvolvimento de técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais. Inserem-se nesta tendência muitas entidades que compõem o terceiro setor emergentes nesse período, principalmente aquelas ligadas aos setores ambientais das empresas.

Em contraponto às organizações descritas, ainda atuam os movimentos sociais que se inserem no campo do “ecologismo combativo” e “ambientalizam as pautas dos grupos subalternos que pretendem representar” (ACSELRAD, 2010, p. 107). De acordo com Alier (2015), esses movimentos inserem-se na corrente do “ecologismo dos pobres”, conhecida também como “ecologismo popular”, “movimento de justiça ambiental”, “ecologismo do sustento”, “ecologismo da sobrevivência humana” e “ecologia da libertação”. Essa tendência reconhece a relação entre crescimento econômico e o meio ambiente, assim como na corrente anterior, no entanto, acrescenta a crítica ao modelo de desenvolvimento dominante. A partir da noção de “justiça ambiental” (HERCULANO, 2006; ACSELRAD, 2010), ainda que não explicitem o termo em seus discursos, critica o consumismo como grande gerador de resíduos e principalmente, a distribuição desigual do descarte de tais resíduos. Defende a transformação nas relações de produção, entre os seres humanos e destes com a natureza, entendendo o ser humano como parte integrante do meio ambiente (ALIER, 2015). Essa corrente vê como alternativa e se fundamenta nos princípios da agroecologia, da etnoecologia, ecologia política, ecologia urbana e da economia ecológica. Questionam ainda a “crença cega” na tecnologia como único meio para a superação da crise socioambiental, afirmando que a própria tecnologia é também causadora dos riscos e conflitos ambientais.

Nessa mesma perspectiva do ecologismo combativo, para alguns autores, no movimento ambientalista a luta de classes é a questão central geradora das injustiças ambientais e portanto, deve ser combatida, como afirma Loureiro (2008):

Isso é fundamental de ser anunciado e objetivamente consolidado, pois significa que o tão propagado sentido transformador (ou mesmo revolucionário) do movimento ecológico/ambientalista, neste arranjo contemporâneo, ganha potencialidade ao não mais separar a luta de classe das lutas cotidianas, a afirmação cultural da necessidade de reestruturação econômica, a produção do consumo. Em síntese, representa a aceitação da indissociabilidade constitutiva entre o social e o ecológico (LOUREIRO, 2008, p. 196)

Como já exposto neste trabalho, para além da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), o debate da “justiça ambiental” é hegemonicamente incorporado pelos movimentos sociais campestinos, principalmente aqueles que integram a Via Campesina, que pautam a temática ambiental de forma direta ou indireta. Acselrad (2010), afirma que no Brasil, os movimentos de maior destaque são o MST, MAB, movimentos indígenas e quilombolas. Esses trazem, em seu discurso e ações, o debate da “justiça ambiental”, ao pautarem a socialização dos recursos naturais, ao questionarem a função social da terra, a contaminação do solo por uso de agrotóxicos, entre outros, como veremos adiante.

3.2 Os movimentos sociais campestinos

A partir da articulação entre o “agrário” e o “ambiental”, acrescenta-se no debate sobre a temática ambiental aspectos alternativos ao desenvolvimento econômico capitalista, que tem como base de produção agrícola atual o chamado agronegócio. No entanto, Scherer-Warren (1993) destaca que, embora reconhecida sua importância para o debate ambientalista, poucas são as pesquisas que tem como foco a dimensão ambiental dos movimentos sociais rurais no Brasil. A autora questiona se esses resultados devem-se ao fato de a temática ambiental não ser considerada relevante para os próprios movimentos rurais ou se são os cientistas que não incluem a dimensão ambiental destes movimentos em suas pesquisas.

Considerando os fundamentos da EA crítica e os referenciais teóricos consultados para a realização desta pesquisa, os principais movimentos sociais que tratam dessa temática no Brasil são o MST e o MAB. Estes movimentos se inserem na categoria dos movimentos sociais que, segundo Gonçalves (1990), embora lidem com as questões ambientais, não agem enquanto movimento ecológico/ambientalista.

Ambos os movimentos estão articulados pela rede denominada “Via Campesina”. As primeiras “articulações” que fundaram essa rede tiveram início em um encontro realizado pela Fundação Paulo Freire, em 1993. Esse encontro foi realizado na Bélgica e contou com a presença de cinquenta e cinco organizações camponesas e trinta e seis países. Nesse momento, “as formulações dos europeus, juntamente com o expressivo movimento de massas latino-americano criou e consolidou a Via Campesina” (VIEIRA, 2008, p. 3).

A “Via Campesina” tem como objetivo principal articular as mobilizações do campesinato em nível internacional. Está presente em todos os continentes do mundo e é considerada atualmente a principal articulação do campo alimentar e nos debates agrários. Ao longo do tempo, foi se constituindo enquanto movimento contrário à chamada “Modernização Conservadora” (SOUZA, 2011) da agricultura exigida para atender aos interesses da “Revolução Verde”, ganhando centralidade nas lutas antiglobalização (VIEIRA, 2008), uma vez que

para além das questões específicas da agricultura, as organizações membro da Via Campesina enfrentam os organismos internacionais capitalistas e defendem um projeto alternativo que se materializa na proposta da soberania alimentar (VIEIRA, 2008, p.1).

Assim, suas pautas incluem a luta contra o modelo de monocultura que produz, em sua maioria, produtos para exportação e ainda utilizam grandes quantidades de agrotóxicos e Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), ambos considerados prejudiciais para a natureza e para o ser humano. Além disso, esse modelo não contribui para a diminuição da desigualdade social, uma vez que emprega baixo número de agricultores. De acordo com alguns documentos elaborados pela rede em conferências internacionais, a “Via Campesina” preza pela utilização da terra de forma justa, considerando a noção de “justiça ambiental”, a

segurança e a soberania alimentar, tendo como principais aliadas a agroecologia e a reforma agrária popular (VIA CAMPESINA, 2000 a; 2000 b).

Nessa perspectiva, os movimentos sociais desenvolvem ações orientadas pela “Via Campesina”, como a atual “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida”. No Brasil, de acordo com o site oficial do movimento e com Batista (2013), consideramos que integram a Via Campesina no Brasil o MST, o MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PRJ), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Movimento de pescadores e pescadoras artesanais e entidades estudantis, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) e a Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBio).

3.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Segundo Miralha (2006), a problemática da questão agrária no Brasil possui uma raiz histórica que data desde o início da ocupação portuguesa no século XIV. Essa ocupação atrelada à monocultura para exportação e à escravidão, tornaram o Brasil um dos países com maior concentração latifundiária do mundo e, portanto, com um dos maiores índices de desigualdade social. Essa situação gerou uma série de conflitos violentos no campo e na cidade e, com isso, a consequente resistência. Assim, pode-se considerar que a luta pela terra tenha se iniciado a partir da resistência dos povos indígenas contra a mercantilização e apropriação da terra pelos portugueses. De acordo com o autor, herdeiros dessa resistência, o MST tem suas origens nas lutas da comunidade Guarani, de Sepé de Tarajú, na resistência dos quilombos ou de Canudos e nas ações das primeiras “Ligas Camponesas” e do “Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER)”. Essas ações ocorreram a partir de 1930, com ações individualizadas em todo o país.

A partir de 1950, o movimento camponês passou a se consolidar de forma mais estruturada, coletiva e organizada. No entanto, com a ditadura a partir de 1964, os movimentos foram reprimidos de forma violenta, perdendo a força que havia sido conquistada ao longo do tempo. Somente no final da década de 1980 ressurgiram os

movimentos sociais camponeses, dessa vez impulsionados pelas contradições cada vez mais explícitas e que são inerentes ao modelo de produção agrícola dominante e que, como afirma Silva (2012),

Mais conhecida como modernização conservadora, ou dolorosa, essa política (implantada nos anos 1970) estimulou um tipo de desenvolvimento agrícola baseado na divulgação e na implantação de inovações tecnológicas - maquinário e insumos químicos -, mantendo-se intocada a estrutura fundiária - concentrada e excludente - concebida ainda pela Lei de Terras de 1850. A abertura política do período deu uma nova diretriz para a questão agrária no país e permitiu que diversos atores sociais entrassem na arena política para reivindicar seus direitos, incluindo-se entre eles, os camponeses liderados por entidades já tradicionais na luta pela Reforma Agrária (SILVA, 2012, p. 2 - 3).

Em 1984, os trabalhadores rurais protagonistas das lutas camponesas organizaram o “1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem - Terra”, em Cascavel, no Paraná. Nesse encontro, houve a representação dos doze estados, contando com a presença de cerca de cem pessoas. Foram definidos alguns dos princípios do movimento, a saber:

lutar pela reforma agrária radical; lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo; reforçar a luta pela terra, com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis”. (MST, 1984, p. 44).

No ano seguinte, foi realizado o “1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra”, em Curitiba. Desta vez contou com a participação de aproximadamente mil e quinhentas pessoas representando todos os estados brasileiros. Para além dos princípios definidos no 1º Encontro, o MST passou a se reconhecer como um “movimento de massas” que tem como objetivo a conquista de terra e reforma agrária em todos os estados; a organização dos trabalhadores na base; o fortalecimento da participação dos trabalhadores nos partidos políticos e sindicatos e o investimento da “formação política (MST, 1985). Nesse congresso foi fundada a Coordenação Nacional do Movimento, constituída por dois representantes de cada estado no qual o movimento estava organizado. De acordo com o

movimento, adotou-se como estratégia de resistência a ocupação de terras e a bandeira de luta definida no referido congresso era “ocupação é a única solução”. Somente nesse momento é que foi fundado o conhecido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o objetivo de “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”. Para além da produção de alimentos, de cultura e de conhecimentos, os militantes desse movimento prezam a construção de um país democrático e justo e, ainda, baseados em relações harmônicas com a natureza (MST, 1985).

Entre as conquistas da década, cabe destacar a participação do movimento na formulação dos artigos 184 e 186 da Constituição Federal de 1988, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social. Mesmo com o aparente avanço no sentido da reforma agrária com a Constituição de 1988, de acordo com MST (1985), a década seguinte contou com grandes dificuldades, principalmente no que se refere à retirada de subsídios e assistência técnica, à internacionalização da agricultura familiar e às repressões às ocupações das terras que não cumpriam sua função social.

Na mesma década, ocorreram dois grandes massacres em dois assentamentos acompanhados pelo movimento: o primeiro, em Corumbiara (1995) e o segundo em Eldorado dos Carajás (1996). Tais acontecimentos provocaram a sensibilização e o repúdio da população frente às ações do Estado em relação ao MST, gerando um “amplo reconhecimento político do movimento por setores importantes da sociedade brasileira” (SILVA, 2012, p. 5). Nesse contexto, segundo a autora, o movimento foi consolidado tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional e tornou-se com isso, um dos grandes “interlocutores do governo”.

No início do novo milênio, com a eleição do presidente Lula, em 2002, acreditava-se em um possível avanço nas políticas em prol da reforma agrária no Brasil. No entanto, com a modificação do “II Plano Nacional de Reforma Agrária” (II PNRA), a não consolidação da política de assentamentos junto à expectativa gerada entre os integrantes do movimento, os conflitos de terra e as ocupações se acentuaram (SILVA, 2012). Nos últimos anos, segundo a autora, o movimento tem como principais reivindicações a “defesa da produção agrícola, dos assentamentos rurais e do enfrentamento às multinacionais e grandes indústrias do campo”(p. 9).

3.2.2 O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Assim como o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) começou a se organizar no final da década de 1970 no contexto da ditadura militar, mesmo que existam alguns indícios de que as manifestações contrárias à construção das barragens tenham dado início nos anos 1940 e 1950 (VAINER, 2003). Apesar das fortes repressões e enfraquecimento dos movimentos sociais nesta época, esses conflitos geraram cada vez mais organizações resistentes à esta situação. De acordo com Vainer (2003), nesse período, o mundo passava pela primeira grande crise do petróleo, fazendo com que diversos países concentrassem seus esforços na busca por outras formas de obtenção de energia. Dentre essas formas, apostou-se na construção de grandes usinas hidrelétricas em várias regiões do país. Sabe-se, atualmente, que essa forma de produção de energia, ainda que utilize um “recurso renovável”, não está isenta de impactos ambientais e sociais. Com o alagamento e outras alterações na composição biogeográfica do local, inerentes à construção e funcionamento deste tipo de usina, muitas espécies perdem seu *habitat* e correm riscos de não sobreviver e, dentre elas, encontram-se os seres humanos.

Em um momento inicial, as populações ribeirinhas não se articulavam efetivamente para resistir aos riscos socioambientais gerados pelas construções das hidrelétricas. Assim, as famílias eram expulsas de suas terras e, muitas vezes, não recebiam indenizações justas ou qualquer outro tipo de auxílio e, como consequência, as famílias sem recursos para subsistência passaram a compor as favelas dos centros urbanos (SINGULANO, 2015). No entanto, assim como ocorre no processo de formação de outros movimentos sociais, Vainer (2003), afirma que

Se durante algum tempo a intransigência da empresa funcionara como eficaz mecanismo de pressão para que os agricultores aceitassem acordos extorsivos, a partir do momento em que se estrutura o movimento, a mesma intransigência passa a provocar o efeito contrário: indignação, ampliação e radicalização da resistência.(VAINER, 2003, p. 5)

Nessa perspectiva, segundo Singulano (2015), as populações ribeirinhas começaram a se mobilizar com o objetivo de “lutar por uma indenização justa de

suas terras” (p. 222). Ao mesmo tempo, segundo a autora, notou-se que, em muitos casos, a indenização baseada apenas no dinheiro não era uma forma justa de ressarcimento e passaram a pautar a indenização de terras, levando à criação da bandeira de luta chamada “Terra por Terra”.

O MAB, assim como outros movimentos sociais, tem maior expressividade na década de 1980. De acordo com Singulano (2015), foi nesta década que se iniciou a “luta organizada dos atingidos por barragens”. Para a autora, o desenvolvimento do movimento se deu a partir de “comissões de luta” nos locais onde as hidrelétricas estavam sendo construídas como as chamadas Comissões de Atingidos, a “Comissão Regional dos Atingidos por Barragens” (CRAB) na região Sul, a “Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí” (CAHTU), “Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu” (CRABI). Cabe ressaltar que, nesse momento, as organizações tinham como pauta principal a indenização justa dos atingidos pelas barragens. Em um momento posterior, a resistência avançou neste debate, incluindo direito de continuar na terra e de produzir seu próprio alimento.

No final da década de 1980, foram realizadas reuniões regionais e estaduais com o intuito de organizar o primeiro encontro nacional do movimento. Após a criação de comissões articuladoras e dessas reuniões, em 1989 ocorreu o “1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens”, proporcionando o diálogo e “trocas de experiência” entre os representantes do movimento das diferentes regiões do país e a construção de uma organização mais articulada em nível nacional e a formulação de uma “política energética nacional” (VAINER, 2003). Segundo o autor, em 1991, a partir do avanço e da consolidação deste movimento, decidiu-se no “1º Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens”, que o então chamado Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), deveria constituir “um movimento nacional, popular e autônomo”. Para além dos direitos dos atingidos, nesse momento o discurso do MAB passou a questionar o próprio modelo de produção energética, que visa atender aos interesses do projeto de desenvolvimento neoliberal capitalista. A partir deste momento, os congressos passaram a acontecer de três em três anos contando com a presença de todas as regiões organizadas pelo movimento.

Com o intenso avanço do Neoliberalismo no Brasil durante a década de 1990, houve a privatização da energia elétrica do país e de várias hidrelétricas construídas

até aquele momento. O contexto de exploração exacerbada da natureza foi crescente nesse período, reforçando a crítica que o movimento fazia sobre as relações nas quais a classe dominante detém o uso da natureza de forma a atender seus interesses e os riscos gerados nesse processo são distribuídos para as classes dominadas. Esta situação levou à inserção de outras pautas no MAB, como afirma Singulano (2015):

Esse período acarretou em um novo contorno das delimitações estabelecidas pelas lutas sociais, que antes eram tão somente pelas terras, logo agregaram outras demandas, como, por exemplo, a preservação ambiental e a utilização da natureza para o bem comum, não apenas para o enriquecimento de alguns. A bandeira levantada nessa ocasião era 'Águas para vida, não para morte!' (SINGULANO, 2015, p. 224).

Em 2002, com a eleição do presidente Lula, os integrantes do MAB, acreditaram que o movimento receberia maior apoio do governo federal, tendo em vista as ideologias do partido eleito (VAINER, 2003). No entanto, assim como o ocorrido com o MST, o projeto popular esperado não foi implantado e com o avanço do capital privado no país, o processo de mercantilização da natureza acelerou-se ainda mais. Nesse contexto, em 2004, foi realizada a “Marcha Nacional Águas pela Vida” que teve como objetivo exigir o cumprimento dos direitos dos atingidos pelas barragens por parte do governo federal. A crítica ao modo de produção fundamentado nessas relações entre seres humanos e desses com a natureza se fez muito presente nas ações do movimento nesse período. Nesse momento, segundo Vainer (2003), houve avanços nas ações do movimento e tendo como lema principal “Água e Energia não são Mercadorias!”, o MAB afirma que tanto a água quanto a energia devem ser tratadas como um bem público que devem ser utilizados para soberania da sociedade e não para a geração de lucros pelas empresas privadas. Suas lutas são em prol da superação das injustiças sociais e ambientais, da construção de um modelo energético popular que atenda as necessidades das classes dominadas.

Ainda que não tenha atendido muitas demandas do movimento, no ano de 2009, o referido presidente, a partir da elaboração do “Plano Safra”, investiu em créditos para pequenos produtores da agricultura famílias, entendendo que “o

Estado possuía uma dívida histórica com os/as atingidos/as por barragens (SINGULANO, 2015). Segundo a autora, atualmente,

o movimento possui a complicada tarefa de ser crítico de um modelo desenvolvimentista que predomina não só nas estâncias públicas do poder e nos partidos políticos, entes em relação aos quais o movimento busca autonomia, mas também em boa parte do movimento popular brasileiro. Nesse sentido, a ação presente do MAB é em busca da obtenção de recursos para manutenção de suas atividades e procura de repercussão política e apoio para as lutas. Ainda, o movimento procura agora agregar outras demandas, como por exemplo, os debates sobre gênero e as violações de direitos das mulheres ribeirinhas (SINGULANO, 2015, p. 223).

De acordo com Acsehrad (2010) e Alier (2015), esses movimentos sociais brevemente apresentados tem em comum a percepção de um risco, o conflito e a resistência a determinados projetos que não consideram seus interesses, atrelando o processo educativo em suas lutas. Ambos têm por objetivo a construção de um projeto popular para a sociedade brasileira que seja constituído por novas formas de relações com a natureza, integrando assim elementos sociais e ambientais essenciais para a compreensão e superação da chamada crise socioambiental. As possíveis relações entre estes movimentos com a temática ambiental e com a EA serão discutidas em um momento posterior da nossa análise.

3.3 O movimento feminista e o “ecofeminismo”

O movimento feminista, assim como o movimento ambientalista, encontra-se inserido na categoria dos “novos movimentos sociais”. O “discurso feminista” teve seu início em um determinado momento histórico no qual as mulheres tomaram consciência de que o seu “modo de vida” era mediado por uma série de opressões. De acordo com Méndez (2005), o discurso misógino que deteriorava a vida das mulheres encontrava legitimidade na lei, na ciência, na religião, nos costumes, e nas relações sociais de produção. Para a autora, como forma de resistência, as mulheres passaram a construir sua identidade enquanto grupo social a partir da elaboração de um discurso político próprio que denunciava as opressões e que tinha

por objetivo a transformação desta realidade até então conhecida pelas mulheres. De acordo com a autora, nesse contexto, surgem então as chamadas “feministas”.

De acordo com Martins e Alcantara(2012), ainda que no século XVIII tenham sido registrados grupos sociais de mulheres que buscavam combater as desigualdades geradas pela supremacia do gênero masculino em relação ao feminino, foi somente a partir do século XIX que emergiu a chamada “primeira onda” do movimento feminista. Esse período, que se estendeu até o início do século XX, foi marcado por lutas pelos direitos das mulheres, principalmente no que se refere à participação política. Nesse sentido, o foco na luta pelo direito de voto, ou do chamado “sufrágio universal”, fez com que as mulheres do movimento feminista da época fossem denominadas como “sufragistas” (PERROT, 1998). Para a autora, mesmo esse sendo o foco das lutas dos movimentos, as mulheres reivindicavam ainda outros direitos como a educação, cidadania, igualdade civil e pela inserção no mundo do trabalho formal, até então espaço exclusivamente masculino.

Este período foi marcado por muitas manifestações e também por muitas conquistas que são apresentadas a seguir. Para Perrot (1998), na primeira metade do século XX, maior parte dos países aprovaram o “sufrágio universal” e os outros direitos citados acima foram sendo conquistados aos poucos. Além dos direitos relativos à emancipação da mulher, de acordo com a autora, o movimento feminista também tinha como preocupação outras causas libertárias que envolviam a melhoria das condições de vida de toda a sociedade, não só das mulheres. Com o passar dos anos e tendo conquistado muitos direitos, as pautas feministas foram aumentando. Nesse contexto, a partir da década de 1950 iniciou-se a chamada “segunda onda” do movimento feminista. Nesse período, que permaneceu até o início da década de 1960, de acordo com Souza e Ramírez-Gálvez (2008), a centralidade estava na luta contra as desigualdades sociais e culturais e no direito na tomada de decisões referentes ao seu corpo. A publicação do livro “O segundo sexo”, de autoria da escritora francesa Simone deBeauvoir, marcou o início desse período e exerceu forte influência no movimento feminista. De acordo com Fraser (2007), a “segunda onda” do movimento pode ser subdividida em três fases:

Em uma primeira fase, o feminismo estava estritamente relacionado a vários “novos movimentos sociais” que emergiram do fermento dos anos 60. Na segunda fase, foi atraído para a órbita da política de identidades. E, finalmente, em uma terceira fase, o feminismo é cada

vez mais praticado como uma política transnacional, em espaços transnacionais emergentes (FRASER, 2007, p. 291).

Em meio à diversidade de pautas que permeava o movimento feminista, encontra-se a preocupação com o meio ambiente. Os diálogos entre o feminismo e o ambientalismo, que também estava no seu auge neste período, se iniciaram. No entanto, de acordo com Di Ciommo (1999), as relações entre o movimento feminista e o movimento ambientalista nem sempre se deram de forma harmoniosa. No início desses diálogos, os movimentos apresentavam muitas pautas em comum, como a crítica ao modo de produção capitalista e conseqüentemente ao sistema patriarcal no qual o modo de produção está ancorado, à ética antropocêntrica, entre outras. Outras pautas pareciam contraditórias, como o direito ao aborto. Segundo Amorin (2012),

Se por um lado as mulheres estavam interessadas, assim como os ambientalistas em garantir os direitos individuais e a expressão livre da subjetividade, num mundo mais justo e saudável para todos, por outro lado, sentiram-se ameaçadas pelos ecologistas que, defendendo a vida, eram contra o aborto, uma vez que estes defendiam o equilíbrio ambiental exigindo o controle rigoroso da natalidade e da fertilidade das mulheres, como condição para se evitar a explosão populacional que, naquele momento, ameaçava o planeta (AMORIN, 2012, p. 17).

Mesmo com as divergências, as aproximações entre ambientalismo e feminismo tenderam a aumentar, considerando que, como afirma Correa (2010), a compreensão sobre as causas e conseqüências da degradação e exploração do meio ambiente contribuem para o entendimento dos processos exploratórios das mulheres. Nesse contexto, na década de 1970, utilizou-se pela primeira vez o termo “ecofeminismo”. Para alguns autores, esta especificidade pode configurar o que veio a se chamar como “terceira onda” do movimento feminista. Para outros, a segunda onda ainda prevalece. A este respeito, Duarte (2015) afirma que

esta seja uma forma encontrada pelo feminismo de se reorganizar frente às novas demandas do século XXI. Ainda é muito cedo para afirmar se o ecofeminismo é um novo movimento social, uma evolução natural no feminismo tradicional ou uma nova corrente feminista; ou ainda se faz parte da chamada segunda onda do

movimento feminista ou se já seria protagonista de um novo momento, uma terceira onda. Mas o certo é que a junção das lutas feministas e ambientalistas mostra-se fundamental diante da crise ambiental que se presencia no mundo todo (DUARTE, 2015, p. 78).

Nessa perspectiva, Rodríguez e López (2010), afirmam que o ecofeminismo se configura como uma filosofia e uma prática feminista que emerge na interação entre mulheres e natureza a partir da ideia de que o sistema capitalista “se constituyó, se há constituido y se mantiene por medio de la subordinación de las mujeres, de la colonización de los pueblos “extranjeros” y de sus tierras, y de la naturaleza” (SHIVA, 1997, *apud* RODRÍGUEZ; LÓPEZ, 2010, p. 6). A partir deste princípio, de acordo com Souza e Ramírez-Gálvez (2008), o ecofeminismo vem

[...] lutando pela superação da dominação patriarcal nas relações entre os gêneros; procurando por tecnologias que não agridam o meio ambiente; possuindo ideais de democracia direta, descentralização e o fim das hierarquias; e apoiando economias de subsistência rural como modelo de desenvolvimento (SOUZA; RAMÍREZ-GÁLVEZ, 2008, p 4)

A partir dessas considerações, é possível identificar as convergências entre o movimento ambientalista e o movimento feminista. Como afirma Duarte (2006), além de compartilhar muitas pautas, principalmente em relação à crítica ao sistema capitalista, o feminismo acrescenta ao ambientalismo o debate sobre a opressão de gênero e suas teorizações sobre a exploração da natureza. Segundo a autora, para as feministas, a relação hierárquica estabelecida entre humano e natureza seguia a mesma lógica que sustentava a hierarquia entre masculino e feminino, “a lógica patriarcal e androcêntrica” (p. 10).

Não existe somente um tipo de pensamento vinculado aos ideais ecofeministas. De acordo com Rodríguez e López (2010), de forma mais ampla, pode se considerar que existem duas grandes correntes ecofeministas. A primeira é conhecida como “espiritualista” que tem como foco os vínculos naturais entre as mulheres e a natureza. A segunda, conhecida como “construtivistas” entendem que as relações entre mulheres e natureza se sustenta a partir de uma construção social.

Sakellari e Skanavis (2013), também identificam essas duas correntes e afirmam que o “Ecofeminismo” pode ter uma abordagem mais holística, com

orientações mais “ecoespiritualistas” e baseadas no princípio de “Shiva”, que vê na figura feminina um símbolo de proteção, o instinto protetor, não só da prole, mas da própria natureza. Para as autoras, esta abordagem vai ao encontro da abordagem humanista/holística da sociologia dos movimentos sociais na fase contemporânea e pode ser exemplificada com o princípio do “Vivir Bien” que orienta a nova Constituição e a lei de Participação e Controle Social de 2010 da Bolívia. Outra abordagem do “Ecofeminismo” compreende que o feminismo é uma solução última para os problemas ambientais e sociais. Para essa corrente, a mulher e a natureza inseridas em um contexto histórico e social em que ambas são submetidas e oprimidas pelo sistema patriarcal ocidental em prol do “progresso” e sustentação do sistema capitalista e, por isso, devem ser tratadas de formas interligadas. Nessa abordagem, o “Ecofeminismo” pode estar também associado à noção de “justiça ambiental”, uma vez que, segundo Sakellari e Skanavis (2013), é mais provável que as mulheres sofram com a pobreza e com as consequências da crise socioambiental do que os homens.

Segundo Rodríguez e López (2010), as mulheres têm nas suas lutas as ideias da “justiça ambiental”, protagonizam as lutas do chamado “ecologismo dos pobres” (ALIER, 2015), apresentado nesse trabalho como uma das correntes do movimento ambientalista. Essas lutas podem ser representadas pelos movimentos de mulheres em defesa do território, nas lutas pacifistas, nos movimentos barriais em todo o mundo e principalmente na América Latina. Além disso, de acordo com as autoras, a luta pela conservação de sementes, a denúncia contra práticas biotecnológicas nocivas à vida dos seres vivos, a proteção das florestas, são conflitos nos quais é expressiva a presença feminina. Assim, o vínculo entre esta corrente e o ambientalismo baseado no “ecologismo dos pobres” tornou-se cada vez mais nítido.

A partir desta apresentação dos aspectos teóricos e interpretativos dos movimentos sociais, bem como dos movimentos sociais que são foco desta pesquisa, prosseguimos com a análise do corpus documental selecionado que discutido no próximo capítulo.

4. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS TESES E DISSERTAÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Como explicitado anteriormente, foram selecionados trinta e dois documentos para esta análise. Inicialmente, foi realizado o mapeamento desses documentos com o intuito de conhecer os contextos nos quais os trabalhos foram produzidos e os principais temas abordados. Em um momento posterior, a partir de um recorte do *corpus* documental, foram discutidos, de forma mais aprofundada, os aspectos referentes aos movimentos sociais, aos referenciais teórico-metodológicos adotados pelos autores e às relações entre movimentos sociais e EA explicitadas nas pesquisas. Estas análises serão apresentadas nos próximos itens desse capítulo.

4.1 Mapeamento do *corpus* documental

Este item tem por objetivo explorar aspectos referentes à localização regional de produção, data de publicação, grau de titulação dos autores, dependência administrativa e Programas de Pós Graduação (PPG) nos quais foram produzidos. Estes dados foram retirados das fichas catalográficas do Banco de Dados vinculado ao “Projeto EArte” e nos trabalhos completos para aqueles trabalhos encontrados por meio da “Plataforma BDTD”.

Quanto ao grau de titulação, de um total de trinta e dois documentos, dez são teses de doutoramento e vinte e duas são dissertações de mestrado. O resultado obtido é recorrente no campo da pesquisa em EA. Lorenzetti e Delizoicov (2007), ao realizarem um estudo do tipo “estado da arte” das Teses e Dissertações brasileiras dos períodos de 1981 a 2003, constataram que cerca de 90% das pesquisas são dissertações de mestrado. Os mesmos resultados foram encontrados por uma pesquisa mais recente sobre teses e dissertações brasileiras defendidas nos períodos de 2003 a 2007 (SOUZA; SALVI, 2011). Para os autores, este resultado se justifica visto a maior quantidade de programas de mestrado no Brasil em relação aos de doutorado.

Quanto ao ano de publicação das referidas pesquisas, constatou-se que as mesmas foram defendidas nos períodos de 1981 a 2014, com maior concentração a partir do ano de 2003. No geral, as produções acadêmicas em EA têm aumentado

de forma exponencial ao longo dos anos, principalmente ao longo das últimas duas décadas (SOUZA; SALVI, 2011, TOMAZELO, 2005).

Tendo em vista que os movimentos sociais “retornaram a cena” no país no início dos anos 2000, justifica-se o aumento das publicações científicas sobre esta temática também neste período. De acordo com Gohn (2011), mesmo com a efervescência das mobilizações na década de 1960, o debate e a produção teórica sobre os movimentos sociais teve crescimento lento até o início do século XXI. Até este momento, as publicações se caracterizavam mais como “registros descritivos, importantes como memórias.” A partir de 2000, segundo a autora, a temática

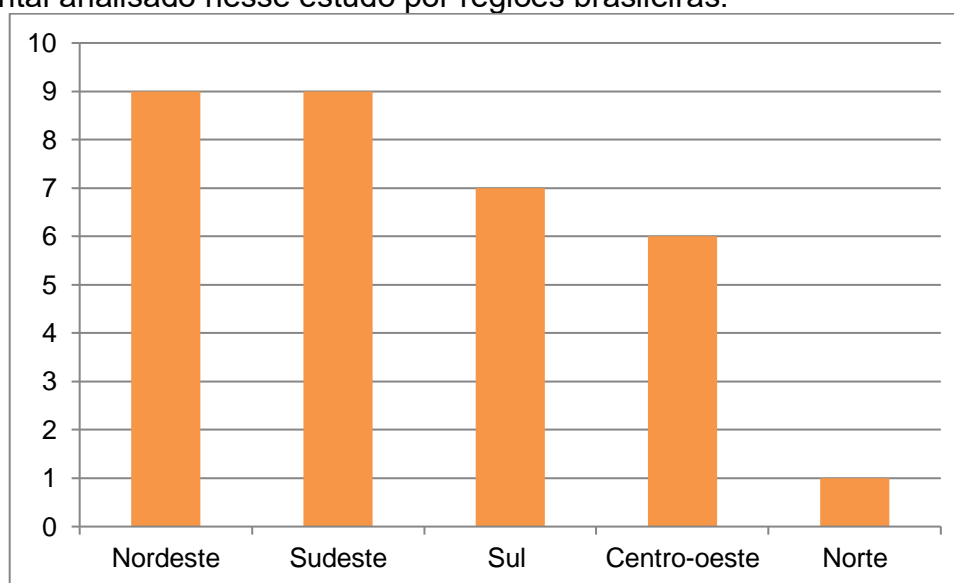
tem lentamente retornado à agenda dos pesquisadores, principalmente dos novos pesquisadores, pautando o debate em eventos e publicações recentes em números temáticos de revistas brasileiras. E retornando de forma diferente, pautando o campo teórico, questionando marcos interpretativos das décadas anteriores, postulando novos referenciais em função de mudanças no cenário sociopolítico (GOHN, 2011, p. 335).

Outro aspecto que pode ser considerado nesta análise é o avanço dos diálogos construídos entre o movimento ambientalista e outros movimentos sociais a partir da inserção da noção de “justiça ambiental” (HERCULANO, 2006; ACSELRAD, 2010) e da corrente do “ecologismo dos pobres” (ALIER, 2015) no movimento ambientalista e na Educação Ambiental crítica.

Sobre as localizações geográficas, de maneira geral, as pesquisas em EA realizadas nas regiões sudeste e sul tendem a aparecer com maior frequência, seguidas pela centro-oeste, nordeste e por fim pela norte. Estes resultados foram encontrados tanto nas pesquisas que analisaram teses e dissertações, inseridas no âmbito do “Projeto EArte” quanto em pesquisas que analisaram outras produções teóricas no campo da EA (LORENZETTI; DELIZOICOV, 2006; LORENZETTI, 2008; ALVES, 2006, SOUZA; SALVI, 2011, CARVALHO *et al*, 2016). Para estes pesquisadores, a predominância das regiões sudeste e sul é justificada pelo fato de que, usualmente, as pesquisas em EA são realizadas nos Programas de Pós Graduação (PPG), principalmente vinculados às universidades públicas, que por sua vez, estão localizadas nestas regiões. No entanto, na presente pesquisa, ainda que as diferenças não sejam muito expressivas, observou-se que 28,12% dos estudos

foram desenvolvidos nas regiões nordeste e sudeste, seguidas pela região sul (21,87 %), centro-oeste (18,75%) e por fim, a região norte (3,12%). Nesse sentido, embora a maioria das teses e dissertações em EA sejam desenvolvidas em PPG e que esses se encontram majoritariamente na região sudeste e sul, a região nordeste têm destaque em relação às pesquisas que tomam os movimentos sociais como objeto de estudo.

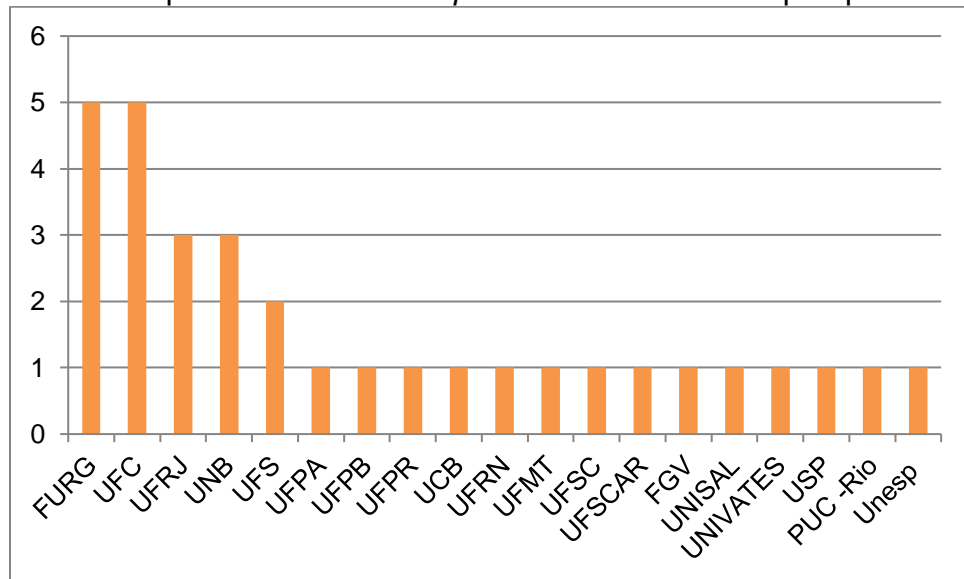
Gráfico 1: Número de teses e dissertações em EA que constituem o *corpus* documental analisado nesse estudo por regiões brasileiras.



Fonte: dados da pesquisa.

Em relação à dependência administrativa, pode-se observar que a maioria dos trabalhos foram desenvolvidos em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, entre elas, houve predominância das IES federais com vinte e cinco trabalhos seguidas pelas particulares, representadas por seis pesquisas e dois trabalhos realizados em universidades estaduais. Estes resultados estão em consonância com os demais levantamentos realizados anteriormente no campo da EA. De acordo com Grandino e Tomazelo (2007), no período de 2002 a 2005, cerca de 75% da produção acadêmica em EA foram realizadas em universidades públicas. Neste *corpus* documental, entre as IES, destacam-se a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com cinco trabalhos. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de Brasília (UNB) também se destacaram com a presença de três trabalhos em cada uma.

Gráfico 2: Instituições de Ensino Superior (IES) nas quais foram produzidas as teses e dissertações em EA que constituem o *corpus* documental dessa pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa

As teses e dissertações vêm sendo produzidas, em sua maioria, nos programas vinculados às áreas básicas, segundo a classificação proposta pela CAPES, de Educação e Ciências Ambientais (ver Quadro 8). Com menor expressividade, encontram-se as áreas de sociologia, meio ambiente e agrárias, comunicação, serviço social e engenharia sanitária. Vinculados a essas áreas, a maioria dos trabalhos foram desenvolvidos em Programas de Pós Graduação em Educação e Educação Ambiental, como é recorrente em outros levantamentos (CARVALHO *et al.* 2009). Com a mesma quantidade de trabalhos desenvolvidos no PPG em EA, destacou-se o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Este PPG está vinculado à algumas universidades localizadas na região nordeste e se identifica como um programa interdisciplinar e interinstitucional que tem como foco de trabalho as relações sociedade-natureza e a qualidade ambiental e social do nordeste, justificando, possivelmente, também o maior número de trabalhos nesta região quando comparado à outros estudos no campo da EA.

Quadro 8: Áreas do conhecimento nas quais estão vinculados os PPG nos quais foram desenvolvidas as teses e dissertações analisadas.

| Grande área | Área de avaliação | Área básica |
|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| Ciências Humanas (18) | Educação (17) | Educação (17) |
| | Sociologia (1) | Sociologia (1) |
| Multidisciplinar (11) | Ciências ambientais (9) | Ciências ambientais (9) |
| | Interdisciplinar (2) | Meio ambiente e agrárias (2) |
| Ciências sociais aplicadas (2) | Ciências sociais aplicadas I (1) | Comunicação (1) |
| | Serviço social (1) | Serviço social (1) |
| Engenharias (1) | Engenharias I (1) | Engenharia sanitária (1) |

Fonte: dados da pesquisa.

Ainda que exista predominância de algumas áreas em relação às outras, assim como constatou Fracalanza (2004), é possível perceber a diversidade de áreas do conhecimento nas quais são realizadas as pesquisas que envolvem a temática ambiental. De acordo com Carvalho (2015) tendo em vista a existência de objetos de análise distintos e próprios de cada área, esta diversidade traz como consequência para o campo da EA certa pluralidade teórico-metodológica nas pesquisas.

Como já exposto, dentre os trabalhos que constituem o *corpus* documental desta pesquisa, alguns apresentam explicitamente, em seus objetivos e/ou questões de pesquisa, as relações entre a EA e os movimentos sociais analisados. Com o objetivo de aprofundarmos nos aspectos teóricos e metodológicos referentes aos movimentos sociais e suas possíveis relações com a EA, estes trabalhos serão apresentados e discutidos a seguir.

4.2 As relações entre EA e movimentos sociais nas pesquisas: aspectos teórico-metodológicos

Atentando-se aos objetivos e questões que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, como já apontado, buscou-se neste item identificar aqueles

trabalhos procuram relacionar os movimentos sociais e a educação ambiental de forma explícita em seus objetivos e/ou questões de pesquisa. Foram selecionadas nove teses e dissertações com estas características que serão apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9: Títulos e excertos dos trabalhos que compõem o *corpus* documental analisado que apresentam relações explícitas entre movimentos sociais e educação ambiental nos objetivos e/ou nas questões de pesquisa.

| Título | Objetivos e/ou questões de pesquisa |
|--|---|
| Tr 1: A lógica destrutiva do capital, crise ambiental, mudanças climáticas: os movimentos sociais e a educação ambiental | “Quais as contribuições que a educação ambiental e o método materialismo histórico-dialético podem oferecer para compreensão articulada dos movimentos sociais e ambientais?” |
| Tr 3: A questão agrária e o meio ambiente: trabalho e educação na luta pela terra e pela sustentabilidade | “Examinar os processos formativos elaborados pelos sujeitos do campo, identificados nos documentos sobre educação produzidos pelo MST, buscando interfaces teórico-metodológicas que contribuam na construção de uma Educação Ambiental Transformadora ou Crítica, definida conforme as necessidades de superação das condições de alienação as quais os trabalhadores e trabalhadoras do campo estejam submetidos.” |
| Tr 6: De coisa de pequeno burguês para um debate relevante: a trajetória ambiental do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) - 1984-2004 | “Teve como objetivo principal identificar a Educação Ambiental que vem sendo construída neste movimento social, considerando o período de análise de 1984 a 2004.” |
| Tr 8: Ecologias: sobre processos educativos livres e libertários em movimentos sociais pós-modernos | “O objetivo geral deste projeto é, a partir do prisma da educação, lançar alguma luz sobre a atual fase da luta pela emancipação humana e construção de uma nova sociedade, identificando alguns pontos de aproximação entre movimentos sociais de diferentes atuações e interpretar algumas das principais potencialidades de alinhamento dos movimentos sociais contemporâneos. Nesse contexto, buscaremos destacar o papel da educação política e ambiental nos processos abordados, bem como a apropriação de tais elementos pelos atores envolvidos e a emergência |

| | |
|--|--|
| | de um novo paradigma contemporâneo, a pós-modernidade libertária.” |
| Tr 11: Educação ambiental nos assentamentos do MST | <p>“Objetivo Geral:</p> <p>Analisar as concepções e a prática dos/as assentados/as sobre meio ambiente e EA nos assentamentos rurais da reforma agrária acompanhados pelo MST;</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p>Conhecer as propostas do movimento nos seus principais documentos, partindo dos princípios e do documento “Construindo o programa Ambiental do MST para Reforma Agrária” e a EA nas áreas de assentamentos e intervir com o projeto teatro de bonecos na EA; fazer o resgate histórico da EA em nível internacional, no Brasil e na Paraíba; refletir sobre a EA e os elementos da cultura dos trabalhadores assentados à luz dos conhecimentos freireanos; discutir sobre a concepção de meio ambiente e os elementos da cultura, identificando práticas das assentadas e dos assentados relacionando-as com a EA.”</p> |
| Tr 16: Flores, cores e saberes do movimento ecológico de mato grosso em frutificação na educação ambiental | <p>“Temos como objetivo aprofundar a reflexão acerca das concepções e conexões que fundamentam a educação ambiental; registrar e interpretar os depoimentos e pensamentos dos pioneiros(as), desde o início do movimento ecológico até os dias atuais. O objeto é interpretar a percepção sobre o movimento ecológico por seus protagonistas e a interface deste movimento com a educação ambiental em Mato Grosso, tendo como contexto o adensamento dos movimentos sociais e particularmente aqueles que atuam com a questão ambiental.”</p> |
| Tr 22: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a questão ambiental e a participação política | <p>“... pareceu-me pertinente propor como objeto de investigação das relações entre a questão ambiental e um movimento social específico – o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)”</p> <p>“Como se situa a educação ambiental, considerada como uma forma de participação política, no cotidiano do MAB e na narrativa de seus sujeitos,</p> |

| | |
|---|---|
| | sobretudo de líderes e de moradores do reassentamento Novo Alagamar?” |
| Tr 26: Os movimentos sociais como instrumento dos processos de criação e de implantação de unidades de conservação no Distrito Federal: um estudo comparativo dos Parques do Gama e Parque Ecológico de Águas | “...o presente trabalho espera apresentar um estudo sobre os movimentos sociais do Distrito Federal que se articularam e deram origem ao movimento ambientalista na região, priorizando os movimentos relacionados à criação, implantação e gestão ambiental das unidades de conservação das cidades do Gama e de Águas Claras, associando-os aos processos de educação ambiental, como instrumentos de movimentos sociais ambientalistas.” |
| Tr 31: desafios da educação ambiental na articulação entre escola e assentamentos da reforma agrária | “Sendo múltiplos os espaços em que a EA vem sendo apreciada e desenvolvida, gostaria de dizer que me parece de grande oportunidade uma pesquisa que busque estudar de que forma em um movimento social, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vive a terra, na terra e para a terra, se pensa e pratica a EA. Busquei, já no título desta dissertação, demonstrar a pertinência desta interação entre a escola e assentamentos da Reforma Agrária mediante a interface da EA.” |

Fonte: dados da pesquisa.

A partir desse recorte do *corpus* documental, os próximos itens terão como foco a análise destes trabalhos no que se refere aos referenciais teórico-metodológicos adotados pelos pesquisadores, às compreensões sobre movimentos sociais presentes nestas pesquisas e às possíveis relações estabelecidas entre EA e MS.

4.2.1. Os referenciais teórico-metodológicos nos trabalhos

Neste item, iniciaremos nossas análises relativas aos referenciais teórico-metodológicos adotados pelos pesquisadores nas nove teses e dissertações. Não apenas nesse item mas em toda a análise, serão apresentados e discutidos, alguns

excertos dos trabalhos que permitem explorar os aspectos evidenciados nas nossas questões de pesquisa. Para facilitar a leitura e diferenciar os excertos dos trabalhos analisados optamos por utilizar um recuo menor que o utilizado para as demais citações diretas. Como apresentado anteriormente (Quadro 7), adotou-se como identificação dos trabalhos a sigla “Tr” e um número de referência.

Dentre os trabalhos analisados, têm-se que todos adotam a abordagem qualitativa de pesquisa. Na maioria dos casos a escolha por esta abordagem não é explicitada pelos autores, no entanto, é possível identificá-la a partir das opções metodológicas assumidas. No Tr 31, esta escolha é justificada na seguinte afirmação:

[...] Escolhi esse tipo de pesquisa porque nela o pesquisador acaba sendo o principal instrumento de investigação e existe a necessidade de contato direto e prolongado com o campo de pesquisa. Além disso, nesse tipo de pesquisa o pesquisador e a situação pesquisada estão sempre em interação e a influência dos valores é inerente ao processo de investigação. Não bastassem essas razões, a observação, a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os principais procedimentos de coleta de dados nesse tipo de pesquisa (ALVES, 1991 *apud* TR 31, p. 148).

Assim como o Tr 31, o Tr 16 também explicita sua escolha pela abordagem qualitativa e aponta sua justificativa ao afirmar que esse tipo de abordagem:

[...] tem o caráter de investigar, procurar e informar-se para poder contribuir com o conhecimento da história e com a construção de um futuro sustentável. Segundo Bogdan e Biklen (1997, p.64), “a investigação científica implica um escrutínio empírico e sistemático que se baseia em dados e a investigação qualitativa, preenche estes requisitos”. Nesta linha, nossa pesquisa será qualitativa, e nos orientará a descrever, explicar ou interpretar a cultura de um grupo de pertencimento que nos propomos pesquisar – aqui, os pioneiros do ecologismo mato-grossense. Bogdan e Biklen (1997, p.16) consideram que a “expressão investigação qualitativa” é utilizada e empregada como “um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características” (TR 16, p. 17).

A expressividade de pesquisas qualitativas não configura uma novidade em relação ao que já foi produzido inclusive em outros contextos fora do âmbito das teses e dissertações no campo de pesquisa em EA (TRISTÃO; CARVALHO, 2009;

GUTIÉRREZ, 2003; AVANZI; SILVA, 2004; FREITAS; OLIVEIRA, 2006, PATO; SÁ; CATALÃO, 2009).

De acordo com Loureiro (2008), as pesquisas que tem como foco o estudo dos movimentos sociais podem ser realizadas a partir de diferentes abordagens. No entanto, considerando as especificidades dos movimentos sociais, algumas modalidades se destacam, como é o caso das abordagens qualitativas. Tais pesquisas, ao contrário das abordagens “funcionalistas” e “estrutural-funcionalistas” que contradizem a orientações “epistêmicas” e políticas dos movimentos, buscam enfatizar “o entendimento dos processos sociais, da ação dos agentes e das condições históricas que configuram instituições e relações de poder na sociedade” (LOUREIRO, 2008, p.199).

Dentre os referenciais teóricos adotados para a realização destas pesquisas, alguns trabalhos partiram do referencial teórico marxista. O Tr 11 apontou que a sua pesquisa seria realizada a partir de uma “visão histórico dialética” (p. 18) sem no entanto, conceituar a referida visão de forma mais aprofundada. Já no Tr 1, a autora afirma adotar o referencial teórico do “método materialismo histórico dialético” (p. 10) e fundamentada em Coutinho (2008), afirma de acordo com este referencial,

a apreensão da realidade é baseada no princípio da totalidade, isto é, os fenômenos são compreendidos a partir de uma realidade complexa e articulada, formada por mediações, contradições e processos. Uma totalidade que é vista “não como um todo no qual as partes não sejam explicitadas e bem definidas, mas uma totalidade constituída a partir da autonomia relativa de seus múltiplos momentos parciais” (COUTINHO, 2008, *apud* TR 1, p. 13).

Da mesma forma, o Tr 3 assume como “matriz epistemológica e metodológica do pensamento científico” o “materialismo histórico dialético” (p. 34) e esta escolha pode ser observada no seguinte fragmento:

Quando tentamos caracterizar a sociedade a qual este homem pertence, tirando-o do vazio intangível, a-histórico e acrítico, buscamos nos apoiar no materialismo histórico dialético por considerá-lo um método que recorre ao entendimento da realidade concreta enquanto síntese de múltiplas determinações, em que “O mundo real (...) é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social” (KOSÍK, 1989, p. 18), possibilitando uma demarcação da natureza, do trabalho e da educação, situando-as nos marcos do desenvolvimento da sociedade de classes capitalista (TR 3, p. 191).

Além disso, de acordo com o Tr 3, esta escolha se justifica uma vez que a partir das formulações desta “matriz”, é possível analisar as categorias que foram adotadas na sua pesquisa conferindo-as um sentido histórico crítico. Em relação à EA, o Tr 3 afirma que sob a “luz do materialismo histórico dialético” existe a possibilidade de encontrar subsídios para que sejam formulados “argumentos com os quais consideramos ser possível estabelecer um olhar crítico sobre as correlações entre Educação Ambiental e as propostas educacionais do MST”(p. 38).

De acordo com Novicki (2004), a abordagem crítico-dialética está presente em 30% dos trabalhos de EA defendidos nos Programas de Pós-Graduação do estado do Rio de Janeiro, por ele analisados no período de 1981 até 2002. Ainda no campo da EA, Tristão e Carvalho (2009), ao analisar textos desenvolvidos por grupos de pesquisa em EA, encaminhados para a discussão no GT 22 da Anped, também assinala que a maioria dos trabalhos são fundamentados em referenciais teóricos com base marxista, privilegiando o materialismo dialético. Para os autores, esta característica pode evidenciar a presença de uma EA crítica, emancipatória e transformadora.

Por ter uma finalidade explícita, por suas implicações políticas e pela inserção histórica dos seus principais autores em movimentos sociais, também fundamentado em Triviños (2007), Loureiro (2008) aponta que a abordagem crítico-dialética constitui a principal abordagem que tem “boa aceitação” entre os movimentos sociais, sobretudo porque privilegia

o conhecimento das instituições sociais, dos conflitos e processos sociais instaurados pelos sujeitos, e da realidade histórica em suas múltiplas determinações, contradições e complexidade para transformá-la, em um movimento que visa a emancipação humana (LOUREIRO, 2008, p. 199)

Em contraponto ao referencial teórico do materialismo histórico dialético, o Tr 8 que apresenta ao longo da sua pesquisa, críticas aos pensamento marxista, afirma ter se esforçado para discutir o tema proposto “a partir de variados pontos de vista, de maneira eclética e antidogmática” (p. 27) tendo como fundamento os referenciais

da teoria da complexidade de Edgar Morin, da transdisciplinaridade e da ecologia dos saberes:

o paradigma que permeia nossa perspectiva é o do pensamento complexo, de Edgar Morin, que Boaventura de Sousa Santos chama de ecologia dos saberes, e outros autores de pensamento sistêmico, perspectiva holística, entre diversas nomenclaturas com algumas variações. Esses conceitos, em geral, apontam para a transdisciplinariedade como superação da tendência tecnocrata a ciência moderna, por ter fragmentado os saberes, dificultando o entendimento do uso político das ciências, submetendo-as à mercantilização da vida, da sociedade e da natureza. Significa que para restituir ao homem a capacidade da autogestão individual e comunitária, é necessário fomentar visões mais amplas da sociedade, promovendo o interrelacionamento dos saberes. Para que possamos tomar em nossas mãos as rédeas de nossa autonomia política, e, por conseguinte os rumos de nossa vida em comunidade precisamos ser capazes de entender e traçar um panorama geral dos mecanismos que regem nossa vida em sociedade (TR 8, p. 100).

Esta opção teórico-metodológica também foi encontrada em um estudo realizado por Pato, Sá e Catalão (2009, p.231), solicitado GT 22 da Anped, que analisou os trabalhos apresentados nas reuniões anuais da Anped, no período de 2003 a 2007. A escolha por estes referenciais, embora com menor expressividade, podem estar articuladas às correntes pós-críticas, pós-modernas ou pós-estruturalistas. Nestes casos, “o campo discursivo pode ser caracterizado com base em repertórios como redes, produção de identidades, multirreferencialidade, arte, literatura, música, teatro, caos e ecologia dos saberes” (TRISTÃO; CARVALHO, 2009, p. 21) como explicitado pelo Tr 8.

A partir de um estudo de “estado da arte” dos trabalhos desenvolvidos pelos integrantes do GT 22 – Educação Ambiental da Anped, Goergen (2010) observou que a diversidade de referenciais teóricos relativa às posições “histórico-críticas” e “pós-modernas” acaba por gerar certa polarização no campo de pesquisa da EA. De acordo com o autor, no entanto, esta polarização também se verifica nos campos da filosofia e da epistemologia, sendo assim, não é uma característica exclusiva do campo da EA e por isso, não se trata de um debate a ser resolvido neste campo.

Não foi possível identificar uma explicitação do referencial teórico adotado em cinco trabalhos: Tr 6, TR 31, TR 26, Tr 16 e Tr 22. De acordo com Novicki (2004), cerca de 10% das pesquisas em EA analisadas em seu trabalho não explicitam a abordagem utilizada. Em alguns casos, mesmo os trabalhos que apresentam

explicitamente o referencial teórico escolhido, não o fazem de forma coerente e aprofundada. No estudo já apontado, Goergen (2010), identificou certa fragilidade sobre as “opções teórico-metodológicas” adotadas pelos autores, tendo em vista que os mesmos, muitas vezes “comunicam” ao leitor o referencial a ser seguido sem aprofundar sobre a sua “consistência, da pertinência e também das implicações epistêmico-políticas da opção assumida” (GOERGEN, 2010, p. 15). Sobre tal constatação, tendo como base o mesmo estudo, Carvalho (2015) afirma que

De fato, embora se observe o louvável esforço por parte de muitos pesquisadores do campo da EA em explicitar os referenciais epistemológicos que orientam suas pesquisas, pesquisadores da área da educação e da educação ambiental (ver por exemplo, GOERGEN, 2010; TREIN, 2012) têm nos alertado para a necessária prática de maior cuidado na explicitação dos referenciais teóricos nas pesquisas do campo (CARVALHO, 2015, p. 137).

Tendo como fundamento os referenciais teóricos explorados acima ou a ausência deles, foram identificadas pesquisas do tipo “bibliográfica”, “documental”, “participante”, “pesquisa-ação”, “etnografia” e “história oral”. Na maioria dos casos, são utilizados vários tipos em uma mesma pesquisa. No Tr 1 foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, e ainda, como afirma a autora:

A pesquisa bibliográfica teve como referências as publicações de Marx e de autores da tradição marxista. Quanto à pesquisa documental, inicialmente foi realizada uma pesquisa exploratória na WEB para identificar as organizações e movimentos que têm trabalhado com a questão das mudanças climáticas. Além disso, utilizou-se como base o documento “Panorama de atores e iniciativas no Brasil sobre mudanças do clima”, produzido pela Vitae Civilis em 2008, que identifica os diversos setores que vêm atuando na mudança do clima (TR 1, p. 13).

De forma semelhante, sem explicitar quaisquer considerações sobre o seu entendimento do que seja “pesquisa documental”, o Tr 3 também realiza uma pesquisa deste tipo embora não afirme explicitamente a escolha por este tipo de pesquisa:

Nossa contribuição à construção da categoria sustentabilidade, conforme o entendimento dado acima, será mediada a partir da investigação de um conjunto

de documentos que traduzidos à luz do materialismo histórico dialético nos auxiliará a formular argumentos com os quais consideramos ser possível estabelecer um olhar crítico sobre as correlações entre Educação Ambiental e as propostas educacionais do MST (TR 3, p. 38).

A maioria das pesquisas afirma se utilizar da pesquisa documental, sendo que, além do Tr 1 e Tr 3, no Tr 22, Tr 26, Tr 31 e Tr 6 este tipo de pesquisa aparece em meio a outros tipos. No Tr 26, além da “pesquisa bibliográfica” e “análise documental”, foi realizada uma pesquisa do tipo “estudo de caso” com o intuito de comparar dois contextos diferentes, no caso, os Parques do Gama e de Águas Claras. Fundamentada em Yin (2001), a autora afirma que esta escolha se justifica uma vez que este tipo de pesquisa tem

o papel de investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Empregando múltiplos métodos de tratamento de dados – nesse caso qualitativos – sobre uma ou algumas entidades (pessoas, grupos, organizações ou fenômenos) (TR 26, p. 32).

Como procedimentos de coleta de dados foram realizadas, no Tr 26, visitas de campo nas duas localidades, entrevistas semi-estruturadas e registros de “historia oral” relatadas pelos participantes de cursos de EA, reuniões e seminários os quais houve a participação da pesquisadora.

O Tr 31 afirma ter realizado uma “pesquisa de cunho bibliográfico” e também uma pesquisa de campo do tipo etnográfica:

Para atingir meu intento, procedi, inicialmente, a uma pesquisa de cunho bibliográfico, a fim de robustecer meus argumentos, seja para o desenvolvimento da pesquisa junto da escola e do assentamento, seja para a futura elaboração da dissertação; e, também, a uma pesquisa de campo, qualitativa do tipo etnográfica (TR 31, p. 3).

Se considerarmos que todas as pesquisas buscam nas bibliografias, argumentos que melhor justifiquem o desenvolvimento da pesquisa e que permitam a melhor compreensão sobre o objeto a ser analisado, toda pesquisa é bibliográfica,

sendo assim, não é possível afirmar que foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica no Tr 31, diferente do que foi realizado pelo Tr 1.

De acordo com o Tr 31, dentre os possíveis tipos de pesquisa qualitativa, a pesquisa do tipo etnográfica é a que melhor atende os seus objetivos uma vez que:

Ao utilizar esse tipo de pesquisa, poderia verificar *in loco*, de que forma é abordada a questão ambiental pela escola e seria possível propor algo. Acredito que esse tipo de pesquisa permite fazer essa verificação e também possibilita contribuir com os professores e com os alunos que atuam na escola, no que tange a um maior entendimento do que vem a ser EA; aprendendo e contribuindo, numa visão de reciprocidade (TR 31, p. 149).

De acordo com Tristão e Carvalho (2009), abordagens participativas e pesquisas de cunho etnográfico vem ganhando destaque no campo de pesquisa da EA. Além disso, os autores afirmam que os grupos têm utilizado múltiplos instrumentos de coleta de dados, assim como é relatado no Tr 31:

Essa pesquisa de campo se deu junto da escola e do assentamento, mediante levantamento de dados, realização de atividades de EA com os alunos, aplicação de questionários aos professores e aos alunos, entrevistas não estruturadas com a direção e funcionários da escola e com trabalhadores no assentamento, e observação constante e participante tanto na escola quanto no assentamento (TR 31, p. 3).

Ainda no âmbito das abordagens participativas, o Tr 16 afirma que a “metodologia” utilizada nesta pesquisa é “qualitativa, participativa e historiográfica” e com o foco nos relatos de “história oral”. De acordo com o trabalho, esta opção que representa um “hibridismo metodológico” foi favorável para o desenvolvimento da pesquisa e justifica sua opção da seguinte maneira:

A metodologia adotada nesta pesquisa é participativa e historiográfica. Este hibridismo metodológico privilegiou a tática de entrevistas para registrar a história oral narrada pelas(os) pioneiras(os) do movimento de Mato Grosso, com acompanhamento de material de arquivos e acervo bibliográfico. Participativa no tocante ao produto de nossa caminhada, mas que evidencia a preocupação com os sujeitos, na ruptura dos sujeitos – objetos à validação do diálogo sujeito – sujeito. Os dados se apresentam basicamente no registro dos depoimentos colhidos ao longo desta pesquisa, com pessoas, que por razões diversas, são reconhecidas como referências importantes na constituição do movimento ecológico deste estado (TR 16, p. 17).

Tendo em vista o objetivo do trabalho e o compromisso político da autora em relação aos grupos analisados que busca romper com a dicotomia “sujeito-objeto” e integrar os sujeitos participantes do processo investigativo em questão, a partir de uma citação de Sato e Santos (2003, p. 265), o Tr 16 afirma que na pesquisa participante, “o (a) pesquisador(a) estabelece “relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitas”. É possível perceber que em um primeiro momento, a “pesquisa participativa” é substituída pela “pesquisa participante”. Além disso, como instrumento de coleta de dados, ou como denomina a autora “estratégias de investigação” foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, observação participante e entrevista em profundidade. Desta forma, possivelmente houve uma incompreensão em relação aos tipos de pesquisa e instrumentos utilizados, o que nos parece recorrente nos trabalhos analisados.

O Tr 22, além do “estudo de caso” e da “pesquisa documental”, em um primeiro momento afirma ter utilizado como “método” de pesquisa a observação participante:

Porém, a partir da pesquisa e análise dos documentos produzidos pelo MAB decidi verificar, através de um estudo de caso – e utilizando a observação participante como método – como a relação entre a questão ambiental e a participação política se configurava no cotidiano de moradores atingidos por barragens (TR 22, resumo).

É possível perceber que neste trabalho considerou-se a observação participante com “método” e não instrumento, ou estratégia para coleta de dados de um determinado tipo de pesquisa. Além disso, “a observação participante” e “pesquisa participativa” são considerados sinônimos uma vez que em um momento posterior, o Tr 22 afirma ter se utilizado a pesquisa participante enquanto metodologia que segundo o trabalho pode ser caracterizada “pelo compromisso político do pesquisador com os sujeitos que diretamente participam de sua investigação” (p. 18). Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas “entrevistas semi-estruturadas” que foram elaboradas junto aos representantes do movimento social analisado (MAB) e registro por meio de fotografias, que também foram encaminhadas aos entrevistados posteriormente.

Em uma perspectiva semelhante, o Tr 6 afirma utilizar “o método da História Oral” para o desenvolvimento da sua pesquisa:

*Situa-se neste *locus*, o contexto no qual se desenhou a abordagem metodológica, a partir do método da História Oral. Pesquisadores do Laboratório de História Oral (LAHO), do Centro de Memória Universidade de Campinas (UNICAMP) esse método é o registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizar suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertence (TR 6, p. 32, grifo da autora).*

De acordo com o Tr 6, partindo do entendimento da “História Oral” como um método “os dados para análise foram obtidos com a utilização de três instrumentos: a) pesquisa documental e bibliográfica, b) entrevista semi-estruturada e c) pesquisa participante” (p. 32). A partir da participação da autora em alguns “eventos” do movimento, a “pesquisa participante” representou uma “materialização” dos dados referentes aos outros dois instrumentos. Neste caso, também é possível inferir que além da utilização equivocada da “História Oral” como um método, foi realizada uma pesquisa de campo, na qual se adotou como um dos instrumentos de coleta de dados a “observação participante” e não a “pesquisa participante”, visto que esta constitui um tipo de pesquisa distinto.

Este “hibridismo metodológico” também é percebido, de forma mais evidente, no Tr 11 que afirma se fundamentar teórico e metodologicamente nas abordagens da fenomenologia, etnografia, estudo de caso e pesquisa participante. Os referidos tipos de pesquisa são explicitados e descritos neste trabalho. Além das “abordagens” já pontuadas, o Tr 11 descreve a “pesquisa-ação” que a partir de uma citação de O'Brien(2003), também é conhecida por outros nomes,

incluindo pesquisa participativa, investigação colaborativa, pesquisa emancipatória, ensino ação, e pesquisa-ação contextual. Mas todos são variações de um mesmo tema. Em forma simples, pesquisa-ação é "aprender fazendo" - um grupo de pessoas identifica um problema, faz algo para resolvê-lo, vêem o grau de sucesso que seu esforço obteve, e, não estando satisfeitos, tentam novamente (TR 11, p.194).

Desta forma, neste caso, as variações nominais dadas ao longo do trabalho são justificadas pela citação acima. Além disso, são utilizados também os termos

“investigação ação” e “intervenção participante” para denominar este tipo de pesquisa. Para o Tr 11, fundamentado em uma citação de Brandão (1984), a pesquisa participante busca

promover a produção coletiva de conhecimentos, rompendo com o monopólio do saber e da informação e permitindo que ambos se transformem em patrimônio dos grupos subalternos, estabelecer relações entre os problemas individuais e coletivos, funcionais e estruturais, como parte da busca de soluções coletivas aos problemas enfrentados (BRANDÃO, 1984 *apud* TR 11, p. 20).

Além disso, o Tr 11 apresenta como “instrumento” para complementar este tipo de pesquisa a análise das concepções e representações de natureza, meio ambiente e Educação Ambiental dos participantes da pesquisa. Os dados para esta análise foram coletados a partir de observações registradas em um diário de campo, entrevistas abertas e fechadas, entrevistas semiestruturadas e análise documental. No Tr 8, não foi possível identificar as opções metodológicas adotadas. Este quadro também é recorrente nos artigos analisados por Pato, Sá e Catalão (2009), ao afirmarem que a parte metodológica é, muitas vezes, “imprecisa, vaga e até mesmo inexistente”. No entanto, podemos inferir que o autor se utilizou da “observação participante” como instrumento de coleta de dados, considerando que, no Tr 8, o pesquisador participou de eventos, como a Cúpula dos Povos e o Fórum Social Mundial e a partir deste envolvimento desenvolveu suas análises. Esta inferência pode ser expressa na seguinte afirmação: “todos esses eventos geraram muitas anotações registradas em cadernos de campo, em fotos e vídeo, que nos auxiliaram a tecer os argumentos presentes nesta dissertação” (TR 8, p. 32).

Nos trabalhos analisados percebemos a variedade de referenciais teóricos e metodológicos, principalmente no que se refere ao tipo de pesquisa adotado. Este resultado também está em consonância com o já mencionado estudo realizado por Goergen (2010) que identifica as abordagens fenomenológica, hermenêutica, transdisciplinar, construtivista, estruturalista, pós-estruturalista, sociocrítico, crítico-dialético, pós-moderno, qualitativo, análise do discurso, pesquisa-ação, pesquisa participante, multirreferencial, existencial e etnográfica.

Houve presença expressiva das chamadas abordagens participativas, com ênfase na “pesquisa participante” e “pesquisa ação”. Considerando a temática dos

movimentos sociais, esta expressividade é justificada uma vez que, no contexto latino-americano, elas se originam no interior de “unidades de ação social” que dirigem suas ações junto à grupos ou comunidades populares. Na maioria dos casos, são realizadas dentro dos próprios movimentos sociais, principalmente dos populares, ou ainda, se apresentam estando “a serviço” desses movimentos (BRANDÃO, 2007). Além disso, segundo autor

Na maior parte dos casos, a pesquisa participante é um momento de trabalhos de educação popular realizados junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares. É do constante diálogo não doutrinário de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído. Uma verdadeira *pesquisa participante* cria solidariamente, mas nunca impõe partidariamente conhecimentos e valores (BRANDÃO, 2007, p. 56).

No entanto, em todos os casos este tipo de pesquisa foi realizado em meio a uma variedade de outras abordagens metodológicas. Mesmo reconhecendo a diversidade de tipos de pesquisa realizados, Goergen (2010), no seu já mencionado estudo, alerta sobre a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico no campo de pesquisa da EA. Esta pluralidade teórico-metodológica muitas vezes está presente em uma mesma pesquisa, como apresentado anteriormente nos trabalhos analisados. Este quadro compreende o que Novick (2003) denomina “miscelânea teórica” e segundo CARVALHO (2015), ao optar pela utilização de vários tipos de pesquisa, associadas a diversos procedimentos, o pesquisador deve buscar um domínio teórico e metodológico severo, o que em muitos casos não se verifica.

Esta característica não se verifica apenas no campo da EA. De acordo com Ludke e Cruz (2005), as abordagens qualitativas tem expressado “certo afrouxamento dos cuidados com os aspectos teóricos e metodológicos que devem orientar todo trabalho de pesquisa”. Segundo as autoras, existe certa “confusão” entre as “modalidades” qualitativas de pesquisa, e ainda,

Nem sempre são respeitadas as especificidades dessas modalidades, ocasionando uma apropriação indevida de terminologias e aplicações inadequadas de soluções metodológicas. A pesquisa de tipo qualitativo é muito ampla, englobando várias tendências e procedimentos, o que requer um domínio teórico e metodológico sobre seus princípios epistemológicos e suas possíveis

aplicações, sob o risco de cair em desvios e abusar de suas possibilidades (LUDKE; CRUZ, 2005, p.105)

Como já assinalado no mapeamento do *corpus* documental, embora esta produção seja desenvolvida em uma diversidade de áreas do conhecimento, a maioria dos trabalhos vinculam-se à área de Educação, ou seja, fazem parte da grande área das “Ciências Humanas”. Desta forma, consideramos que os trabalhos analisados não apresentam perspectivas teórico-metodológicas e epistemológicas tão distintas entre si. Dos trabalhos que explicitaram suas opções, todas as pesquisas adotam a abordagem qualitativa, houve predominância de pesquisas documentais e de abordagens metodológicas participativas, ainda que com algumas contradições teóricas sobre tais tipos de pesquisa. Foram utilizados variados instrumentos de coleta de dados, o que também caracteriza as metodologias adotadas. Entendemos ainda que a temática dos movimentos sociais, favorece a escolha destes tipos de abordagens teórico-metodológicas.

4.2.2 Os movimentos sociais identificados

Dentre os nove trabalhos selecionados para compor esta etapa de análise, os movimentos sociais camponeses tiveram destaque enquanto objeto científico de análise, sendo que a maioria dos trabalhos tem como foco o estudo das relações entre EA e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também foi expressiva a presença de trabalhos que se propõem a analisar a EA no contexto do movimento ambientalista/ecológico. Alguns trabalhos não delimitam apenas um movimento social para análise e foram incluídos na categoria “outros” como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 10: Os movimentos sociais analisados pelas teses e dissertações de EA que compõem o *corpus* documental analisado e os respectivos códigos de identificação.

| Movimento social | Teses e dissertações |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| MST | Tr 3, Tr6, Tr 11, Tr 31 |
| MAB | Tr 22 |
| Movimento ambientalista/ecológico | Tr 16, Tr 26 |
| Outros | Tr 1, Tr 8 |

Fonte: dados da pesquisa.

A presença dos movimentos sociais camponeses na discussão sobre a temática ambiental não constitui uma novidade desta pesquisa. A escolha destes termos para as buscas dos possíveis documentos para sua inclusão no *corpus* documental deste trabalho, não ocorreu de forma aleatória, como já apontado.

Ainda que, de acordo com Acselrad (2010), estes movimentos não se autodenominem ambientalistas, inserem-se em uma das correntes do ambientalismo elaboradas por Alier (2015), a do “ecologismo dos pobres” que tem como um dos seus eixos de discussão a questão da “justiça ambiental”. Esta expressividade pode ser compreendida uma vez que as raízes da educação ambiental encontram-se no movimento ambientalista e que na sua vertente crítica a “justiça ambiental” é um tema que vem sobressaindo principalmente a partir das últimas décadas.

Fundamentada em Leff (2001), a autora do Tr 22, afirma que estudos mais aprofundados sobre as contribuições que esses movimentos que não se “autodesignam” ambientalistas para a defesa do meio ambiente deveriam ser realizados e ainda aponta para

a necessidade de compreender como essas lutas absorvem o impacto do discurso ambientalista, suas reivindicações e suas articulações políticas e econômicas, como se processam as estratégias de poder desses movimentos para transformar a racionalidade dominante e como se formam conciliações e divergências frente ao Estado (TR 22, p.17)

As contribuições que estes movimentos, no caso, o MST, podem oferecer para os estudos sobre a questão ambiental, são expressas nos seus discursos e ações que, segundo Tr 3,

representam uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à cultura, à saúde e à educação. Afirmam desta forma uma crença em consonância com sua realidade e uma ação no rumo da recriação das relações humanas materializadas pela satisfação de um conjunto de necessidades que não se reduzem a propostas pontuais, sectárias ou corporativistas. Buscam, para tanto, transformações das relações de submissão e expropriação configuradas na sociedade capitalista, num complexo de relações que envolvem grupos, classes, instituições e nações (TR 3, p.15.)

Assim, esses movimentos contribuem para o debate ambiental na medida em que lutam para a construção de novas relações de produção, com a natureza e conseqüentemente entre os seres humanos entre si. Ainda que reconhecida as contribuições, a relação entre a “defesa da natureza” e alguns movimentos como o movimento de seringueiros da Amazônia, dos camponeses e indígenas atingidos por barragens, de acordo com o Tr 22, fundamentado em Scherer-Warren (1993), passam, muitas vezes despercebidas pelos pesquisadores. A situação é ainda mais recorrente quando pensamos nas relações entre a educação ambiental e os movimentos sociais do campo. O Tr 31, ao realizar um trabalho em um movimento social específico, no caso, o MST, aponta esta questão que irá delimitar o seu problema de pesquisa:

Sabe-se que existem inúmeros trabalhos realizados sobre a questão educacional, a questão agrária e a questão ambiental. Também são conhecidas pesquisas que envolvem a área educacional com a agrária, bem como outras que envolvem a área educacional com a ambiental, mas, até o momento, se desconhecem pesquisas que abordem a articulação entre escola e assentamentos da Reforma Agrária pelo viés da EA. É justamente aí que se encontra a problemática da presente pesquisa: mediante o desenvolvimento de um estudo profundo, sobre a questão educacional e agrária, a partir da visão ambiental, buscar a articulação entre a escola e o assentamento (TR 31, p. 2).

Atualmente é possível traçar as relações entre questão agrária e questão ambiental e ainda, pela perspectiva da EA crítica, entre educação ambiental e movimentos sociais do campo, que serão discutidas em um momento posterior nessa análise. No entanto, esta possibilidade pode ser considerada recente e nos remete à uma situação que é recorrente nestes trabalhos: a incorporação da temática ambiental por estes movimentos sociais, neste trabalho representados pelo MST e

pelo MAB. Segundo Loureiro (2008), os discursos do movimento ambientalista chegaram ao Brasil na década de 1970 e não teve adesão de grande parte dos outros movimentos sociais do campo e da cidade que naquele momento tinham como pauta questões consideradas estritamente sociais (desigualdade, desemprego, luta pela terra, luta contra fome, moradia, etc). Até aquele momento, a abordagem da questão agrária pelos movimentos sociais estava centrada na luta pela reforma agrária, que por sua vez, unificava a luta dos movimentos sociais camponeses mas não apresentava relações diretas com a questão ambiental.

De acordo com Tr 6, fundamentada em Brandenburg (1999), em 1960, a questão ambiental passou a se articular com questão agrária com a chamada “modernização da agricultura” que veio demarcar um acontecimento histórico conhecido como “Revolução Verde” e que teve seu auge em 1970. Ainda neste trabalho, a autora cita Pádua (1987) para demarcar este período como um marco do início da relação entre o ambiental e o agrário em uma perspectiva crítica:

Não há em período anterior à década de 70 manifestações de cunho ecológico que colocassem em questão o padrão de desenvolvimento da agricultura, embora se constate, na história do pensamento brasileiro, preocupações de caráter preservacionista (PÁDUA, 1987 *apud* TR 6, p. 40).

A incorporação do debate ambiental em um dos movimentos sociais do campo, no caso o MST, é então resultado da junção dos elementos que transitam no interior do movimento e elementos externos aos movimentos, de acordo com o trabalho:

Isso denota, numa perspectiva mais orgânica, outros elementos que influenciam a construção do debate ambiental no MST a partir de uma relação dialógica e/ou dialética com o debate interno e o externo ao Movimento, ou seja, ao passo que se configurava o debate mundial e brasileiro das questões ambientais, o MST se construía como um movimento social de agricultores Sem Terra e, que apesar de não priorizar o debate ambiental, encontrava-se, do ponto de vista ideológico, com todas as manifestações de repúdio e denúncia às conseqüências da modernização da agricultura (TR 6, p. 47).

Sobre o histórico da temática ambiental no ideário do movimento, esse trabalho afirma que:

Num certo sentido, as preocupações do MST com a preservação ambiental sempre estiveram no ideário desse movimento social. Num primeiro momento, o foco de atuação era mais reivindicatório e direcionava-se para a retomada da terra pelos camponeses através da reforma agrária e da luta pela garantia das condições de permanência e produção. No entanto, dos primórdios até a consolidação do debate ambiental, com as mudanças de valores e práticas, temos uma trajetória que se constrói à medida que o movimento avança na sua organicidade e que dialoga com o acúmulo historicamente construído das perspectivas e debates ambientais (TR 6, p. 51).

Para o Tr 6, o estudo da aproximação do MST com a questão ambiental tem se tornado cada vez mais relevante principalmente se tivermos como objetivo compreender a EA neste movimento. Para este trabalho, a questão ambiental “tem se universalizado, sintetizando um dos os grandes desafios do nosso tempo, incorporando, além de temas “verdes”, também as questões sociais” (p. 12). Nesta perspectiva, o trabalho tem o intuito de

recuperar, a partir do contexto das lutas por terra e reforma agrária no Brasil durante o período de 1984 a 2004, as motivações que levaram o MST, um movimento social que aglutina os trabalhadores mais pobres e vulneráveis do campo agrário brasileiro, ao desafio de incorporar a dimensão ambiental nas suas agendas de luta. Nesse contexto, o papel da educação ambiental é de grande importância (TR 6, p.12).

O Tr 3 considera o MST como um movimento social com propostas de “transformação radical da realidade atual” (p. 15) e portanto, desse quadro de crise socioambiental. Neste sentido, para o Tr 11, a escolha em estudar os assentamentos acompanhados pelo mesmo movimento é justificada uma vez que a autora considera o movimento como “um movimento que vem crescendo e conquistando suas reivindicações em nível nacional e, em cujos princípios, o meio ambiente é visto de maneira global” (p. 21). De acordo com o mesmo trabalho, o MST vem concretizando estes princípios a partir da criação de outro modelo de produção agrícola, desvinculado do até então propagado agronegócio. Este “novo” modelo, conhecido como agroecologia, constitui parte integrante do projeto de sociedade pretendido pelos movimentos sociais que compõem a Via Campesina e é baseado em outro tipo de relação entre ser humano e natureza. Para a autora,

É com um olhar de quem pensa uma nova sociedade em que a agro-ecologia serve de um dos eixos para seu projeto. segundo Caporal e Costabeber, agro-ecologia é a ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável (TR 3, p. 29, grifo da autora).

Embora seus caminhos ainda estejam sendo trilhados, é perceptível que a agroecologia vem ganhando espaço principalmente nos movimentos sociais do campo. Muitas vezes tem sido considerada um elo entre o “agrário” e o “ambiental” uma vez que suas preocupações se inscrevem no âmbito da preservação da biodiversidade, na luta contra os agrotóxicos e na construção de outra relação com a terra, entre ser humano e natureza, desvinculada dos valores baseados na ética antropocêntrica. Assim sendo, para além da articulação entre a questão agrária e ambiental, a agroecologia pode ser considerada um caminho a ser percorrido para a aproximação entre os movimentos sociais e a educação ambiental.

Em uma busca realizada na Plataforma “EArte”, já citada nesta pesquisa, encontramos um total de vinte e nove teses e dissertações de EA publicadas até o ano de 2013, que constam em seus títulos, resumos e/ou palavras-chave o termo “agroecologia”. Como os trabalhos dos últimos anos ainda não constam na plataforma, é possível que este número aumente ainda mais. Considerando que estes trabalhos fazem parte do campo de pesquisa da EA, têm-se uma quantidade relativamente expressiva destes trabalhos que permitem afirmar que a relação entre EA vem sendo construída. Como não foi foco deste estudo, apontamos para a necessidade de realização de outras pesquisas que busquem estes possíveis diálogos.

Como apontado, além do MST e ainda no âmbito dos movimentos sociais do campo, fundamentado em Waldman (1994), o Tr 22 afirma que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) também se destaca quando nos referimos às lutas sociais em defesa do meio ambiente no Brasil. Segundo o trabalho, a criação deste movimento no início da década de 1990, pode ser considerada um marco para a luta ambiental no Brasil tendo em vista a intensão, assim como no já citado projeto do MST, de se pensar em um novo projeto de sociedade. A especificidade deste movimento reside na preocupação com a construção de outro modelo de produção

energética, uma vez que o atual se mostra ineficiente do ponto de vista ambiental e social.

Existem ainda trabalhos que não dedicam seus estudos à um ou outro movimento social específico, como é o caso do Tr 1 que optou por analisar ONGs e a rede Via Campesina:

Dentre as ONGs e os movimentos pesquisados, foram escolhidos para a pesquisa aqueles que vêm se destacando na influência de políticas públicas, tanto em nível nacional como internacional, na sensibilização dos cidadãos com trabalhos educativos, na pesquisa e publicação de materiais e documentos, e em projetos de captura de carbono (TR 1, p. 13).

Os trabalhos apresentados acima abordam a inclusão da temática ambiental nos movimentos sociais camponeses como um processo recente e que se transforma de acordo com as dinâmicas internas e externas aos movimentos. Atualmente, de acordo com esses trabalhos, ainda que apresente desafios, o debate sobre questão ambiental vem avançando nestes movimentos. Além disso, como já apontado, a agroecologia vem sendo apresentada como uma das alternativas para a superação do agronegócio, reforçando a articulação entre o setor agrário, ambiental, econômico e social.

Além desses movimentos sociais, o Tr 16 e o Tr 26 centraram suas análises na constituição do movimento ambientalista/ecológico em determinadas localidades e suas possíveis relações com a EA. Nesta perspectiva, no Tr 26, pretende-se

apresentar um estudo sobre os movimentos sociais do Distrito Federal que se articularam e deram origem ao movimento ambientalista na região, priorizando os movimentos relacionados à criação, implantação e gestão ambiental das unidades de conservação das cidades do Gama e de Águas Claras, associando-os aos processos de educação ambiental, como instrumentos de movimentos sociais ambientalistas (TR 26, p. 29)

Cabe destacar que nestes dois trabalhos, as terminologias utilizadas para o movimento são diferentes. No Tr 16, utiliza-se “movimento ecológico” enquanto que no Tr 26, “movimento ambientalista”. No primeiro, a autora explicita sua escolha por utilizar o termo “movimento ecológico” ao invés do termo “movimento ambientalista”.

Para este trabalho, eles não podem ser utilizados como sinônimos, uma vez que considera que

o termo movimento ecológico é o termo mais antigo que engloba questões sociais e ambientais, e exige mudanças mais radicais que realmente farão diferenças fundamentais, enquanto que o termo movimento ambientalista é conhecido recentemente, um termo intermediário, mais genérico, e que se dispõe a discutir os processos econômicos, sociais e tecnológicos, com mudanças menos radicais (TR 16, 2007, p. 52).

Cumprido destacar que esta distinção é exatamente contrária às considerações elaboradas por Leff (2001) a respeito dos termos “movimento ambientalista” e “movimento ecológico” já abordada em nossa pesquisa. Esta situação reforça a ideia de que existem variadas formulações teóricas sobre os termos a partir de diferentes contextos e referenciais teóricos. Além disso, fundamentado em Carvalho (2002, p.16), o Tr 16 considera que embora se utilize desta distinção entre um movimento e outro, a mesma, muitas vezes não aparece de forma tão explícita. Tendo como base as idéias de Loureiro (2006, p. 17), o trabalho afirma que

Entretanto, podemos perceber a adoção de um termo ou de outro por diversos autores, enquanto que Loureiro (2006, p.17), evita “usar terminologias dualistas do tipo ecologistas e ambientalistas, optando por um termo mais genérico, questão ambiental”. Esta é uma posição onde se privilegia a mobilização e discussão sobre a atuação de militantes que atuam em prol das questões socioambientais, independente de serem ambientalistas ou ecologistas, são identidades políticas (LOUREIRO, 2006, *apud* TR 16, p. 53).

Já no Tr 26 essa distinção não é realizada, havendo a utilização ora de um termo, ora de outro. Fundamentado em Scherer-Warren (1996), o movimento ecológico foi “a herança mais genuína da Nova Esquerda” (p. 108) nos anos 1960 e início dos anos 1970. Ainda baseado na autora, esse trabalho afirma que

A utopia deste novo movimento foi constituída com base na crítica à natureza destrutiva das sociedades industriais, procurando melhor relacionamento entre o homem e seu ambiente natural ou construído. Muitas tendências políticas apareceram dentro do movimento, mas de forma geral poderíamos dizer que ele apresenta ambas as tendências: conservadora e progressista (SCHERER-WARREN, 1996 *apud* TR 26, p.108).

Não entendemos, de acordo com o referencial teórico adotado nesta pesquisa, que movimento ecológico e movimento ambientalista tenham caráter distintos como afirma o Tr 16, mas sim que esta distinção está mais relacionada as divergências entre as tendências que constituem o movimento ambientalista. Percebemos que no Tr 16, o emprego do termo “movimento ecológico” caracteriza, uma das grandes tendências para o “movimento ambientalista” definidas por Alier (2015): o “ecologismo dos pobres”, enquanto que, o movimento ambientalista estaria mais relacionado às tendências “culto ao silvestre” e “evangelho da ecoeficiência”. De forma semelhante, o Tr 26, que não faz essa distinção entre “movimento ambientalista” e “movimento ecológico”, baseado em Scherer-Warren (1996), também entende que existem diferentes tendências no movimento:

Scherer-Warren (1996) explica que a tendência conservadora pode ser representada pelos utopistas comunitários, constituídos por pequenos grupos de jovens bem-educados, pessoas da classe média, buscando “a boa vida” em harmonia com a natureza. Já a tendência progressista não só dirige um criticismo mais profundo ao sistema, como também almeja mudá-lo. Movimenta-se entre o protesto e a resistência, através da prática da ação não violenta e da desobediência civil, segundo os pensamentos de Thoreau, Gandhi e Martin Luther King Jr (SCHERER-WARREN, 1996 *apud* TR 26, p.108).

Assim como os movimentos sociais do campo foram ambientalizando suas lutas sociais, seja por elementos internos ou externos aos movimentos, independente da utilização do termo “movimento ambientalista” ou “movimento ecológico” cabe ressaltar que houve também um processo de politização das lutas ambientais. Sobre estes processos, o Tr 16 destaca alguns “redimensionamentos” em sua pesquisa que ocorreram após a Eco – 92:

Um deles se refere à grande mudança na prática do movimento ecológico. A aproximação com o movimento social na preparação do Fórum Brasileiro de ONG, foi um ponto positivo, trouxe um conteúdo político para o movimento ecológico, e enriqueceu os movimentos sociais, porque foi introduzida a variável ambiental nas suas preocupações e plataformas de trabalho (TR 16, p. 136)

No Tr 8, a análise não é dedicada a um ou outro movimento social, mas aos “movimentos sociais contemporâneos” ou “novos”. Neste trabalho, foram analisados alguns eventos nos quais houve a presença expressiva de tais movimentos:

O presente texto interpreta na Cúpula um sinal de que os *movimentos sociais contemporâneos*, que já vinham incorporando preceitos libertários em suas organizações desde a década de 1960 e se articulando internacionalmente desde 2001 nos encontros anuais do FSM e em etapas locais paralelas, começam a incorporar a questão ambiental em suas lutas sociais, por mais diferentes que sejam suas premissas e programas (TR 8, p. 23, *grifo nosso*).

Ao longo dos anos, os movimentos sociais camponeses foram incorporando a dimensão ambiental na medida em que a própria questão agrária foi se tornando uma questão ambiental. Pode-se considerar que houve um processo de “ambientalização” das lutas camponesas e a politização das lutas ambientais. O percurso inverso também pode ser observado quando atentamos para a corrente do “ecologismo dos pobres” do movimento ambientalista, que considera a “justiça ambiental”, os conflitos de luta pela terra e os movimentos sociais como uma questão ambiental e mais ainda, são fundamentais para o entendimento e superação da chamada crise socioambiental.

Conhecer os movimentos sociais que vem sendo objeto de estudo no campo de pesquisa da EA, constitui um primeiro passo para uma possível construção de diálogos entre este campo de pesquisa e esses movimentos. Seguindo este caminho, no próximo item, buscou-se identificar as compreensões que os pesquisadores elaboram sobre “movimento social” em seus estudos.

4.2.3. As compreensões sobre os movimentos sociais

No campo de pesquisa da EA, principalmente para aqueles que se orientam pelas perspectivas críticas, discute-se, na produção científica e nos encontros nacionais de pesquisas, a importância da inclusão dos movimentos sociais de forma mais consistente nos debates da EA. No entanto, cabem os questionamentos: o que estes pesquisadores estão entendendo por movimento social? Quais organizações estão sendo consideradas como movimentos sociais? Sob quais teorias interpretativas estão sendo analisados? Ou ainda, as pesquisas apresentam dados que permitem responder a estas questões? Com o intuito de buscar elementos que auxiliem na elaboração de possíveis caminhos para responder tais questionamentos, buscou-se nas dissertações analisadas, as compreensões sobre

os movimentos sociais, que de forma explícita ou implícita, são construídas pelos autores.

O Tr 1, fundamentado em Montaño e Duriguetto (2011), anuncia explicitamente sua compreensão quanto ao “conceito” de “movimentos sociais”, e ainda os distingue de outras formas de ação coletiva:

Outra consideração importante nessa reflexão inicial está relacionada ao conceito de “Movimentos Sociais”. Este estudo parte da concepção de que o movimento social caracteriza “uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma data atividade de mobilização [...]” e que tem como determinações: ser “conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264). Estas características diferem os movimentos sociais de uma ONG que, segundo os autores, é “constituída por agentes remunerados ou voluntários, que se mobilizam na resposta a necessidades, interesses ou reivindicações em geral alheios e não próprios” (p. 264). Outra distinção feita pelos autores é entre movimentos sociais e mobilização. Explicam que a diferença não se relaciona apenas a uma questão semântica, já que mobilização não significa uma organização, mas sim, uma ferramenta do movimento (TR 1, p. 102).

Para o Tr 3, além de anunciar sua compreensão sobre o que é movimento social, explicita suas diferenças em relação aos “novos movimentos sociais”. Fundamentado em Sztompka (1998), afirma que:

os movimentos sociais são potenciais agentes de mudanças em nossa sociedade e, em última instância, podem ser entendidos como agentes primários de tais mudanças, visando autonomia e emancipação sob premissas de ruptura e superação do capitalismo e/ou de fortalecimento da democracia (TR 3, p. 14).

Além disso, ao assumir a existência de muitas compreensões possíveis da “categoria movimentos sociais”, o trabalho adotou a conceituação elaborada por Gohn (1997), uma vez que esta autora, a mesma adotada para conceituar movimento sociais na nossa pesquisa, se propõe a discutir as aproximações entre movimentos sociais, educação e mundo do trabalho:

[...] ações sociopolíticas constituídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classe e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de

força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações na esfera pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. (GOHN, 1997, TR 3, p. 14).

Percebemos neste trabalho que houve um esforço para a distinção entre os movimentos sociais e os chamados “novos movimentos sociais”. Para o Tr 3, então, as características que conceituam um movimento social os diferem dos “novos movimentos sociais”, uma vez que, fundamentado em Dupas (2003), os últimos

são centrados sobre uma problemática de identidade e afirmação, em busca de um reconhecimento de sua diferença e autonomia. O meio no qual eles evoluem não é mais o espaço público político e institucional, mas aquele formado por organizações especializadas com estratégias autônomas. *Nenhum desses movimentos tem como objetivo elaborar uma nova concepção de sociedade, de existência coletiva das suas finalidades e limites.* (DUPAS, 2003, TR 3, p. 15, grifo nosso).

Tendo em vista que o mesmo trabalho considera que os movimentos sociais do campo, especificando o caso do MST, tem em seu projeto o objetivo a “transformação radical da realidade atual” (p. 15) a partir de lutas pela construção de uma nova sociedade, como já apontado no capítulo anterior, os mesmos não podem ser considerados na esfera dos “novos movimentos sociais”.

Assim como o Tr 3, o Tr 6 tem como objeto de estudo o MST. Sobre as compreensões de movimentos sociais, o Tr 6 não apresenta uma conceituação geral explícita sobre movimento social, no entanto, apoiada em Scherer-Warren (1989), parte do princípio que o MST é um movimento social uma vez que visa a transformação (“práxis”), a partir do cumprimento dos mesmos objetivos (“projeto”), orientados por princípios valorativos comuns (“ideologia”) e com uma organização diretiva minimamente definida (“a organização e sua direção”). Segundo o trabalho,

A *praxis*, o projeto, a ideologia e a organicidade, em conjunto, fazem com que o MST não reivindique somente a distribuição de terras, mas proponha, paralelamente, a organização permanente dos trabalhadores rurais já assentados, para a efetiva implementação da produção nos lotes conquistados a partir de uma outra lógica, ou seja, da busca de uma qualidade de vida digna, presumindo-se, apesar de inicialmente não explicitado, o reconhecimento da dimensão ambiental como mais uma dimensão importante na sua organização (TR 6, p. 24).

Ainda de acordo com o Tr 6, a partir do primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o movimento, diferente dos seus “antecessores” passou a ter “maior organização, maior abrangência e descentralização e com um discurso mais próximo e adaptado à realidade dos camponeses” (TR 6, p. 23). Fundamentado em Lisboa (1988), o trabalho afirma que estas características, inserem o MST no âmbito dos “novos movimentos sociais”. Neste sentido, tendo como referência as idéias do autor De La Cruz (1987), o Tr6 destaca que

o "novo" não trata de se diferenciar dos velhos ou tradicionais por sua temporalidade, mas sim por suas características, dizem respeito, principalmente, às três grandes rupturas - estatal, modelo estatal e modelo desenvolvimentista (TR 6, p. 23)

No entanto, cumpre apontar certa incoerência que pode ser identificada nesse trabalho. Em outro momento, o Tr 6 afirma que tais características não são intrínsecas à estes movimentos mas sim, configuram uma condição do contexto econômico, político e cultural que contribuem para o surgimento dos movimentos sociais, sem ainda, se referir aos “novos” ou ao “velhos”. Além disso, ora as rupturas são apresentadas como “estatal, modelo estatal e modelo desenvolvimentista” e ora como “cultural, modelo estatal e modelo desenvolvimentista”, como expresso na seguinte afirmação:

Segundo De La Cruz (1987), três grandes rupturas contribuíram para os surgimentos dos movimentos sociais: a) ruptura cultural: com o desenvolvimento do capitalismo, crescente industrialização e a urbanização. Provocou a crise da família, dos casais, das relações entre pais e filhos, dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher, a perda da fé nas crenças tradicionais, e tudo isso levou ao aumento da individualização e à desestabilização das relações humanas; b) ruptura do modelo estatal: crise econômica e a complexidade da sociedade assinalaram novos limites para o funcionamento do Estado, antes interventor

edeseenvolvimentista, com base no diagnóstico de sua insuficiência administrativa, incapacidade de prestar serviços e na deteriorização de sua legitimidade; c) ruptura do modelodeseenvolvimentista: a crise econômica, o desemprego em massa, a recessão, efeitos ambientais da industrialização, entre outros, que vieram desmascarar o sonhodesenvolvimentista inaugurado no pós-guerra (TR 6, p. 22).

Mesmo com estaincoerência referente às possíveis rupturas que caracterizam o movimento estudado ou que caracterizam o momento histórico oportuno para o surgimento dos movimentos sociais, o Tr 6 aponta as características deste movimento que podem expressar as rupturas citadas:

aparecem na capacidade de organizar os sem-terra, ampliar sua militância e renovar as instâncias de decisão (direção e coordenação nacionais), assim como na mística fundamentada em princípios de organização e na mobilização de trabalhadores para as ocupações de terra, fazendo desta prática uma das suas principais estratégias de luta (TR 6, p. 24)

Além disso, fundamentado em Curado (2004), assim como outros movimentos sociais que emergiram na América Latina na década de 1980, o Tr 6 aponta as seguintes características destes “novos movimentos sociais”:

[...] a sua territorialidade, negando no concreto, a crença pós moderna da supressão do espaço; a autonomia frente a governos e partidos, a revalorização da cultura e a afirmação da identidade de seus povos e setores sociais, inclusive fortalecendo as mulheres; e, em consonância com a autonomia, a capacidade de formação de seus próprios intelectuais (CURADO, 2004, *apud* TR 6, p. 25).

Em nota de rodapé, o Tr 6 aponta como sugestão de leitura para a discussão sobre a questão do paradigma dos “Novos Movimentos Sociais” trabalhos de Scherer-Warren e Krischke (1987) e Laclau (1986). De acordo com os referenciais adotados e indicados, nota-se uma pluralidade de teorias sobre os movimentos sociais, incluindo autores, que de acordo com Gohn (2006), representam paradigma europeu neomarxista e dos NMS, sendo que do último, incluem-se as abordagens “micro” e “macro” dos movimentos sociais. Se por um lado, a diversidade teórica pode favorecer a construção do conhecimento sobre movimentos sociais no campo da EA, por outro, pode representar algumas contradições teóricas.

Ao citar autores neomarxistas e outros com ideais pós-estruturalistas da teoria dos NMS para fundamentar seu entendimento sobre os “novos movimentos sociais”, como é o caso de Laclau, o Tr 6 expõe algumas contradições teóricas e ideológicas, uma vez que, em muitos casos, os ideais dos autores destes paradigmas podem ser considerados antagônicos.

Nestes dois trabalhos que abordam as diferenças entre os tipos de movimentos sociais, o MST ora é categorizado como parte dos “novos movimentos sociais” e ora como sendo um “movimento social”. No Tr 3, ao defender a ideia de que o MST é um movimento social e não um “novo movimento social”, aproxima-se mais das correntes marxistas em sua análise. Para este trabalho, os novos movimentos sociais, ao contrário do MST, não possuem quaisquer intensões de transformação radical de sociedade, e estão centrados apenas nas questões identitárias e culturais, elementos estes que caracterizam os “novos movimentos sociais”. No entanto, características do mesmo movimento, como a descentralização das suas formas de organização, bem como a questão da identidade e autonomia em relação à partidos e sindicatos permitiu ao Tr 6 incluí-lo no âmbito dos “novos movimentos sociais”. As características apontadas pelos autores sobre o movimento em questão confluem com o ideário do movimento, que além de questões culturais, mais relacionadas com o “modo de vida”, também buscam transformações no “modo de produção” capitalista.

Assim como no Tr 6, o Tr 22, considera que o MAB possui características semelhantes ao MST e pode ser inserido na categoria dos “novos movimentos sociais” partindo do princípio que estes são caracterizados a partir de

uma variação de funções entre as lideranças, como discute Mellucci (1991): “A leadership não é concentrada, mas difusa [...] diversos indivíduos podem assumir gradativamente papéis de líder para absorver determinadas funções” (p. 96). As formas de mobilização coletiva possuem, então, uma estrutura policéfala, reticulada, segmentada, na qual há redes de comunicação e intercâmbios que mantêm sujeitos individuais e organizacionais em inter-relacionamento. Circulam na vida cotidiana, redes de solidariedades que são, na prática, estratégias para assegurar coesão e consenso, enfrentar momentos de descrença e repressão política (TR 22, p. 83).

Desta forma, para o Tr 22, o MAB expressa tais características uma vez que

em diversos momentos reitera a sua postura de não adotar para si formas de representação popular pautadas no presidencialismo como, por exemplo, acontece em algumas entidades, na figura do presidente da associação, do presidente do sindicato etc – as lideranças nacionais são chamadas de coordenadores. Prezando valores participativos, o movimento, não raro, alerta para um encaminhamento metodológico contrário ao que ainda se nota freqüentemente em outras práticas políticas pautadas na imagem do salvador ou do heroísmo popular (TR 22, p. 85).

Já para o Tr 8, que tem como objeto de estudo os “movimentos sociais contemporâneos”, ou os “novos movimentos sociais”, o paradigma marxista é rejeitado e o anarquismo é adotado para a compreensão dos movimentos sociais. O autor considera, a partir de Melucci (1996) e Touraine (2006), que a “ruína do sonho comunista” (p. 121) acabou abrindo espaço para o surgimento destes novos movimentos sociais. Para o anarquismo, segundo o autor, o protagonismo da classe revolucionária foi substituído por uma revolução “sem protagonistas”, mas sim, por toda a sociedade, considerando a sua diversidade. Além disso, o autor considera a emergência dos chamados “novíssimos movimentos sociais” ou movimentos “altermundialistas”, que apesar de terem começado a se constituir no final da década de 1960, foi a partir de 2008 que ganharam maior importância. Para o Tr8, fundamentado em Vieira (2001), estes movimentos implicam na formação de uma “sociedade civil global”:

Trata-se da sociedade civil, o terceiro setor, se posicionando contra o estado e contra o mundo corporativo. São milhares de movimentos sociais pipocando paulatinamente pelo mundo e que vêm se articulando de maneira cada vez mais sistemática em suas redes e federações [...] Nem mais estado, nem empresas. A sociedade civil quer se autogerir articulada por outros parâmetros, por um novo paradigma (TR 8, p. 117).

A “sociedade civil global” pode ser considerada como protagonista do mundo “pós-moderno” e não mais as classes sociais, como era proposto pelas teorias marxistas, como afirma o autor: “a sociedade civil global é protagonista do mundo pós-moderno e, como veremos, a pós-modernidade é anarquista!”(TR 8, p. 117).

A questão dos “velhos” ou “novos” movimentos sociais é recorrente no campo da sociologia dos movimentos sociais. Inferimos que essa ambigüidade na tentativa de enquadramento do MST em uma ou outra categoria, pode ser explicada pelo

paradigma latino-americano de análise dos movimentos sociais, ou ainda, pela ausência de uma elaboração teórica mais sólida deste paradigma. Como já apontado nesta pesquisa, o contexto latino-americano no qual se desenvolveram os movimentos sociais apresenta características específicas em relação aos movimentos sociais de ocorrência na Europa e nos países norte-americanos.

Na tentativa de elencar elementos essenciais a serem considerados para a formulação de um paradigma próprio da América Latina, Gohn (2006) afirma que, no contexto latino-americano, houve a presença dos “novos movimentos sociais” (de mulheres, de negros, ecológicos, etc), porém, não de forma tão expressiva e de amplitude nacional como os casos europeus e norte-americanos. Além disso, a sociedade civil latino-americana foi marcada por regimes autoritários, “tradições clientelistas” e pela fragilidade do sistema judiciário, na qual a “tradição de cultura política democrática” praticamente inexistente e as questões referentes ao “modo de vida”, como o machismo e preconceitos, ou seja, não podem ser consideradas “novas” neste contexto. Segundo a mesma autora, enquanto nos EUA e na Europa o foco das lutas por direitos humanos residiam na luta por direitos sociais e culturais, na América Latina as demandas materiais ainda se faziam presentes, sendo que a luta tinha como pauta os direitos econômicos indispensáveis para a sobrevivência dos seres humanos. A este respeito, Gohn (2006) afirma concordar com Alan Touraine, autor europeu que se dedicou a estudar os movimentos sociais na América Latina, que como aponta Alonso (2009),

reconhece que as demandas econômicas seguem relevantes na América Latina; no entanto, para englobar seus movimentos dentre os “novos”, argumenta que haveria aqui uma combinação *sui generis* de demandas materiais e pós-materiais [...] (ALONSO, 2009, p. 68).

Dos nove trabalhos selecionados para essa análise, aqueles que tem como objeto de estudo o movimento ambientalista/ecológico, o Tr 16 e o Tr 26, incluem tais movimentos no âmbito dos “novos movimentos sociais”. De acordo com o Tr16, o movimento ecológico emergiu no Brasil no período de redemocratização do país, e a partir das considerações de Carvalho (2004a, p. 49), afirma que

Ainda que as primeiras lutas ecológicas no Brasil datem dos anos 70, é principalmente nos anos 80, no contexto do processo de redemocratização e abertura política, que entram em cena os *novos movimentos sociais*, entre eles o ecologismo, com as características contestatórias e libertárias da contracultura. (CARVALHO 2004 *apud* TR 16, p. 94, *grifo nosso*).

Ao expressar as características deste movimento que permitem sua inserção no âmbito dos “novos movimentos sociais”, oTr 16 ainda afirma:

Quanto ao modo de organização e de ação o ambientalismo, em sua fase inicial, não difere do padrão dos Novos movimentos sociais. Adotam, em geral, maneiras informais e horizontais de organização, onde se observa uma baixa diferenciação interna de papéis e de status entre seus membros. Também é comum a essa etapa de formação a participação na entidade sob a forma do trabalho voluntário (TR 16, p. 94).

De acordo com o trabalho, estas características podem ser observadas nas entrevistas com os “pioneiros ecologistas” de Mato Grosso. Cabe ressaltar que este perfil foi observado na fase inicial do desenvolvimento do movimento e que além de se propor a constituir um movimento com foco “conservacionista”, como afirma um dos seus entrevistados:

tinha ideologicamente a proposta de ser um movimento anárquico, que não queria ser um movimento organizado. A gente não queria ser uma ONG [...] a gente queria usufruir do prazer em contato com a natureza, não queríamos virar burocrata criando uma ONG e passar a executar projeto o tempo inteiro e deixar de viver [depoimento pessoal].Medeiros [entrevistado 05] (TR 16, p. 100).

Nesse trabalho, é evidente a preocupação em apresentar uma conceituação para o entendimento sobre as ONGs no Brasil neste período ao afirmar que as mesmas constituem “instâncias coletivamente organizadas” (p. 45) que não estão ligadas ao governo e ainda, fundamentado em Abong e Afinco (2003, p.18), o mesmo trabalho afirma que a expressão ONG no Brasil,

Era habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiram, em grande parte, nas décadas de 70 e 80, apoiando movimentos sociais, organizações populares e de base comunitária, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social (ABONG; AFINCO, 2003, *apud* TR 16, p 45).

Para o mesmo trabalho, são utilizadas as expressões “movimento social” ou “movimento popular” para designar outro tipo de “instância coletivamente organizada” de caráter distinto das ONGs. De acordo com o Tr 16, os primeiros podem ser considerados,

Para Doimo (1995, p.68), categoria reconhecidamente *latino-americana*, inscrita no campo ético-político, ou seja, que influem nos “padrões de convivência política”. Para Torres (1994, p.11), “o movimento social carrega consigo o elemento educativo, pedagógico, no seu sentido mais amplo, que costumamos entender como educação popular”. Segundo Loureiro (2002, p.82 e 83), há duas correntes que definem os movimentos sociais, uma “ênfatisa a dinâmica de formação [...], caracterizada pela ação consciente e coletiva de sujeitos sociais que buscam transformações culturais e políticas substantivas”, nesta, estão os movimentos sociais religiosos, juvenis, sindicais, de luta por terra e outras manifestações coletivas; outra refere-se aos “movimentos nacionais populares”, que são restritos às ações coletivas que “têm origem em conflitos e atuam na produção da sociedade” e visam outro tipo de sociedade. Nesta última, Loureiro [op. cit.] afirma que os movimentos ambientalista e feminista são contemplados pela amplitude e radicalidade de sua proposta, pois buscam uma “sociedade democrática e cidadã”(TR 16, p. 48).

Considerando os processos históricos nos quais a sociedade, e portanto as suas organizações sociais, são submetidos, deve-se considerar que tais organizações vão se “moldando, transformando e re-construindo” (Tr 16, p. 133). Os movimentos sociais ou populares e as ONGs, que, como observado na entrevista anterior, tinham como princípio a autonomia característica dos NMS, de acordo com Lima (2005, p.122) citado no Tr 16, tenderam a se aproximar do Estado, das empresas e das organizações internacionais que as financiavam. Os novos contextos, que na década de 1990 podem ser entendidos como um período de avanço de políticas internacionais neoliberais no país, de acordo com o Tr 16, “aparecem de forma muito rápida e nem sempre os movimentos conseguem acompanhar essa competição imposta” (p. 133).

Cabe destacar que, a princípio, o Tr 16 abordou as ONGs e os movimentos sociais ou populares como sendo instâncias de organização coletivas com características distintas. No entanto, com a institucionalização e profissionalização do movimento que era considerado “anárquico” e portanto, autônomo, o trabalho afirma que o movimento ecológico “se estruturou através de ONG como movimento

social organizado, político, e com intencionalidade de fazer enfrentamento para melhorar a condição socioambiental em MT” (p. 132). Esta situação pode ser retratada a partir da seguinte afirmação:

As ONG se tornam executoras com papel principal no processo, estruturam os projetos e cuidam da organização, da execução e da divisão das tarefas. No estado de Mato Grosso, o grupo do movimento ecológico, inicialmente composto basicamente por famílias, começa a romper laços com os demais pioneiros ecologistas, pois neste novo cenário e configuração, entra um novo componente – o capital. Alguns ecologistas com sua família criam outra(s) ONG(s), e assim as instituições começam se profissionalizar e se hierarquizar, com seus respectivos focos de atuação (TR 16, p. 138).

Como observado na constituição do movimento ecológico matogrossense e de acordo com Gohn (2006), o terceiro setor passou a exercer forte influência sobre outras organizações e principalmente sobre os movimentos sociais a partir da década de 1990. Como afirma a autora, esta característica não é exclusiva do Brasil, mas sim permeou toda a América Latina e por este motivo, deve ser considerada para a construção de um paradigma latino-americano de análise dos movimentos sociais. Como aponta o Tr 16, com os processos econômicos e políticos específicos do contexto no qual o movimento ecológico estava inserido, muitos dos atributos que lhes conferiam o título de “novos movimentos sociais” foram perdidos, principalmente àqueles que se referem à organicidade dos movimentos:

Estas pessoas que se mantêm hierarquicamente se consideram donos(as) da instituição. A pouca participação da sociedade em espaços de discussões, debates, embates, denúncias, articulações, mobilizações, reivindicações, fortalece esse perfil personificado das lideranças. Atualmente, este é um ponto central e desafiador dos movimentos, da educação e do planeta. Para uma sociedade sustentável, democrática e participativa é necessário que todo cidadão seja interlocutor nas deliberações, e não apenas alguns líderes (TR 16, p. 139).

Nesse trabalho, o avanço das influências do “terceiro setor” não é considerado um elemento positivo para o movimento em questão, visto que os ideais “anárquicos” sob os quais os entrevistados afirmavam se fundamentar, foram se perdendo. Esta constatação não converge com as propostas anarquistas

apresentadas pelo Tr 8, apontadas anteriormente a partir da ideia de “sociedade civil global”.

NoTr 26, que também analisa o movimento ambientalista, encontramos em um dos elementos pré-textuais da sua pesquisa, uma conceituação de movimentos sociais, elaborada por Alan Touraine, a saber:

Os movimentos sociais não são uma reação a uma crise, e tampouco uma reivindicação pode ser considerada prova suficiente de sua existência. O conflito é o eixo em torno do qual os atores dos movimentos sociais se situam, se opõem e lutam. Os agentes das classes sociais são os atores dos movimentos sociais. Esses agentes, contudo, não são apenas econômicos (definição dada a partir das relações de produção), mas agentes culturais e políticos, porque lutam pelo controle da historicidade (conjunto de orientações culturais produzidas pelos homens). Portanto, é o conflito de classes que mobiliza os movimentos sociais e estes não são outra coisa senão uma expressão direta ou indireta daquele (ALAN TOURAINE *apud* TR 26, epígrafe).

Além disso, o mesmo trabalho insere o referido movimento no âmbito dos “novos movimentos sociais” e ainda, fundamentado em Gohn (1997), discute o contexto no qual o país se encontrava naquele período histórico:

No final dos anos 70, no Brasil, quando se falava em novos movimentos sociais, em encontros, seminários e colóquios acadêmicos, tinha-se bem claro de que fenômeno se estava tratando. Era sobre os movimentos populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja Católica, na ala articulada à Teologia da Libertação. A denominação buscava contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das sociedades amigos de bairros ou associações de moradores. O que estava no cerne da diferenciação eram as práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta (GOHN, 1997 *apud* TR 26, p. 108).

Como explicitado pelo Tr 26, a partir das considerações de Gohn (1997), não se trata de diferenciar entre novos e velhos movimentos sociais com as mesmas distinções realizadas na Europa, mas sim, considerando as especificidades que esta distinção adquire no contexto latino-americano. Neste sentido, Gohn (2006) afirma que:

A diferenciação básica não é entre os novos movimentos sociais (questões de gênero, raça, sexo, ecológicas, etc) e antigos

(movimento operário clássico), como na Europa; a diferença é entre novos (lutas pela moradia e equipamentos em geral) e antigos movimentos populares (tipo sociedades amigos de bairro) onde imperavam práticas de cunho populista e clientelista. Observe-se que a diferenciação básica se dá na forma de fazer política, porque as articulações sempre existiram, tanto nos antigos como nos novos [...] nos movimentos contemporâneos a relação é de outra natureza, as práticas e os repertórios também se alteram (GOHN, 2006, p. 228).

Considerando ainda o caráter “difuso” da constituição do movimento ambientalista em relação aos demais movimentos, o Tr 26, ao analisar este movimento em um contexto específico, também depara com as organizações que compõem o chamado terceiro setor. De acordo com o Tr 26, não podemos generalizar a participação das ONGs no movimento ambientalista visto que existem diferenças em suas ações e principalmente no que se refere ao seu financiamento. Como afirma o mesmo trabalho estas questões acabam por gerar algumas dificuldades para o próprio movimento ambientalista:

o movimento ambiental brasileiro está muito pouco estruturado. A maior parte das nossas organizações é amadora, com militância voluntária, não remunerada, sem sede e sem acesso a tecnologia. Aquelas organizações que têm militantes remunerados, que têm internet, são uma ínfima parte, representam uma franja. E o movimento passa a ser hegemônico por essa franja, das ONGs mais estruturadas, das mais competentes politicamente. Então, pode-se dizer que existem várias organizações que vivem dos espaços de representação. São muitas vezes ONGs que não têm legitimidade dentro do movimento ambiental, nem na sociedade, algumas são INGs (indivíduos não-governamentais) que ocupam esses espaços de representação, e se articulam de modo a ali se perpetuarem. Essa cultura política está relacionada ao problema da legitimidade e representatividade das próprias ONGs. As ONGs são organizações privadas com fins públicos. O que dá legitimidade às ONGs são seus fins, seus objetivos públicos, mas não dá representatividade, no sentido que se entende a representatividade no sistema político tradicional (CRESPO, 1998 *apud* FURRIELA, 1999, p.152 *apud* TR 26, p. 132).

Assim como no Tr 16, mesmo que o trabalho apresente suas compreensões sobre os movimentos sociais e discuta o dilema “velhos e novos”, o Tr 26 acaba por considerar ONGs e movimentos sociais como sinônimos. Mais uma vez, considerando a diversidade de organizações que compõe o movimento ambientalista, ao buscar ações relativas à temática ambiental e a EA no movimento

ambientalista, o Tr 26 encontra como resultado, diversas ONGs que constituem o movimento, a saber: Associação dos Moradores de Águas Claras (ASMAC); Grupo de Escoteiros Ave Branca – 13º DF; Associação dos Moradores do Setor Norte (ASSMSN); Prefeitura da Quadra nº. 30 do Setor Oeste; Conselho de Desenvolvimento Rural do Gama; Conselho de Cultura do Gama; ONG Cia. Lábios da Lua; ONG Verde Gama; ONG AMA Cerrado; Grupo Natureza Gospel (Igreja Presbiteriana Renovada do Gama); ONG CACAGDF; GAMA; Grupo Educação e Meio Ambiente – O Gama Merece!. Ao se referir à estas organizações, o Tr 26 afirma que:

Foram identificados movimentos sociais nas duas cidades, que surgiram em situações diferentes, com ideais diferentes; porém todos propõem o mesmo desafio a administração pública que, sem dúvida, será o de compreender esse meio ambiente dinâmico e mutante, holístico e sistêmico, compreender o planejamento e gestão integrada do meio ambiente com as demais áreas do governo (TR 26, p. 139).

A partir desta afirmação, é possível perceber que o Tr 26 utiliza o termo “movimentos sociais” para denominar estas ONGs identificadas na sua pesquisa. Esta afirmação não condiz com a definição de movimento social apontada pelo referencial adotado na nossa pesquisa e tampouco com o conceito de movimento social apresentado pelo próprio trabalho, fundamentado em Alan Touraine. Neste sentido, atentando-se aos dois trabalhos que tematizam o movimento ambientalista/ecológico, esta é uma situação recorrente.

Os trabalhos consideram o movimento ambientalista/ecológico enquanto um movimento social, que pode ser inserido na categoria dos “novos movimentos sociais”, cada qual com sua justificativa para tal e no entanto, consideram que as ONGs identificadas em seus trabalhos podem ser denominadas como “movimento social”. Como já explicitado neste trabalho, entendemos que ONGs e movimentos sociais, sejam eles “novos” ou “clássicos” não podem ser considerados como sinônimos. Ao tomar como objeto de análise o movimento ambientalista, há de se considerar todas estas organizações, tendo em vista o caráter difuso deste movimento, ou seja, a diversidade de organizações que o compõem, e principalmente as suas distinções em relação a outros tipos de organizações sociais.

Apenas um dos trabalhos, o Tr 31, não aborda de forma explícita a sua compreensão sobre movimentos sociais mas entende que o movimento ao qual dedica suas análises, o MST, pode ser considerado um movimento social por apresentar determinadas características que configuram um movimento social ao afirmar que:

Esses trabalhadores, aos poucos, construíram uma identidade coletiva: tomaram-se membros de uma organização e lutadores por uma bandeira comum. Uma vez identificados coletivamente, por pertencerem a um movimento social, querem, em relação a terra, a conquista, a reconstrução social com justiça, a solidariedade, a igualdade e a soberania, onde cada um possa viver com dignidade e felicidade nos olhos. O movimento social do qual esses trabalhadores tomaram-se membros é o MST (TR 31, p. 12).

Neste trabalho, esta ausência de conceituação sobre o que é movimento social é justificada pelo autor da seguinte maneira:

Não me preocuparei em conceituar o que é um movimento social, posto que várias são as conceituações existentes, de acordo com a linha epistemológica adotada, conforme se depreende das palavras de Gohn, "Desde logo afirmamos que não há um conceito sobre movimento social mas vários, conforme o paradigma utilizado" (GOHN, 2000 *apud* TR 31, p. 13).

Ainda que neste último trabalho a opção por não conceituar "movimento social" seja justificada, podemos considerar que houve certa preocupação por parte dos autores das pesquisas em elucidar suas compreensões. Na maioria das pesquisas a discussão entre "novos" ou "velhos" movimentos sociais foi explicitada de certa forma. Em relação à inserção destes movimentos nestas categorias, houve divergências entre os autores. Alguns consideram como "novo" aqueles que lutam apenas por pautas mais "pós-estruturalistas" restritas ao campo da identidade e da cultura. Para outros, esta novidade não rompe com as transformações "estruturais" sendo assim, a categoria de classe não é excluída. Em um caso, as abordagens marxistas, clássicas ou novas, foram rejeitadas e substituídas pelos ideais anarquistas, considerando o anarquismo enquanto um movimento "pós-moderno". Consideramos que estas divergências podem estar associadas às especificidades do "paradigma latino-americano" (GOHN, 2006) que ainda vem se constituindo.

4.2.4 As relações entre EA e movimentos sociais nas teses e dissertações analisadas

Neste item serão exploradas as relações estabelecidas entre EA e movimentos sociais naqueles nove trabalhos nos quais essas relações aparecem de forma explícita nos objetivos e/ou questões de pesquisa.

Além de explicitar o caráter educativo da prática dos movimentos sociais, considerando os processos educativos formais e não formais, o Tr 1 afirma que uma educação ambiental crítica, juntamente com o marxismo, pode trazer contribuições aos movimentos sociais comprometidos com a “emancipação social” uma vez que fornece subsídios para uma compreensão dos problemas ambientais e sociais existentes na sociedade de forma articulada. Ao qualificar a educação como “ambiental, crítica e emancipatória”, o Tr 1 afirma que

Inicialmente, marca e diferencia um campo da educação que discute a questão ambiental em seus processos educativos, sem desarticulá-los das questões econômicas e sociais; segundo, tem como referenciais teórico-metodológicos os pressupostos centrais da dialética marxista e da pedagogia crítica; por fim, sua ação educativa objetiva a emancipação social, ou seja, a construção de uma nova ordem sociometabólica, para além da exploração do capital sobre o trabalho (TR 1, p. 154).

Dessa forma, Tr 1 concentra sua análise nas possíveis contribuições da EA, em sua perspectiva crítica, para os movimentos sociais. Trilhando um caminho inverso, porém, não antagonico, o Tr 3 aborda a contribuição do movimento social para a EA crítica:

Não se trata, portanto, de compreender como a Educação Ambiental pode contribuir para esta transformação, mas como esta transformação posta já em movimento pode contribuir para a constituição de uma Educação Ambiental que se mostre efetivamente Transformadora, que assuma a garantia e conquista dos direitos e a capacidade de intervenção popular nas decisões de interesse coletivo como condicionantes políticos de mudança nas relações sociedade-natureza (TR 3, p. 29).

No Tr 3, entende-se por Educação Ambiental Transformadora, as formulações de Loureiro (2004):

a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social (movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas), inspirada no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, para a superação das formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade como totalidade. (LOUREIRO, 2004 *apud* TR 3, p. 65).

Para o Tr 3, os movimentos sociais do campo apresentam em seus “processos formativos e produtivos” rupturas com o modo de produção capitalista, baseado no agronegócio e as alternativas à este modelo. De acordo com a pesquisa, estas características devem ser consideradas se pretendemos buscar os diálogos entre os movimentos sociais e a EA em uma perspectiva transformadora:

São especificamente essas construções que acreditamos ser pertinentes ao debate entre a Educação Ambiental e a proposta de Educação do MST, por considerarmos que desse diálogo possam surgir referenciais teóricos e metodológicos que nos auxiliem pensar sobre um modelo de desenvolvimento que represente a inserção do homem na natureza a partir do ponto de onde esse homem está. Isto é, partindo das premissas que adotamos neste trabalho, um desenvolvimento que considere que o homem vive sob relações de classe em uma sociedade de classes capitalista e que se insere na natureza conforme essas relações estejam sendo mediadas (TR 3, p. 31).

No Tr 1 e no Tr 3, buscou-se construir os diálogos entre movimentos sociais e EA, seja a partir das contribuições da EA para os movimentos, seja no sentido inverso, dos movimentos sociais para a EA. Existem ainda trabalhos que procuram identificar a EA em determinado movimento e que serão apresentados a seguir.

De acordo com o Tr 6, são as características próprias dos “novos movimentos sociais”, categoria na qual o MST é incluído nesta pesquisa, que permitem que estes movimentos “defendam” as abordagens críticas da EA (p. 93). O trabalho busca, na trajetória de aproximação entre a temática ambiental e o movimento, elementos que subsidiem a “conceituação” da EA no MST, sendo estes internos e externos ao movimento:

Elementos externos:

a) [...] a abertura do passivo ambiental deixado pela política de ocupação com projetos de Reforma Agrária, o que suscitou críticas, estranhamentos, diálogos e aproximações entre movimentos ambientalistas e movimentos de luta pela terra e Estado, exigindo uma tomada de posição de ambos os lados.

b) Há também o debate ambiental que a sociedade já vinha realizando, expresso nos eventos, obras e atores políticos citados no capítulo II, além das iniciativas no campo mais popular de entidades, que suscitaram o reconhecimento de pontos de convergência entre as questões sociais e ambientais, sendo exemplar o Fórum Social Mundial [...] compreendemos que o MST, embora tendo o seu projeto, não é uma “ilha”, e sim um movimento que faz parte da sociedade, e um movimento de inter-relações, que influencia e é influenciado, em todos os aspectos, seja econômicos, sociais, culturais, políticos e/ou ambientais.

c) As políticas de Estado na área ambiental para os projetos de reforma agrária foram determinantes do ponto de vista de localização temporal do debate ambiental no MST. Essas políticas, como por exemplo as exigências de realização de licenciamento ambiental, a partir de 2001, impuseram ao MST a adequação de sua estrutura e o aprofundamento dos conhecimentos sobre a questão ambiental.

d) A conjuntura agrária da década de 90, agravada pela expansão do agronegócio e seu arsenal tecnológico [...]

Elementos internos:

a) A consolidação do MST e o fortalecimento de sua organicidade (princípios, valores e estrutura). Destacam-se a criação do Coletivo de Meio Ambiente, em 2002, e também o papel do Setor de Educação na construção dos ideários da Educação do Campo.

b) A influência de pessoas com formação na área ambiental (técnicos, agrônomos etc.) que passaram a atuar no MST, trazendo discussões acerca da agroecologia, socioambientalismo, entre outros.

c) A percepção de que o debate ambiental é, também, uma estratégia para garantir a própria reprodução social dos trabalhadores rurais ligados aos movimentos sociais, no processo de disputa ideológica com outros atores, sendo exemplares as disputas entre os defensores do agronegócio (transgênicos) e os da agricultura familiar (resgate de sementes criolas). Uma espécie de disputa sobre o futuro dos rumos da agricultura no âmbito do movimento (TR 6, p. 95 – 96).

Assim, de acordo com o Tr 6, a “caracterização” da EA no MST pode ser construída considerando-se os elementos externos e internos do movimento ao longo dos anos, bem como sua “dinâmica organizativa, nas práticas políticas e ideológicas”. Além disso, a EA que se constrói no MST deve ser “popular, crítica e emancipatória” uma vez que propõe rupturas com o modo de produção capitalista. O

Tr 6 aponta, ainda, que esta EA é fundamentada nas propostas de “educação popular” e na “pedagogia da libertação”, idealizadas por Paulo Freire e nos pressupostos políticos, históricos e filosóficos da “Educação do Campo”. Para o trabalho, embora do ponto de vista da educação formal, a EA não seja uma preocupação educativa específica do MST, pode-se considerar que

todas as ações de aproximação e de abordagem da temática ambiental realizadas pelo MST, a partir de meados da década de 90, como um processo de educação ambiental, representado pela tomada de consciência *via os processos educativos* (TR 6, p. 105, *grifo nosso*).

Entre os avanços e desafios para a construção da relação entre a EA no movimento em questão, o Tr 6 afirma que “no corte temporal (1984 – 2004) analisado nessa dissertação, não há, ainda, educadores ambientais com formação específica no MST, e a incidência de dirigentes capacitados ainda era pequena (TR 6, p. 105). Além disso,

Percebe-se uma ausência de referenciais sobre a educação ambiental. Não há, pelo menos do ponto de vista dos materiais produzidos pelo MST, e tampouco evidencia-se nas falas dos dirigentes, um conhecimento teórico mais aprofundado sobre o tema. As falas são sempre genéricas e aproximam-se do enfoque estritamente voltado ao processo de tomada de consciência, via processos de formação mais gerais do Movimento (TR 6, p. 105 -106).

Segundo o trabalho, mesmo com estes desafios, a partir de atividades formativas, principalmente as que envolvem a agroecologia, verificou-se um avanço no que se refere à formação ambiental dos integrantes do movimento. Ainda de acordo com o trabalho, embora as discussões sobre a EA no movimento estejam em “estágio inicial”, as mesmas vem sendo estruturadas sob “bases político-pedagógicas consolidadas” e ainda considera que:

Ao término desse texto afirmar-se-iam, então, como “*veias abertas*” uma embrionária escolha de caminhos, discursos e práticas de educação em assentamentos do MST. Práticas essas potencializadoras de reestruturações organizativas fundantes de novas vocações e cortes histórico-conceituais da agricultura, da terra e do cidadão (TR 6, p. 106).

Já para o Tr 11, que também tem por objetivo identificar a EA no MST, a EA se faz presente no movimento a partir da luta pela terra:

A luta e a conquista da terra pelo MST, em si, já pode ser considerada um primeiro passo para que a EA esteja sendo vivida. Porque a luta pela terra, para que nela se produza com respeito ao ambiente é algo que vem sendo deixado explícito nos documentos do movimento e experienciado em algumas regiões. *A EA é vivida na busca por um pedaço de chão, como uma luta política, educativa e ambiental*, no sentido de ser implantada nos assentamentos, dentro do sistema de cooperação coletiva e individual. A cooperação na agricultura e a racionalização da produção de acordo com os recursos naturais, têm sido menos agressivas com o meio ambiente, porque usam a lógica do cuidado em manter o ambiente com condições de sustentabilidade vendo que a natureza é esgotável (TR 11, p. 139, *grifo nosso*).

De acordo com o trabalho, os princípios do MST são elaborados a partir de valores e hábitos coerentes com uma nova cultura, uma nova relação entre os seres humanos e a natureza. Tais princípios são identificados, não apenas nos discursos do movimento, mas segundo o Tr 11, nos cursos de formação dos professores, nas escolas, nos encontros regionais e nacionais do movimento. Na Paraíba, o trabalho identificou que a EA tem sido vivenciada a partir de atividades formativas que integram as campanhas realizadas com os “Sem-Terrinha”. Em relação aos assentamentos acompanhados pelo MST, o Tr 11 afirma que

A prática é coerente com o discurso sobre meio ambiente e EA nos assentamentos acompanhados pelo MST, o que se reflete na concepção de meio ambiente e nos elementos da cultura, identificando práticas dos/as assentados/as relacionando-as com a EA nos assentamentos (TR 11, p. 211).

O trabalho aponta ainda algumas dificuldades enfrentadas para a consolidação da EA no MST, como a carência de recursos financeiros e acompanhamento técnico adequado. Cabe ressaltar ainda que as técnicas alternativas vem sendo desenvolvidas pelo movimento desde a década de 1990, a partir da agroecologia. Outro desafio apresentado neste trabalho foi a lentidão com que os processos de EA ocorrem nas escolas. Segundo o trabalho,

Nas escolas, pude observar que o processo é lento, pois ainda falta trabalhar melhor certos valores relativos à educação doméstica, aos hábitos e à valorização do meio. O cuidado com o ambiente, na sociedade, como um todo, é

falho, mas, mesmo assim, analisando a educação escolar dos assentados no Patativa do Assaré, é possível perceber que eles já estão na frente porque, de fato, procuram equilibrar o discurso e a prática com os seus educandos em relação à EA (TR 11, p. 211 – 212).

Ao mesmo tempo que considera as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento de uma EA nos assentamentos, o Tr 11 é insistente ao afirmar que neste movimento, os assentados vivem a EA, tanto nos documentos quanto na prática, “cuidando da conservação e preservação de seus recursos naturais, assim como nas questões sociais” e ainda afirma que:

O movimento contempla a EA enquanto processo educativo, despertando nos educandos uma nova cultura, com preocupações para as questões ambientais que promovam uma modificação nos valores e atitudes, propiciando a construção de habilidades e mecanismos necessários à sustentabilidade ambiental (TR 11, p. 213).

A partir dessas citações, é possível perceber que nesse trabalho, ao contrário do que afirma o Tr 6, a EA é contemplada no âmbito dos processos educativos formais do movimento, embora com alguns desafios a serem superados. Entendemos que a educação ambiental está sendo construída nesses movimentos, em um processo lento e a partir de fatores internos e externos ao movimento e que nas últimas décadas, algumas ações com intencionalidades educativas, sejam elas formais ou não formais, podem ser consideradas como atividades de educação ambiental ou pelo menos como um início da construção da EA nesse movimento, como aponta o Tr 6. Afirmar que a EA existe em determinado movimento somente a partir da vivência dos sujeitos, pode comprometer a própria prática pedagógica da EA, uma vez que se desconsideram as suas especificidades e intencionalidades.

No Tr 31, além da relação entre EA e o movimento seguir o mesmo caminho do Tr 1, ou seja, no sentido de trazer as contribuições da EA para o movimento,

A própria Pedagogia do Movimento deve incorporar e por em prática a faceta ambientalista em seus postulados, discursos e ações. A Educação Ambiental pode e deve constituir-se em importante instrumento na luta pela conquista, manutenção e convívio harmônico da e com a terra. Não se pode dizer que essa preocupação não exista no Movimento, mas, pelo que se pôde verificar através de leituras, assistência a palestras e entrevistas, trabalho com assentados e entrevistas realizadas, inclusive para a elaboração deste estudo,

ainda graça, entre boa parte dos integrantes do Movimento, a cultura arraigada que domina em nossa sociedade, de uma não identificação do ser humano como pertencente, junto com o resto dos seres animados e inanimados, a uma natureza única. É aí que entra a importância da Educação Ambiental na construção do "novo" a que o MST se propõe (TR 31, p. 91).

Sendo assim, nesse trabalho a EA não é considerada como algo intrínseco ao movimento. No entanto, na tentativa de construir um diálogo entre o MST e a EA, o Tr 31 afirma que, embora as práticas muitas vezes não coadunem com os discursos, os princípios do movimento dialogam com as propostas de EA fundamentada na educação transformadora:

Enfrentando a questão sobre como a proposta de educação do Movimento se coaduna com a proposta da EA, devo dizer, que, no meu entender, tomando-se por base que a EA pretende desconstruir este modelo de depredação da natureza como um todo (o homem incluído) e construir uma nova proposta que conduza a uma sustentabilidade, e que, por seu lado, o Movimento embasa sua proposta em princípios (entendidos como horizonte, ou seja, o lugar onde se quer chegar enquanto educação transformadora) que também primam pela construção de um novo homem e de novas relações entre esses e o restante do mundo que o cerca, é plausível se dizer que elas não sejam conflitantes e que até podem ser convergentes, desde que, na prática, o Movimento consiga romper com o velho modelo de produção calcado na exploração do restante da natureza. Mas se isso ainda não é possível, não deve servir de frustração, pois o caminho da mudança é longo, tanto para a EA quanto para a implantação dos princípios de educação do Movimento, muito embora, num e noutro caso, urge que se faça o mais rápido possível para que se possa dar continuidade ao processo histórico como sujeitos ativos (TR 31, p. 206).

De acordo com o trabalho, a EA é uma prática que participa de um processo dialético e reflexivo e que deve ser pensada como um ato político que busca a transformação social, “tomando como referência a esgotabilidade dos recursos naturais e conscientizando de que o principal responsável pela sua degradação é o homem.” (p. 111). Tendo em vista a necessidade de rupturas com as práticas danosas ao meio ambiente, como o destino dos resíduos sólidos e o desmatamento nos assentamentos, o Tr 31 afirma que a EA pode possibilitar “a sensibilização e o envolvimento dos assentados na busca de soluções efetivas para os problemas ambientais existentes nos assentamentos, através de uma mudança nas atitudes para com o restante da natureza” (p. 206).

Ainda que o Tr 31 aborde a dimensão política da EA em uma perspectiva “crítica” e “transformadora” como é explicitado nas citações anteriores e que é recorrente ao longo do trabalho, ao sinalizar que a EA é um “instrumento” que pode contribuir para a resolução de problemas imediatos nos assentamentos acompanhados pelo MST, percebemos traços marcantes da chamada macrotendência pragmática da EA (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Esta característica também foi identificada no trabalho de Goergen (2010, p.11) e de acordo com CARVALHO (2015),

Se, de um lado, reconhecer e explicitar a dimensão política também presenteem nossos trabalhos de investigação pode ser visto como o primeiro e necessário passo para conduzi-los na direção da solução dos problemas ambientais, de outrolado, superestimar as possibilidades de resolvermos esses problemas, por meio do processo educativo, nos coloca nos caminhos, também arriscados, do pragmatismo e das perspectivas liberais e neoliberais, presentes no âmbito da educação (CARVALHO, 2015, p. 171).

O Tr 16 ao buscar as relações ente o movimento ecológico e a EA, parte do seguinte entendimento do que seja EA:

Consideramos como melhor definição para o entendimento e conceito da educação ambiental, um dos princípios do Tratado de Educação: a “educação ambiental não é neutra, é um ato político, baseado em valores para a transformação social (TR 16, p. 148).

Assim como em outros trabalhos já analisados, o Tr 16 entende que, mesmo que no início da constituição do movimento ecológico em questão, a EA não seja pautada do ponto de vista formal, sua presença é intrínseca a esse movimento tendo em vista seus princípios, discursos e ações. Nesta perspectiva, tendo como base as entrevistas realizadas, o Tr 16 afirma que:

No início do movimento, década de 80, o termo educação ambiental não era entendido e tratado como tal, mas as discussões e ações eram direcionadas a este tema. No decorrer do tempo, este vocábulo começa aparecer com mais frequência e se transformar numa discussão e preocupação global. Segundo Fonteles [entrevistado 01], “*não há nada que possa afastar o movimento ecológico da educação ambiental por que são uma só entidade*” [depoimento pessoal]. As pessoas entendiam que uma das soluções eram trabalhos onde a educação estava imbricada. Em 87, houve um curso de educação ambiental na

Universidade de São Paulo (USP) e ecologistas mato-grossenses participaram. Quando retornaram, repassaram o conteúdo através de outro curso, como forma de multiplicar ou replicar aos interessados. Era o tempo de construção deste processo. A maneira que dialogavam e faziam as manifestações e ações, era através da educação não escolarizada. Estas vertentes, ambiental e educativa se mantêm até hoje (TR 16, p. 142).

O Tr 16 aponta algumas ações realizadas pelos “pioneiros ecologistas” para exemplificar o processo de constituição da EA no início movimento:

Uma EA que reafirma o que registramos sobre o trabalho e as ações do início do movimento ecológico em MT, onde as(os) pioneiras(os) realizavam mutirões no Complexo da Chapada, retiravam toneladas de lixo nos finais de semana. Enchiam quatro a cinco caminhões, e devolviam este lixo com árvores queimadas à Praça da República em Cuiabá. Faziam um ritual, chamavam a imprensa com larga repercussão na mídia, inclusive nacional, como um processo pedagógico educativo. Essa educação estava no movimento, um processo de educação ambiental que perpassa outros espaços e dimensões. Essas atividades continuaram durante vários anos. Uma educação ambiental, que, segundo Sato & Carvalho (2005, p.12), tinha a “coragem de lançar-se na aventura da busca da ruptura contra a fragmentação moderna do saber científico” (TR 16, p. 142 -143).

Sendo assim, ainda que não se denominassem enquanto ações de educação ambiental, o Tr 16 afirma ser possível visualizar a presença da EA, no âmbito formal ou não, em todos os momentos do processo de constituição do movimento ecológico do Mato Grosso. Além disso, o trabalho afirma que, no movimento, o processo de construção da EA se desenvolve em busca de uma “educação ambiental crítica, democrática, com maior participação e, que visualize a sustentabilidade societária”.

Ainda segundo o Tr 16, é recomendável que pesquisadores e educadores atentem para as possíveis “interfaces” entre a EA e os movimentos socioambientais, de modo a construir caminhos para a superação dos problemas que temos enfrentado.

A educação ambiental inscreve-se nos movimentos. A luta por dignidade, justiça ambiental, equidade, qualidade de vida faz parte da educação ambiental que acreditamos. Juntar as pontas – teoria e prática, onde devemos considerar as diferenças e importância das duas ações. Educadores e pesquisadores que envolvem a educação ambiental devem assumir o desafio de trabalharem com maior interlocução. Ter presente a importância da história dos movimentos socioambientais e a interface com a educação ambiental, como o movimento

ecológico no estado. A junção de esforços e conhecimentos, em prol de uma luta maior, a construção de uma sociedade sustentável (TR 16, p. 148).

Tendo como objeto de análise o movimento ambientalista e enfatizando a dimensão política da EA em uma perspectiva crítica, o Tr 26, fundamentado em Guimarães (2001), assume que a EA “é potencialmente um instrumento de gestão por sua capacidade de intervir no processo de construção social da realidade”. Para o Tr 26, que se dedica a discutir os processos de gestão ambiental realizados pelos “movimentos sociais” presentes nas unidades de conservação analisadas, é enfatizada a questão da participação política. Como afirma o trabalho, a partir das idéias de Guimarães (2001),

a participação representa e possibilita a ação interativa entre as forças que se complementam e se contrapõem numa realidade vista como totalidade.”[...] só se efetiva a gestão ambiental para a superação dos problemas ambientais, se a participação de todos os atores sociais envolvidos, que compõem a realidade enfocada, for possível. Explicitando conflitos e viabilizando consensos negociados e não impostos (TR 26, p. 127).

É a partir deste entendimento de participação que o trabalho insere a contribuição da EA na gestão das unidades de conservação e suas relações com os movimentos sociais, no caso, o movimento ambientalista representado pelas organizações já apresentadas anteriormente. De acordo com o Tr 26, então, para se pensar nessa participação almejada, é fundamental pensar em uma “Educação Ambiental política” e ainda afirma que:

[...] Para que haja essa participação é indispensável que ocorra a mobilização social, cujo principal instrumento, em relação à temática ambiental, vem a ser a Educação Ambiental, informando e formando as comunidades e seus representantes sobre meio ambiente, sobre educação, valores e sobre questões sócio ambientais; fazendo-se compreender a complexidade ambiental, os direitos coletivos em relação a meio ambiente e descobrir os meios e os caminhos para a participação (TR 26, p. 127).

O trabalho ainda recomenda que os movimentos sociais das cidades analisadas construam articulações em forma de “redes de interações” nas quais os

interesses particulares de cada grupo sejam considerados e possam chegar um ponto em comum, a saber: “a proteção de suas áreas naturais como garantia da qualidade de vida da coletividade”. O Tr 26 acredita que a partir destas articulações, o descumprimento das leis ambientais por parte dos órgãos públicos será dificultado. Além disso, recomendou-se também a implementação de políticas públicas de EA.

Apenas em um trabalho, o Tr 8, não foi possível identificar as relações entre EA e movimentos sociais elaboradas pelo autor. No geral, esses trabalhos atenderam aos objetivos propostos ao apresentarem as relações entre EA e os movimentos estudados. Para alguns, a EA é “intrínseca” aos movimentos e para outros, ela vem sendo construída nestes movimentos, seja devido aos fatores externos seja aos fatores internos do movimento em questão. A contribuição dos movimentos sociais é evidente para algumas pesquisas quando se pretende pensar em uma educação ambiental crítica ou transformadora. Além disso, foi recorrente nos trabalhos analisados as contribuições da EA para os movimentos que lutam por outras formas de relação entre sociedade e natureza. Sendo assim, consideramos que a relação entre EA e movimentos sociais ocorre de forma dialética, que em conjunto, ambos se transformam. Cabe ressaltar, no entanto, que existem desafios a serem superados para a construção dos diálogos, principalmente no âmbito da educação formal, como algumas práticas de cunho exclusivamente intervencionista da EA em assentamentos acompanhados por movimentos sociais e a falta de investimentos para a construção de práticas alternativas, como as agroecológicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da humanidade, temos assistido às diferentes formas com que o ser humano vem tornando a natureza presente. O modo como nos relacionamos com a natureza atualmente não é o mesmo que nos relacionávamos na Antiguidade. Até mesmo nos dias de hoje, as diferenças podem ser encontradas em contextos culturais distintos. No entanto, com o predomínio da visão antropocêntrica de natureza, construída principalmente a partir do Projeto de Modernidade no século XVII, tornamos a natureza presente na medida em que a possuímos, dominamos e utilizamos de acordo com os nossos interesses. Esta visão antropocêntrica se consolidou ainda mais, uma vez que, a exploração exacerbada dos “recursos naturais” e não mais “natureza”, passou a constituir um dos pilares do modo de produção capitalista instaurado na sociedade.

Entretanto, ao afirmarmos que existiram e que ainda existem diferentes formas de relação entre ser humano e natureza, entendemos que este cenário é passível de mudança e que podemos construir outro tipo de sociedade. Como indica a história da humanidade, muitos processos históricos, incluindo as revoluções, levaram a grandes transformações e a construção de diferentes tipos de sociedade. No que se refere à “crise socioambiental”, ocorre que, notadamente, muitas pessoas não sofrem ou não assistem às conseqüências das injustiças ambientais de forma apática. Ainda que nem todos os seres humanos percebam, emergem então, os “conflitos socioambientais” resultantes dos movimentos contrários às forças que impulsionam o modo de produção capitalista. De forma mais ou menos expressiva ou organizada, alguns movimentos sociais, além de denunciarem a exploração exacerbada da natureza pelo ser humano e, portanto, entre os próprios seres humanos, propõem formas alternativas de sociedade.

Os momentos de resistência e conquista inerente à estes movimentos sociais, acabam por gerar espaços intencionais de aprendizagem para os sujeitos que os compõem, sejam eles formais, ou não formais. Neste contexto, os movimentos sociais e a educação ambiental em sua perspectiva crítica apresentam possibilidades de diálogo. Nesta perspectiva, o presente estudo buscou explorar estas potencialidades a partir de um estudo do tipo “estado da arte” que teve como *corpus* documental as teses e dissertações brasileiras de EA, que enfocam os movimentos sociais.

Dos trinta e dois trabalhos que constituem o *corpus* documental desta pesquisa, a maioria é representada por dissertações de mestrado, desenvolvidas principalmente a partir no início dos anos 2000, momento no qual os movimentos sociais retornam ao cenário brasileiro e também em que alguns movimentos passaram a abordar a temática ambiental, principalmente a partir da articulação com a noção de “justiça ambiental”.

A maioria das pesquisas foi desenvolvida em IES públicas, em todas as regiões do país, embora predomine as regiões sudeste e nordeste, com a mesma quantidade de pesquisas e apenas uma pesquisa na região norte. Além disso, observou-se que as teses e dissertações vêm sendo produzidas, em sua maioria, nos PPGs vinculados às áreas básicas de Educação e Ciências Ambientais vinculados a estas áreas, a maioria dos trabalhos foi desenvolvida em Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação e Educação Ambiental, como é recorrente em outros levantamentos do campo da EA. Com a mesma quantidade de trabalhos desenvolvidos no PPG em EA, destacou-se o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), que se define como um programa interdisciplinar e interinstitucional vinculado à algumas universidades do nordeste, possivelmente, justificando o maior número de trabalhos nesta região quando comparado a outros estudos no campo da EA.

Embora esta produção seja desenvolvida em uma diversidade de áreas do conhecimento, a maioria dos trabalhos vincula-se à área de Educação, ou seja, fazem parte da grande área das “Ciências Humanas”. Consideramos que os trabalhos analisados não apresentam perspectivas teórico-metodológicas e epistemológicas tão distintas entre si. Em muitos casos, não foi possível identificar os referenciais teóricos e daqueles que o explicitaram, houve predominância dos referenciais histórico-críticos e um trabalho se fundamentou em referenciais pós-modernos, como também já observado em outros estudos do campo da EA. Todas as pesquisas foram desenvolvidas a partir da abordagem qualitativa. Neste contexto, houve predominância de pesquisas documentais e de abordagens metodológicas participativas, ainda que com alguns equívocos conceituais sobre tais tipos de pesquisa, constituindo a chamada “miscelânea teórica”. Foram utilizados variados instrumentos de coleta de dados, o que também caracteriza as metodologias

adotadas. Entendemos ainda que as características da temática “movimentos sociais”, favorece a escolha destes tipos de abordagens teórico-metodológicas.

Foram identificados nesta pesquisa, além do movimento ambientalista e/ou ecológico, na qual a temática ambiental sempre foi inerente às suas lutas, os movimentos sociais camponeses, representados pelo MST e pelo MAB. Em apenas um trabalho identificou-se alguma discussão sobre o movimento feminista. Em relação ao MST e ao MAB, identificamos nas pesquisas que estes movimentos sociais foram incorporando a dimensão ambiental na medida em que a própria questão agrária foi se tornando uma questão ambiental. Pode-se considerar que houve um processo de ambientalização das lutas camponesas e a politização das lutas ambientais. O percurso inverso também pode ser observado quando atentamos para a corrente do “ecologismo dos pobres” do movimento ambientalista, que considera a “justiça ambiental”, os conflitos de luta pela terra e os movimentos sociais como uma questão ambiental e ainda, são fundamentais para o entendimento e superação da chamada crise socioambiental. Conhecer os movimentos sociais que vem sendo objeto de estudo no campo da EA constitui um primeiro passo para uma possível construção de diálogos entre este campo de pesquisa e os movimentos. Sobre o movimento feminista, considerando os referenciais e os processos de constituição do *corpus* documental desta pesquisa, é possível afirmar que a relação entre este movimento e a EA ainda não ocorre de forma expressiva nas teses e dissertações, pelo menos naquelas desenvolvidas até o ano de 2015.

Em apenas um trabalho daqueles que relacionam EA e movimentos sociais, a partir de uma justificativa, optou-se por não conceituar “movimento social”. Nos outros trabalhos, podemos considerar que houve certa preocupação por parte dos autores das pesquisas em elucidar suas compreensões. Na maioria das pesquisas a discussão entre “novos” ou “velhos” movimentos sociais foi explicitada de certa forma. Em relação à inserção destes movimentos nestas categorias, houve divergências entre os autores. Alguns consideram como “novo” aqueles movimentos que lutam apenas por pautas “pós-estruturalistas” restritas ao campo da identidade e da cultura. Para outros, esta característica não rompe com as transformações “estruturais” sendo assim, a categoria de classe não é excluída. Em um caso, as abordagens marxistas, clássicas ou novas, foram rejeitadas e em contraponto, foram

apresentados os ideais anarquistas, considerando o anarquismo enquanto um movimento “pós-moderno”. Inferimos que estas divergências estão associadas às especificidades do “paradigma latino-americano” que ainda vem se constituindo. Entretanto, em alguns casos, existem algumas contradições teóricas nos textos apresentados referentes à discussão “novos e velhos”. De qualquer forma, assim como identificado nos referenciais teóricos, a polarização entre perspectivas histórico-críticas e pós-modernas não é exclusiva do campo da EA, mas também dos campos da filosofia, epistemologia e como observamos, da sociologia dos movimentos sociais.

Considerando o referencial teórico adotado nesta pesquisa, para a constituição do *corpus* documental não foram selecionados aqueles trabalhos que tinham como foco as organizações que compõem o chamado “terceiro setor”. No entanto, ao discutir o movimento ambientalista, estas organizações se fizeram presentes nas teses e dissertações analisadas, uma vez que fazem parte das variadas organizações que constituem o movimento, visto o seu caráter difuso. Além disso, os trabalhos consideram que este movimento pode ser inserido na categoria dos novos movimentos sociais, cada qual com sua justificativa para tal. Entretanto, os autores das pesquisas analisadas consideram que as ONGs identificadas em seus trabalhos podem ser denominadas como “movimento social”. Como já explicitado neste trabalho, entendemos que ONGs e movimentos sociais, sejam eles “novos” ou “clássicos” não podem ser considerados como sinônimos. Ao tomar como objeto de análise o movimento ambientalista, há de se considerar todas estas organizações e principalmente as suas distinções em relação a outros tipos de organizações sociais.

Das pesquisas que pretendem analisar os movimentos sociais e a sua relação com a EA, não foi possível identificar tais relações em apenas um trabalho. No geral, estes trabalhos atingiram os objetivos propostos ao apresentarem as relações entre EA e os movimentos estudados. Para alguns, a EA é “intrínseca” aos movimentos e para outros, ela vem sendo construída nestes movimentos, seja devido aos fatores externos seja aos fatores internos dos movimentos em questão. Na maioria dos trabalhos foi adotado o referencial da EA crítica ou transformadora, condizendo com os referenciais teóricos adotados nas pesquisas e com as características dos movimentos sociais analisados. Além disso, foram recorrentes as contribuições da

EA para os movimentos sociais estudados e também desses movimentos para a construção da EA em sua perspectiva crítica. Sendo assim, consideramos que a relação entre EA e movimentos sociais ocorre de forma dialética na qual ambos se transformam e são beneficiados. Cabe ressaltar, no entanto, que existem desafios a serem superados para a construção dos diálogos, como por exemplo, a existência de algumas pesquisas que discutem práticas de cunho exclusivamente intervencionista da EA em assentamentos acompanhados por movimentos sociais, configurando certo pragmatismo para a EA e também certo otimismo pedagógico em relação ao papel da EA na transformação da realidade. Assim, apontamos para a necessidade da realização de estudos mais aprofundados sobre as práticas pedagógicas de EA que vêm sendo desenvolvidas nos movimentos sociais.

A “agroecologia” foi um tema recorrente nos trabalhos analisados. Embora seus caminhos ainda estejam sendo trilhados, é perceptível que a agroecologia vem ganhando espaço principalmente nos movimentos sociais do campo. Muitas vezes tem sido considerada um elo entre o “agrário” e o “ambiental” uma vez que suas preocupações incluem a preservação da biodiversidade, a luta contra os agrotóxicos, contra o modo de produção capitalista e conseqüentemente do agronegócio e pela construção de outra relação com a terra, entre ser humano e natureza. Dentre os trabalhos que abordam a agroecologia, foram expressivos aqueles relativos a “Educação do Campo”. Concordamos com os apontamentos de algumas pesquisas no que se refere às possibilidades de diálogos entre esta modalidade de ensino e a EA em uma perspectiva crítica e transformadora, tendo em vista seus princípios e propostas pedagógicas. Consideramos ainda que a relação entre os processos educativos do campo e a agroecologia constituem lacunas no campo da EA que devem ser incluídas nas agendas dos pesquisadores.

No geral, as pesquisas em EA que tematizam os movimentos sociais evidenciam a dimensão política e social da temática ambiental e da educação ambiental, com referenciais demarcados e que consideram a superação do modo de produção capitalista para o enfrentamento da crise socioambiental. Entendemos que, partindo da noção de justiça ambiental, os conflitos socioambientais e os movimentos sociais constituem elementos fundamentais para a consolidação de uma educação ambiental crítica.

Por fim, esperamos que com estes conhecimentos construídos, seja possível o estreitamento das relações entre o campo da pesquisa em educação ambiental e dos movimentos sociais e embora com suas especificidades próprias e desafios a serem superados, caminham em resistência às injustiças socioambientais e buscam a transformação da realidade sócio, econômica e política atual

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 24, p. 103-120, 2010.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2015, 379 p.

ALMEIDA, R. S. A industrialização e a questão ambiental na região sudeste do Brasil. **Caminhos de Geografia**, v. 4, p. 53-66, 2004.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais - um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76, p. 49-86, 2009.

ALVES, L. E. S. **A educação ambiental e a pós-graduação: um olhar sobre a produção discente**. 2006. 178 p. Dissertação (mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

AMORIN, V. C. **A filosofia ecofeminista de Vandana Shiva e sua contribuição para a Educação Ambiental**. 2012. 36 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Ambiental, Avm Faculdade Integrada, Rio de Janeiro, 2012.

AVANZI, M. R. CARVALHO, I. C M. FERRARO JR, L. A. Um olhar para a produção de pesquisa em educação ambiental a partir do GT Ambiente, Sociedade e Educação, da ANPPAS. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, n. 2, p. 79-93, 2009.

AVANZI, M. R.; SILVA, R. L. F. Traçando os caminhos da pesquisa em Educação Ambiental: uma reflexão sobre o II EPEA. **Quaestio – Revista de Estudos de Educação**, Sorocaba, v. 6, n. 1, p. 123-132, maio 2004.

BATISTA, Â. F. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: Uma análise das políticas de formação da Via Campesina América Do Sul**. 2013. 276 p. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BRANDÃO, C. R., BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51 - 62, 2007.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei 9795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. **Educação do Campo: marcos normativos**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 96 p. 2012.

BITAR, A. L. **Pesquisa em educação ambiental: a atividade de campo em teses e dissertações.** 2010, 172 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro, 2010.

BORNHEIM, G. Filosofia e política ecológica. **Revista Filosófica Brasileira**, v. 2, p. 16 - 24, 1985.

CAMARGO, D. R. **Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica em educação ambiental no Brasil: um estudo a partir de teses e dissertações.** 2016, 197 p. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro, 2016.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2001.

CARVALHO, I. C. M.; SCHMIDT, L. S. A pesquisa em Educação Ambiental: uma análise dos trabalhos apresentados na ANPED, ANPPAS e EPEA de 2001 a 2006. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, p. 147-174, 2008.

CARVALHO, L. M. **Atemática ambiental e a escola de 1º Grau.** 1989, 282 p. Tese (Doutorado em Educação). USP, São Paulo, 1989.

_____. Temática Ambiental e o Processo Educativo: dimensões e abordagens. In: CINQUETTI, H. S; LOGAREZZI, A. **Consumo e Resíduos - Fundamentos para o trabalho educativo.** São Carlos, EdUFSCar, p. 19-41. 2006.

_____. **Pesquisa em educação ambiental no Brasil: um campo em construção?** 2015, 192 p. Tese (Livre docência em Educação Ambiental) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro, 2015.

CARVALHO, L. M.; TOMAZELO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T. Pesquisa em educação ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. **Cad. Cedes.** Campinas, vol. 29, p. 13-27, 2009.

CARVALHO, L. M.; MEGID NETO, J. ; AMARAL, I. A.; BONOTTO, D. M. B.; CARVALHO, M. B. S. S.; CAVALARI, R. M. F.; FERNANDES, J.A.B.; KAWASAKI, C. S.; SANTANA, L. C. **A educação ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica – teses e dissertações.** CNPq: Relatório Científico. Rio Claro, UNESP – Rio Claro, UNICAMP, USP – Ribeirão Preto, 2016.

CAVALARI, R. M. F. SANTANA, L. C. CARVALHO, L. M. Concepções de educação ambiental nos trabalhos do I EPEA. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 141-173, jul./dez. 2006.

CORREA, E. M. Qual a Relação entre Pobreza e Meio Ambiente? Evidências e Reflexões desde uma Perspectiva Multidimensional do Bem-estar Humano. In: **III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**, Porto Alegre, 39 p. 2010.

DI CIOMMO, R. C. **Ecofeminismo e Educação Ambiental**. São Paulo: Cone Sul, 1999.

DIAS, C. M. **Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental em Áreas Protegidas: um estudo a partir de dissertações e teses (1981-2009)**. 2015. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Câmpus de Campinas, 2015.

DUARTE, R. C. P. **O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero: uma análise à luz da teoria bidimensional de justiça**. 2015, 105 p. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

FERRARO-JUNIOR, L. A. Dialogar e digladiar: entre a conflagração e a contribuição do campo da pesquisa sobre políticas públicas de educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 07, p.133 - 145, 2012.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**. Ano XXIII, p. 257-272. Ago, 2002.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001. 221 p.

FONTES, V. Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: Neves, L. M. W.; Lima, J. F. (Orgs). **Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, 240 p.

FRACALANZA, H. As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários preliminares. In: TAGLIEBER, J.E.; GUERRA, A.F.S. (Org.). **Pesquisa em educação ambiental: pensamentos e reflexões de pesquisadores em educação ambiental**. Pelotas: Universitária, 2004. P. 55-77.

FRACALANZA, H.; AMARAL, I. A.; MEDIG NETO, J.; EBERLIN, T. S. A Educação Ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica. **Ciências em Foco**, Campinas, v.1, p.1-14, 2008.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291 - 308, maio-agosto, 2007

FREITAS, D.; OLIVEIRA, H. T. Pesquisa em Educação Ambiental: um panorama de suas tendências metodológicas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 175-191, 2006.

GAMBOA, S. S. Práticas de pesquisa em Educação no Brasil: lugares, dinâmicas e conflitos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, 2007.

GIACOIA JUNIOR, O. Um Direito Próprio da Natureza? Notas sobre Tecnologia e Ambientalismo: a técnica moderna e a Ética. In: AMOROSO LIMA FILHO, A. ;

POZZOLI, L. (Orgs.) **Ética no Novo Milênio: busca do sentido da vida**. 3.ed., São Paulo: LTR, 2004.

GOERGEN, P. Teoria e ação no GT educação ambiental da ANPEd: partilhando algumas suspeitas epistemológicas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 5, p. 9-30, 2010.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola: 2006. 363p.

_____, 500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun, 2000.

_____, Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47, p. 333 – 361, 2011.

_____. Sociologia dos Movimentos Sociais: um balanço das teorias clássicas e contemporâneas. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**. v. 36, p. 199 -227, 2011.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.

GRANDINO, D. R.; TOMAZELO, M. G. C. **A pesquisa em educação ambiental no Brasil: período 2002-2005**. Piracicaba: UNIMEP, 2007. (Relatório científico de pesquisa/iniciação científica).

GUTIÉRREZ, J. Controvérsias disciplinares e compromissos pendentes na pesquisa contemporânea em Educação Ambiental. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 12, n. 22, p. 83-105, jul./dez. 2003.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS**(Ed. português), v. 3, p. 1-20, 2008.

KATO, D. S. **O Conceito de ecossistema na produção acadêmica brasileira em educação ambiental: construção de significados e sentidos**. 2014. 230 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

KAWASAKI, C. S.; KATO, D. S.; VALDANHA NETO, D.; SOUZA, J. C. B.; OLIVEIRA, L. B.; MATOS, M. S. A pesquisa em educação ambiental nos ENPECS: contextos educacionais e focos temáticos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC, 7, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009.

KAWASAKI, C. S; CARVALHO, L. M.; ROSA, A. V., BONOTTO, D. M. B.; OLIVEIRA, H. T.; CINQUETTI, H. S. C.; SANTANA, L. C.; CAVALARI, R. M. F. A pesquisa em educação ambiental nos EPEAs (2001-2007): natureza dos trabalhos, contextos educacionais e focos temáticos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 4, p. 147-163, 2009.

KOURY, D. M. M. A Critical View of the History and Perspectives in the Field of Environmental Education: Study focusing on the Brazilian Situation. In: **International Research in Geographical and Environmental Education**. v. 14, n. 3, 160 – 172 p. 2005.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. In: **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LORENZETTI, L. **Estilos de pensamento em Educação Ambiental: uma análise a partir das dissertações e teses**. 2008. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. Educação Ambiental: um olhar sobre Dissertações e Teses. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. v. 6, 2006.

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. A produção acadêmica brasileira em educação ambiental. **Anais do V Congresso EuropeoCeisal de Latinoamericanistas**, 2007, Bruxelas.

LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de Aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53 - 71, 2013.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. **Pesquisa em Educação Ambiental** (UFSCar), v. 3, p. 187-202, 2008.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago. 2005.

MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: Feam, 2002.

MARTINS, M. T. S. L.; ALCANTARA, K. R. Mudanças da condição feminina na atualidade: revisitando a história do feminismo. João Pessoa: **Revista Ártemis: Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades**, v. 1 – 2, n.14, 98-110 p. 2012.

MEGID NETO, J. Educação ambiental como campo de conhecimento: a contribuição das pesquisas acadêmicas para sua consolidação no Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 4, p. 95-110, 2009.

MELLO, D. F. M. **Agroecologia e Educação: ações pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. 2006, 116 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), UFSC, Florianópolis, 2006.

MÉNDEZ, N. P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Revista Mulher e Trabalho: as mulheres no mundo do trabalho (parte II)**. v. 5. Fundação de Economia e Estatística, Rio Grande do Sul, 2005.

MIRALHA, W. Questão Agrária Brasileira: origem, e a necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA (UNESP)**, FCT/UNESP Presidente Prudente, v. 8, p. 151-172, 2006.

MST.**Encontro Nacional dos Sem Terra**. Cascavel, jan. 1984.

_____.**I Congresso Nacional**. Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. Curitiba, set. 1985.

NERY-SILVA, A. C. **Educação ambiental e políticas públicas nas dissertações e teses de educação ambiental no Brasil: análise dos processos de elaboração e implementação**. 2015, 191 p. Dissertação (mestrado em educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

NOVICKI, V. Abordagens teórico-metodológicas na pesquisa discente em educação ambiental: programas de pós-graduação em educação do Rio de Janeiro (1981-2002). **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro-RJ: UNESA, v. 1, n.1, p. 35-60, 2004.

PALMIERI, M. L. B. **Os projetos de educação ambiental desenvolvidos nas escolas brasileiras: análise de dissertações e teses**. 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

PATO, C.; SÁ, L. M.; CATALÃO, V. L. Mapeamento de tendências na produção acadêmica sobre Educação Ambiental. **Educ. Rev.**, v. 25. Belo Horizonte dez. 2009.

PAYNE, P. G. Framing research: conceptualizing, contextualizing, representation, legitimization. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Ribeirão Preto, v. 4, p. 49-77, 2009.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

REIGOTA, M. O Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, p. 33-66, 2007.

REIS, D. A. **Compreensões elaboradas pelo campo da educação ambiental sobre o tema mudanças climáticas: análise de dissertações e teses brasileiras**. 2013. 217f. (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

RINK, J. **Ambientalização curricular na educação superior: tendências reveladas pela pesquisa acadêmica brasileira (1987-2009)**. 2014, 221p. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Câmpus de Campinas, 2014.

RINK, J. ; MEGID NETO, J. Tendências dos artigos apresentados nos encontros de pesquisa em educação ambiental (EPEA). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.25, n.03, p.235-263, dez. 2009.

RODRÍGUEZ, M. P.; LÓPEZ, Y. H. Ecofeminismo: una propuesta para repensar el presente y construir el futuro. **Boletín ECOS**, n. 10, janeiro – março, 2010.

SANTOS, C. E. F.; PALUDO, C.; OLIVEIRA, R. B. C. Concepção de educação do campo. In: **Cadernos didáticos sobre educação no campo UFBA**, p. 13-65, 2010.

SAKELLARI, M.; SKANAVIS, C. Environmental Behavior and Gender: An Emerging Area of Concern for Environmental Education **Research Applied Environmental Education & Communication**. v. 12, n. 2, p. 77-87, 2013.

SATO, M. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, 2001.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In Sato, M. et Carvalho, I. **Educação ambiental - Pesquisa e desafios**. Porto Alegre : Artmed, p. 17-46, 2005.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFS, 1984.

_____. **Componentes dos Movimentos Sociais. In: Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

_____. Movimentos sociais rurais e meio ambiente. In: SCHERER-WARREN I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo Ed. Loyola, 1993.

SEOANE, J. ; ALGRANATI, C. **“Movimientos sociales” y “conflicto socioambiental”**: cambios y continuidades en la conflictividad social en América Latina. [CLASE]. En: Curso virtual “Extractivismo y resistencias sociales en Nuestra América: conflictos en torno a los bienes comunes y horizontes emancipatorios” (Programa Latinoamericano de Educación a Distancia, Centro Cultural de la Cooperación, Buenos Aires, Abril 2014).

SILVA, L. H. A. Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela Reforma Agrária no Brasil. In: VIII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Políticas Sociais no Século XXI, 2012. **Anais....** Marília, 2012.

SINGULANO, S. MAB - Perspectivas Teóricas de Lutas Práticas. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, p. 221-230, 2015.

SORRENTINO, M. **Educação Ambiental e Universidade: um estudo de caso**. São Paulo, 1995. Tese (doutorado em Educação) - FEUSP, São Paulo

SOUZA, D. C.; NASCIMENTO JÚNIOR, A. F. A pesquisa em educação ambiental

nas dissertações e teses das Pós-graduações no Brasil: O que estudos do tipo estado da arte revelam? **Gaia Scientia (UFPB)**, v. 8, p. 429-447, 2014.

SOUZA, D. C.; SALVI, R. F. Um mapeamento da pesquisa em educação ambiental nas pós-graduações stricto sensu no Brasil (2003-2007). **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 26, 2011.

SOUZA, H. A. L. **A “ética ambiental” na produção teórica (dissertações e teses) em educação ambiental no Brasil**. 2012. 200 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

SOUZA, I. P.; RAMÍREZ-GÁLVEZ, M. C. Os sentidos e representações do ecofeminismo da contemporaneidade. *In*: DONAT, Miriam, IVANO, Rogério. **Anais do VII SEPECH** (Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas). Londrina: Eduel, 2008.

SOUZA, L. R. S. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuad. Desarro. Rural**, v. 8, p. 231-249, 2011.

TOMAZELO, M. G. C. Reflexões acerca das dissertações e teses brasileiras em educação ambiental do período 1987-2001. **Enseñanza de las Ciencias**, número extra, VII Congresso, p.1-6, 2005.

TRISTÃO, M.; CARVALHO, L. M. Grupos de pesquisa e GT 22 – Educação ambiental na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd): uma síntese interpretativa. **Ambiente & Educação**, v. 14, n. 2, p. 13-26, 2009.

VAINER, C. B. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. *In*: Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**, v. 1, Ed. Rio de Janeiro: RelumeDumará, p. 185 – 216, 2003.

VASCONCELLOS, H. S. R., SPAZZIANI, M. L., GUERRA, A. F. S., FIGUEIREDO, J. B. A. Espaços Educativos Impulsionadores da Educação Ambiental. *In*: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 29-47, 2009.

VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty and International Trade**. Position paper approved at the III International Conference of ViaCampesina. Bangalore, outubro de 2000 - a.

_____. **Biodiversidad y Recursos Genéticos**. Documento de la III Conferencia Internacional de La Via Campesina. Bangalore, Índia, outubro de 2000- b.

VIEIRA, F. B. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?. *In*: II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. **Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, v. 1, 2008.

ZUPELARI, M. F. Z. **O debate modernidade/pós-modernidade e a crise socioambiental:** um estudo sobre teses e dissertações brasileiras em Educação Ambiental. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014.